



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

233ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 14 e 15 de maio de 2015

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

233ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 14 e 15 de maio de 2015

1 Aos catorze dias do mês de maio de dois mil e quinze teve início a Ducentésima Trigésima Terceira
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheira Telma Maranhão Lopes, MDS; Conselheira Léa Lucia Braga, MDS; Conselheira Solange
7 Teixeira, SENARC; Conselheiro José Ferreira da Crus, MDS; Conselheiro Pedro Tomaz de Oliveira
8 Neto, MDS; Conselheira Mariana Souza Silva, MS; Conselheira Maria José de Freitas, MDS;
9 Conselheira Célia Maria de Souza Melo, FONSEAS; Conselheira Marilene de Fátima Azevedo Silva,
10 CONGEMAS; Conselheira Zilene Santana Silva Rabelo; Conselheira Maria Lúcia Linhares Marquim,
11 CONGEMAS; Conselheira Raimunda Nonata Cadó, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheiro
12 Thiago Ferreira Cabral, Fundação Dorina Nowill para Cegos; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira,
13 Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Lar
14 Fabiano de Cristo; Conselheiro Alceu Kuhn, Organização Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira
15 Aldenora González, Instituto EcoVida; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Movimento Nacional
16 de População de Rua; Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Organização Nacional de Entidades
17 de Deficientes Físicos; Conselheira Margareth Dallaruvera, FENAS; Conselheiro Samuel Rodrigues;
18 Conselheira Patrícia Alves Vieira, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Conselheira
19 Jucileide do Nascimento, Conselho Federal de Serviço Social; Conselheira Clátia Regina Vieira,
20 Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas;
21 Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de Psicologia; Secretária-Executiva Substituta,
22 Sra. Dorinha. **Convidados:** Keidy de A. Andrade, UNIP; Edileusa Eva Alves Correa, UNIP; Valéria da
23 Silva Ribeiro, CPMAS/SP; Daléria Alves da Silva, UNIP; Gabriele Silva Santos, UNIP; Janaina Bispo,
24 UNIP; Marli Pulini da Costa, CONSEAS/SP; Maria Silvia Coriello, CONSEAS/SP; Estela dos Santos,
25 UNIP; Eliane Silva Cunha, UNIP; Ana Lisa dos Santos, UNIP; Ednara Sales de Almeida, UNIP; Jesulino
26 Lucio, UNIP; Isabela Ramos Ribeiro, UNIP; Dilma de Assis Porto, UNIP; V. Alves Rodrigues, UNIP;
27 Moisés Castro, CONSEAS/SP; Sr Vanderlei, Fórum Trabalhadores SP. **ABERTURA.** O Presidente
28 iniciou a reunião, cumprimentando os presentes e solicitando à Secretária-Executiva a conferência
29 do quorum: Conselheiros titulares: Marlene de Fátima Azevedo Silva; Solange Teixeira; José
30 Ferreira Crus; Célia Maria de Souza Melo Lima; Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim; Raimunda
31 Nonato Cadó; Márcia de Carvalho Rocha; Alceu Kuhn; Anderson Lopes Miranda; Samuel
32 Rodrigues; Clátia Regina Vieira; Edivaldo da Silva Ramos; Patrícia Alves Vieira. Conselheira no
33 exercício da titularidade: Mariana Souza Silva. Conselheiros Suplentes: Pedro Tomaz de Oliveira

34 Neto; Naelson da Silva Ferreira; Aldenora Gomes González; Margareth Alves Dallaruvera; Jucileide
35 Ferreira do Nascimento. O Presidente indicou as novas Conselheiras, Marlene, CONGEMAS,
36 Juliane, FONSEAS, que substituiria a Conselheira Zilene, e Márcia, suplente do CONGEMAS, mas
37 que não se encontrava presente. **Item Aprovação da Ata da 232ª Reunião Ordinária do CNAS.**
38 Indagou à Plenária se havia algum questionamento, Em não havendo considerou aprovada a Ata
39 da 232 RO do CNAS. Informou ter algumas inversões na *pauta: Dia 14.05. – Manhã - 9h15 às*
40 *12h30: Painel dos subtemas da X Conferência Nacional de Assistência Social; Subtema um: o*
41 *enfrentamento das situações e desproteções sociais, e a cobertura dos serviços, a programação,*
42 *projetos, benefícios e transferências de renda nos territórios previsto para que seja ofertado, pela*
43 *professora, doutora Maria Luíza Rizzotti; Subtema dois: o pacto federativo e a consolidação do*
44 *SUAS, pela colaboradora, Dra. Márcia Lopes; Subtema três: o fortalecimento da participação e do*
45 *controle social para a gestão democrática, professor Carlos Eduardo Ferrari. Tarde - 14h às 16h -*
46 *Informes da presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros,*
47 *propondo antecipação do Relato da Comissão Organizadora, com a exposição do professor Carlos*
48 *Ferrari sobre os produtos da relatoria, com a presença das professoras Márcia e Maria Luíza; 16h*
49 *às 18h - Relato da Presidência Ampliada. Esclareceu que o Relato da Comissão Organizadora tinha*
50 *a proposta da logomarca, que seria apresentada no dia seguinte pela manhã; Informes da*
51 *Presidência, Secretaria-Executiva, Conselheiros, FONSEAS e CONGEMAS. Dia 15.05. – Manhã -*
52 *Discussão da logomarca; 10h30 às 11h30 - Comissão de Normas; 11h30 às 12h30 - Relato da*
53 *Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Tarde - 14h às 15h - Relato da*
54 *Comissão de Política de Assistência Social; 15h às 16h - Relato da Comissão de Acompanhamento*
55 *aos Conselhos da Assistência Social; das 16h às 17h - Relato da Comissão de Monitoramento das*
56 *Deliberações das Conferências de Assistência Social; 17h às 18h - Relato da Comissão de*
57 *Acompanhamento dos Benefícios e Transferência de Renda”.* O Presidente indagou se havia
58 alguma observação. Em não havendo, considerou aprovada a Pauta. **Subtema um: o**
59 **enfrentamento das situações e desproteções sociais, e a cobertura dos serviços, a programação,**
60 **projetos, benefícios e transferências de renda nos territórios.** A professora Maria Luíza Rizzotti
61 agradeceu pelo convite para compor a Comissão de Relatoria, passando a discorrer sobre o tema,
62 que compunha um dos eixos da Conferência. Destacou a relevância do tema ser tratado em todo o
63 país, não apenas na Conferência, com um olhar para o SUAS nos próximos anos. Falou sobre o
64 tema, ressaltando a necessidade de conversar com os demais movimentos sociais quanto à
65 ampliação da proteção, visando a proteção e dignidade social. O Conselheiro José Crus
66 parabenizou pela apresentação, sugerindo aprofundar sobre como valorizar as entregas dos
67 serviços para a sociedade, reafirmando a Assistência Social. A Conselheira Solange falou sobre a
68 importância dos temas tratados e que vinham aumentar o conhecimento dos Conselheiros, sendo
69 preciso aprofundar as questões, quanto aos desafios a serem enfrentadas pela Assistência Social,
70 principalmente no que se refere às diretrizes para a gestão, o empoderamento dos Conselhos e as
71 interfaces com outras políticas de garantia de direito, para poder passar essas informações para a
72 ponta. A Conselheira Telma falou sobre a importância da participação dos colaboradores, trazidos
73 por um compromisso histórico com a política, bem como da apresentação da professora Maria
74 Luíza, tratando de temas complexos e relevantes e como tratar dos problemas existentes. Colocou
75 a importância de comitês intersetoriais nos territórios da Saúde, Assistência Social e Educação,
76 dando mais concretude às ações e aos direitos sociais e coletivos. O Conselheiro Anderson

77 ressaltou a importância de repensar o SUAS, o usuário e trabalhador, assim como dos benefícios e
78 do bom atendimento prestado a todos os necessitados. A Conselheira Marilene enfatizou a
79 necessidade de levar essas questões para os municípios, gestores e usuários e ver o que gostariam
80 de construir ao final da Conferência e da importância dos produtos entregues aos seus
81 beneficiários. A Professora Maria Luíza falou sobre o tema apresentado, ademais da integração
82 entre as políticas e com a Conferência possibilitando o conhecimento das ações da política e o
83 direto à proteção. **Item Subtema dois - Pacto federativo, consolidação do SUAS**, pela professora
84 Márcia, que indicou a transversalidade desse tema e que deveria estar presente nos demais e em
85 todas as atividades a serem desenvolvidas. Observou que devido à importância do pacto
86 federativo, valeria a pena trazer um jurista ou um estudioso para tratar dessa questão,
87 discorrendo sobre sua importância e também com um debate sobre o processo da reforma
88 política. Após discorrer sobre os protagonistas e os destinatários da política de Assistência Social, a
89 qualificação dos serviços e as condições para atender a população, enfatizou a consolidação do
90 SUAS, tema que deveria constar em todas as agendas. Após discorrer sobre o tema em tela,
91 ressaltou que os conteúdos dos subtemas subsidiavam as questões a serem respondidas nas
92 Conferências, com o CNAS trabalhando nesse sentido. O Conselheiro José Crus falou sobre a
93 questão, com o retrato atual do SUAS mostrando os desafios para com o pacto federativo e com a
94 necessidade de todos os entes mudarem seus discursos, com a Conferência sendo a oportunidade
95 de mostrar essa nova visão. Observou a importância de encaminhar para todos os relatores a
96 análise que estavam fazendo do pacto de aprimoramento da gestão, com esses dados sendo
97 analisados nas conferências. A Conselheira Cadó indagou sobre a importância do Subtema três, da
98 participação e do controle social quanto ao pacto federativo, manifestando preocupação na
99 relação com a população, principalmente da que necessitava da política, ademais da relevância da
100 capacitação para essa aproximação. A Conselheira Patrícia ressaltou a necessidade de outros
101 formatos de conferência, sendo preciso reavaliar a questão, alcançando seus objetivos. A
102 Conselheira Telma falou sobre a execução dos serviços de forma regionalizada, o que estava sendo
103 iniciado dentro do Sistema, ademais da importância da comunicação da política em todos os
104 espaços, o que era preciso trabalhar. O Presidente falou sobre as dificuldades para implantação
105 dos CRAS nos municípios, considerando a necessidade de recursos para isso. A professora Márcia
106 falou sobre as colocações feitas, com o resultado do Censo SUAS devendo ser subsídio para os
107 debates de município e estado, ademais da discussão sobre as conferências em todas as
108 instâncias, com a política nacional de Assistência Social, sendo de responsabilidade de cada uma.
109 Que o debate sobre as competências, e cumprimento das responsabilidades era decisivo, tendo
110 que deslocar isso para o âmbito político para ter resultados, discorrendo sobre as competências
111 do CNAS e seu poder de decisão, questionando, também, a postura dos demais organismos, tendo
112 que se pensar em estratégias e orientações para a realização das conferências. **Item Subtema três,**
113 **Participação e controle social.** O professor Carlos Ferrari passou a falar sobre o tema, informando
114 que passaria sua apresentação para os interessados. Destacou a necessidade de dialogar e rever
115 alguns conceitos, trazendo algumas perspectivas e como era importante trabalhar os conteúdos
116 do processo conferencial, discorrendo sobre a democracia e trazendo desafios da participação e
117 do controle social, como também sobre a legislação que implementava a política nacional e o
118 desconhecimento da mídia sobre o que era tratado durante as conferências. Falou sobre o
119 conceito de Sociedade Civil, de Conselhos de políticas públicas, a legislação pertinente, a

120 participação social no Brasil, direito do cidadão e expressão da sua autonomia, a relação entre as
121 políticas, ademais do direito à informação, a transparência e ao controle social pelos participantes
122 das conferências, traduzindo em uma linguagem acessível a todos, fazendo alguns
123 questionamentos sobre os temas a serem tratados. A Conselheira Jucileide falou sobre os desafios
124 que os subtemas traziam, discorrendo sobre a questão e ressaltando que essa Conferência seria,
125 inclusive, melhor que a de 2005, considerando ter uma avaliação das ações feitas nos últimos dez
126 anos, trazendo o grande desafio de romper com a cultura política. O Conselheiro Anderson falou
127 sobre a inexistência do federalismo, pactuando-se nacionalmente, mas não alcançando o estado e
128 o município. Ponderou que não deveriam ser os gestores, mas sim os usuários e trabalhadores que
129 deveriam dizer se os serviços eram prestados adequadamente, os quais deveriam ser mobilizados
130 para relatar na conferência o que vinha acontecendo. Informou que o segmento da população de
131 rua não podia participar do Conselho Estadual de São Paulo, tendo que trazer prefeitos,
132 governadores, presidente de câmara, presidentes e representantes, para que tomassem
133 conhecimento do SUAS e da importância dessa participação. A Conselheira Margareth manifestou
134 sua preocupação com a falta de execução na ponta do que era decidido pelo CNAS, falando sobre
135 os problemas existentes nos municípios e os compromissos com a política de Assistência Social.
136 Falou sobre os problemas existentes quanto aos profissionais da Assistência, manifestando o
137 repúdio da Federação Nacional dos Assistentes Sociais com a paralização proposta pelo
138 CONGEMAS e com o CNAS devendo se posicionar sobre a questão. A Conselheira Maria Lúcia falou
139 sobre as dificuldades colocadas, relatando que o SUAS era financiado mais pelos municípios, mas
140 com aqueles que não agiam dessa forma, causando impacto em todo esse processo. Informou que
141 no dia 20 a Ministra Tereza Campello instalaria a Subcomissão de Assistência Social na Câmara
142 Federal, constando nos Informes do CONGEMA a ação do dia seguinte, bem como a carta de
143 Fortaleza, falando sobre a situação de atraso para o pagamento dos trabalhadores, sendo que a
144 maioria dos técnicos dos municípios eram assistentes sociais, discorrendo sobre o objetivo da
145 paralização e as ações que o CONGEMAS vinha realizando. A Conselheira Célia parabenizou pela
146 apresentação, destacando a importância de complementar essas falas com as experiências dos
147 Conselheiros, trazendo as dificuldades, avanço e desafios de cada realidade. Falou sobre a
148 discussão a respeito do pacto federativo e os avanços alcançados, ampliando-se esse debate entre
149 os três entes, não concordando que a colocação que o estado estava entrando agora no SUAS com
150 a regionalização, com o FONSEAS considerando ser essa uma avaliação por baixo, com o Censo
151 SUAS mostrando esse avanço nos estados. Falou sobre o Encontro Nacional do FONSEAS realizado
152 em Fortaleza, com um dos objetivos sendo fazer uma profunda análise do SUAS, e os desafios
153 existentes, ademais dos avanços acontecidos. Que havia sugerido discutir o pacto federativo para
154 além do SUAS, mas sendo necessário um encontro com o governo federal, União, estado,
155 município e DF, para fazer uma avaliação real sobre os dados existentes, trazendo os principais
156 desafios e suas causas. Falou sobre a participação dos estados, mas sendo preciso cobrar dos
157 estados as ações para a Assistência Social. A professoras Márcia concordou com as falas colocadas,
158 trazendo a realidade existente, com muitos desafios, mas também com a realização de excelentes
159 ações, com o estado e o governo federal sendo parceiros nesse processo para atender os
160 municípios, com as questões existentes tendo que ser discutidas com maturidade. Falou sobre a
161 importância do Conselho em todos os níveis, não precisando de deliberação para incluir o usuário
162 nos conselhos, e com ações políticas mais frequentes, o que eram muito importante. Falou sobre a

163 mobilização marcada para o dia seguinte, sendo um retrocesso e com o assistente social
164 participando em todas as políticas e não apenas na Assistência Social, onde também havia outras
165 categorias. Que o CONGEMAS não podia estar sozinho, tendo que se articular com o FONSEAS e
166 CNAS, precisando de muitos meses para a preparação dessa ação. Que no dia seguinte estaria
167 discutindo a atuação dos assistentes sociais nas políticas públicas, sendo importante uma
168 recomendação para que quando qualquer instância tomasse uma agenda, que se fizesse de forma
169 conjunta. Os professores Márcia, Maria Luiza e Carlos Ferrari agradeceram pela oportunidade,
170 com o Presidente agradecendo essa contribuição. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a
171 reunião, convidando a todos para retornarem às 14h30. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o
172 Presidente solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares: Telma
173 Maranhão Gomes, Marlene de Fátima Azevedo Silva, José Ferreira da Crus, Célia Maria de Souza
174 Melo Lima, Raimunda Nonata Cadó, Márcia de Carvalho Rocha, Alceu Kuhn, Anderson Lopes
175 Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Regina Vieira, Edivaldo da Silva Ramos, Patrícia Alves Vieira,
176 Maria Lúcia Marquim. Conselheiros no exercício da titularidade: Mariana Souza Silva e Naelson da
177 Silva Ferreira. Conselheiros Suplentes: Aldenora Gomes Gonzalez, Carmen Lúcia Lopes Fogaça,
178 Margareth Alves Dallaruvera, Jucileide Ferreira do Nascimento. **Item Relato da Comissão**
179 **Organizadora da X Conferência,** pela Conselheira Marlene: *“Memória de Reunião Comissão*
180 *Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social. Reunião Ordinária 004 de 2015.*
181 *Data/horário: dia 11/05/2015 de 13h às 18h e 12/05/2015 de 9h as 18h na Esplanada Bloco F Sala*
182 *108. Integrantes da comissão presentes: Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS, Alceu Kuhn,*
183 *Aldenora Gomes Gonzalez, Célia Maria de Souza Melo Lima, Clátia Regina Vieira, Fábio Bruni,*
184 *Jucileide Nascimento, Maria Lúcia Marquim, Solange Teixeira e Raimunda Nonata Cadó.*
185 *Convidadas: Carlos Ferrari, Equipe de Relatoria, Célio Vanderlei Moraes, Equipe de Relatoria,*
186 *Sinara Navarro Amorim, Coordenadora de Publicidade da ASCOM/MDS; Daniela Cristina J.*
187 *Santana, SNAS; Hugo Miguel Pedro Nunes de Jesus, SNAS; Márcio Leal Gonçalves, ASCOM/MDS;*
188 *Márcia Lopes, Colaboradora; Maria Luiza Rizzotti, Equipe de Relatoria; Marlene Azevedo Silva,*
189 *SNAS/MDS. Ouvintes: Carlos nambu, comas/SP; Marli P. da Costa, CONSEAS/SP; Maria Silvia*
190 *Coviello, CONSEAS/SP. Secretaria-Executiva do CNAS: Maria Auxiliadora Pereira, Bechara*
191 *Rodrigues de Miranda, Bruno Cared Tavares, Carolina Ribeiro da Silva, Celda Maria Chaves de*
192 *Souza e Rosângela da Silva Almeida. Item I: Avaliação da Reunião Descentralizada e Ampliada do*
193 *CNAS. A Secretaria-Executiva apresentou a avaliação da Reunião Descentralizada e Ampliada do*
194 *CNAS realizada em Brasília no dia 16 de abril de 2015, a partir do consolidado das fichas de*
195 *avaliação preenchidas pelos participantes, bem como pelas anotações do debate ocorrido na*
196 *reunião. Essa reunião contou com a presença da Ministra Tereza Campello, da Secretária Nacional*
197 *de Assistência Social Ieda Castro, e dos conselheiros do CNAS com o total de 300 participantes. Os*
198 *estados brasileiros com exceção do Amazonas e Maranhão estiveram representados. Levando-se*
199 *em conta a média das pontuações da avaliação, a Reunião Descentralizada e Ampliada de Brasília*
200 *foi avaliada como muito boa. O que prevaleceu nas observações por escrito na avaliação e no*
201 *debate desta reunião foi a solicitação de o CNAS para disponibilizar o mais breve possível*
202 *instrumental para as conferências municipais, definir estratégias de fortalecimento da participação*
203 *dos usuários e dos trabalhadores do SUAS nas conferências de assistência social, divulgar*
204 *orientações sobre os estandes do CEAS o mais breve possível para que os mesmos possam planejar*
205 *o material que estarão trazendo para a X Conferência. O CNAS produziu o CNAS Informa sobre a*

206 reunião, divulgando o link das apresentações realizadas na reunião, bem como o link da
207 transmissão online da reunião. Encaminhamentos: a Comissão Organizadora entende que a
208 demanda para que o CNAS reconsidere contemplar a categoria de observadores na X Conferência,
209 uma matéria vencida. O Informe CNAS nº 04/2015 justificará essa posição do CNAS. A Comissão
210 Organizadora propõe diálogo do CNAS com a SNAS, visando encaminhar para os gestores e
211 conselhos estaduais de assistência social ofício a ser assinado pela Ministra do MDS, pela
212 Secretária Nacional de Assistência Social e pelo Presidente do CNAS, ressaltando a importância do
213 processo de conferências e sensibilizando os gestores a apoiarem a realização das conferências de
214 assistência social nos municípios, estados e Distrito Federal. Item II: Avaliação da primeira
215 teleconferência sobre o início do processo de conferências de 2015. A primeira teleconferência
216 transcorreu normalmente e teve a participação dos seguintes integrantes da Comissão
217 Organizadora: Presidente Edivaldo da Silva, Conselheira Léa Braga e Conselheiro Leovane Gregório.
218 Essa teleconferência foi amplamente divulgada pelo CNAS Informa, pelo site e blog do CNAS. Pelo
219 Info SUAS e pelas redes sociais Twitter e facebook. No facebook do MDS foi feito um post específico
220 da divulgação que teve 1.118 curtidas, 1.121 compartilhamentos e 99 comentários. O link da
221 teleconferência no You Tube teve 978 visualizações, canal MDS e canal NBR. Após a realização da
222 teleconferência, o CNAS produziu um CNAS Informa para divulgar as reprises da teleconferência.
223 Item III: Apresentação da minuta do Informe CNAS nº 04 de 2015. Visando fortalecer a construção
224 dos processos de conferências de assistência social nos municípios, estados, Distrito Federal e
225 nacional, apresenta este informe que tem o objetivo de subsidiar os respectivos conselhos com um
226 conjunto de informações e orientações complementares aprovadas pelo CNAS ao longo da
227 realização das quatro reuniões da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de
228 Assistência Social conforme anexo I.” Eu pergunto se eu vou para o Anexo I ou se eu... Não, não é?
229 “Item IV: Discussão sobre a posição do CNAS sobre a participação”. Tem uma questão de redação
230 aqui não é? “Dos trabalhadores do SUAS nas conferências de assistência social 2015. A Comissão
231 Organizadora fez a leitura dos documentos relacionados ao tema. Nº 1: Orientações técnicas sobre
232 os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social –
233 SNAS/MDS. Nº 2: Orientações técnicas sobre os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS para as
234 conferências de 2013 da Comissão Organizadora. E 3: Posicionamento do Fórum Nacional das
235 Trabalhadoras, Trabalhadores do SUAS, acerca da representação das trabalhadoras,
236 trabalhadores, nas conferências de assistência social. A partir do debate a Comissão Organizadora
237 propõe para deliberação da plenária a orientação sobre participação dos trabalhadores do SUAS
238 no processo de conferência de assistência social em 2015, conforme anexo II. Essa orientação após
239 aprovação do CNAS será incluída no Informe CNAS nº 4 de 2015, onde consta também orientações
240 sobre a participação dos usuários e das entidades de assistência social. Item V: Apresentação pelo
241 DGSUAS/SNAS/MDS da proposta dos critérios de distribuição de delegados de âmbito municipal,
242 estadual e do DF para a X Conferência. O senhor Hugo Miguel Pedro Nunes do DGSUAS/SNAS/MDS
243 fez ajustes na proposta dos critérios de distribuição de delegados de âmbito municipal, estadual e
244 do DF para a X Conferência a partir das considerações realizadas na plenária de abril em relação
245 ao ajuste do critério do número de delegados no âmbito do Distrito Federal conforme anexo III. A
246 planilha de distribuição dos delegados para a X Conferência após aprovação do CNAS será incluída
247 no Informe CNAS nº 4 de 2015. VI: Preparação da participação e representação do CNAS nas
248 conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal. Visando aprofundar o debate dos três

249 subtemas da X Conferência Nacional de Assistência Social, o CNAS promoveu a realização de um
250 painel com a participação dos Professores Colaboradores Márcia Lopes, Maria Luiza Rizzotti, Carlos
251 Ferrari.” Aqui está no dia de ontem, mas é porque estava previsto a leitura amanhã, então é no dia
252 de hoje. “A Comissão Organizadora um documento como subsídio para o pronunciamento dos
253 conselheiros nas aberturas das conferências. Também foi feito a leitura de uma minuta de relatório
254 para preenchimento dos conselheiros que representarão o CNAS nas conferências de assistência
255 social. Esses relatórios serão apresentados e discutidos nas reuniões da Comissão Organizadora ou
256 na plenária, e trarão elementos importantes sobre o processo de conferências e subsidiará o CNAS
257 em suas decisões. Encaminhamento: a Secretaria-Executiva complementar o documento para o
258 pronunciamento dos conselheiros com as informações referentes à orientação/metodologia das
259 conferências municipais a serem apreciadas e aprovadas na plenária do CNAS deste mês, e
260 posteriormente será encaminhado para os conselheiros do CNAS juntamente com o relatório de
261 participação nas conferências. Item VII: Orientações aos CEAS e CAS/DF e órgãos gestores
262 estaduais sobre os estandes. A Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência
263 Social atendendo a demanda da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS apreciou o
264 documento com orientações aos CEAS e CAS/DF e órgãos gestores estaduais sobre os estandes,
265 conforme anexo IV. Item VIII: Informes da Secretaria-Executiva sobre a tramitação do termo de
266 referência – TR. A Secretaria-Executiva do CNAS se reuniu no dia 24 de abril com integrantes da
267 consultoria jurídica do MDS, CONJUR/MDS e a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do MDS,
268 SAA/MDS para tratar de aspectos relacionados a adaptação do termo de referência para a X
269 Conferência Nacional para o modelo de TR da AGU, bem como outras questões relacionadas a
270 tramitação do TR. Após essa reunião a Coordenação de Financiamento iniciou a adaptação do TR
271 da X Conferência Nacional e num segundo momento a equipe da Secretaria-Executiva,
272 coordenações e divisão de apoio administrativo trabalharam nos ajustes dos quantitativos dos
273 serviços e materiais considerando as deliberações do CNAS em relação ao número de participantes,
274 1.584, a estrutura e formato da X Conferência Nacional, dia 07/12 plenária, dia 08/12 plenária, dia
275 09/12 realização de 12 ou 15 mini plenárias com salas com a capacidade para 110 ou 130 pessoas
276 cada, pela manhã, e realização de três plenárias temáticas com capacidade para 550 pessoas cada
277 à tarde e dia 10/12 a plenária. No dia 30 de abril a Secretaria-Executiva encaminhou para a
278 ASCOM, CONJUR e SAA a minuta do TR solicitando contribuições dos mesmos. No período de 30 de
279 abril a 05 de maio a Coordenação de Financiamento do CNAS – CFO trabalhou no anexo II do TR
280 uma planilha que especifica todos os serviços e materiais já apontados no TR, visando a estimativa
281 de preços para realização da X Conferência Nacional. Esse anexo II foi encaminhado pela CFO para
282 a CONJUR, ASCOM e SAA no dia 05 de maio. Até o momento o CNAS recebeu contribuições da SAA
283 e da ASCOM/MDS, e a Coordenação de Financiamento está trabalhando neste momento no TR
284 para fazer as adequações necessárias. Estamos solicitando à SNAS uma reunião na próxima
285 semana para tratar de aspectos relacionados ao TR. Quanto à reserva do centro de convenções
286 para a X Conferência em janeiro de 2014 um mês após a finalização da IX Conferência, o CNAS
287 solicitou à Secretaria de Estado de Turismo e Projetos Especiais – SETUR do governo do Distrito
288 Federal a reserva do espaço para realização da X Conferência Nacional de Assistência Social, no
289 período de 06 a 11 de dezembro de 2015, sendo que o primeiro e último dia são reservados para
290 montagem e desmontagem. Em 27 de abril o CNAS encaminhou o ofício nº 048/2015/Presidência
291 CNAS/MDS ao senhor Jaime Recena, Secretário de Estado de Turismo do Distrito Federal,

292 solicitando o estudo da possibilidade da SETUR ceder sem ônus o centro de convenções Ulysses
293 Guimarães no período de 06 a 11 de dezembro de 2015 para realização da X Conferência Nacional.
294 A SETUR por meio do ofício nº 659 de 2015 do Gabinete da SETUR, datado de 27 de abril, mas
295 recebido no CNAS no dia 06 de maio confirmou a reserva efetuada pelo CNAS informando que para
296 garantia da reserva, deverá ser paga a quantia de R\$ 65.356,70 até a data de 27/05/2015. E o
297 restante do valor correspondente a R\$ 370.354,66 deverá ser pago até dia 06/11/2015. Em 07 de
298 maio o CNAS enviou memorando à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do MDS
299 encaminhando cópia do ofício 659 de 2015 do Gabinete da SETUR para conhecimento e
300 orientação. Em 11 de maio o CNAS encaminhou ofício nº 052 de 2015 da Presidência CNAS/MDS ao
301 senhor Jaime Recena, Secretário de Estado de Turismo do Distrito Federal solicitando prorrogação
302 do prazo de recolhimento da quantia de R\$ 65.356,70 considerando que estamos aguardando
303 daquela SETUR resposta da solicitação de sessão sem ônus do centro de convenções Ulysses
304 Guimarães para o período de 06 a 11 de dezembro de 2015. Adicionamos que por outro lado sendo
305 o CNAS órgão público, a viabilização da operacionalização da X Conferência se dará por meio de
306 processo licitatório, e que o termo de referência está em fase de construção e em breve terá seu
307 trâmite iniciado. Item IX: Demandas recebidas sobre o processo de conferências. 9.1: O CEAS
308 Pernambuco solicita a expansão do prazo para realização da conferência estadual de Pernambuco
309 em virtude do agendamento antecipado que foi definido para o período de 20 a 22 de outubro de
310 2015. Encaminhamento: no caso específico da solicitação do CEAS Pernambuco, que apresentou
311 fundamentações plausíveis para alteração da data, será tratada como exceção, sendo acatada a
312 sua solicitação desde que o preenchimento do relatório da conferência estadual de Pernambuco no
313 Sisconferência seja realizado no prazo máximo de até 10 dias após a realização da conferência.
314 9.2: O CMAS de São Paulo, COMAS/SP solicita dilação de prazo para realização da XI Conferência
315 Municipal de Assistência Social de São Paulo que será realizada nos dias 14, 15, 16 e 17 de
316 setembro de 2015. Tal pedido prende ao fato de realização de agendamento em novembro de
317 2014 do centro de convenções do Anhembi nos dias 08 a 11 de setembro de 2015 e devido ao
318 feriado do dia 07 de setembro de 2015, aí tem uma redação, tivemos problema em relação ao
319 local, sendo alterado para a data supracitada. Temos a previsão da participação de duas mil
320 pessoas e é o único local que comporta este número de participantes. Isso é parte do texto do
321 ofício. Encaminhamento: enviar a demanda para manifestação do CONSEAS/SP. E-mail de Eron de
322 Souza Tavares, esse é um outro item. É o 9.3. O assunto: venho solicitar, sugerir e propor que
323 incentive o desenvolvimento de atividades de escotismo nas escolas, na X Conferência Nacional de
324 Assistência Social de 2015. Aí tem o texto do e-mail. Eu, Eron de Souza Tavares, escotista do Grupo
325 Escoteiro Pastor João Gregório Urbieto, da cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, estudante
326 de licenciatura em geografia no polo EAD CESUMAR de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, e
327 conferencista da defesa civil, venho solicitar que o Programa Escotismo nas Escolas seja estendido
328 para as comunidades e com incentivo do voluntarismo escotista na prevenção dermatológica com
329 a defesa civil nas escolas e comunidades. Encaminhamento: orientar o demandante para
330 encaminhar essa demanda para área de educação e de esporte. Item X: Logomarca da X
331 Conferência Nacional. O CNAS promoveu reuniões com a ASCOM/MDS no sentido de repassar as
332 impressões e orientações do colegiado para reformulação da proposta da logomarca. Sinara
333 Navarro Amorim, Patrícia de Alencar Bezerra e Rafael, apresentarão para esta plenária a proposta
334 de logomarca trabalhada após essas reuniões. Item XI: Diálogo com a ASCOM/MDS sobre a

335 cobertura das conferências municipais de capitais, estaduais e do DF e nacional. Estiveram
336 presentes na reunião da Comissão Organizadora Sinara Navarro Amorim e Márcio Leal Gonçalves
337 da ASCOM/MDS e Daniela Santana da SNAS/MDS. Essa primeira reunião teve como objetivo
338 promover uma conversa da Comissão Organizadora com a ASCOM/MDS sobre como poderá ser
339 realizada essa cobertura, considerando os limites operacionais da ASCOM/MDS, bem como as
340 possibilidades de se trabalhar em parceria com as assessorias de comunicação dos órgãos gestores
341 municipais e estaduais, o CONGEMAS, FONSEAS, Secretaria de Comunicação da Presidência da
342 República e a Ouvidoria do MDS. Encaminhamento: a ASCOM/MDS a partir deste primeiro diálogo
343 fará a proposta de um plano de comunicação para cobertura das conferências municipais (das
344 capitais), estaduais e do Distrito Federal que será encaminhada para o CNAS. O CNAS encaminhará
345 ofício ao CEAS solicitando informações de como está sendo realizada a coordenação, apoio e
346 acompanhamento das conferências municipais, bem como solicitando informações sobre o período
347 da realização da conferência estadual e previsão de participação do CNAS. O CNAS encaminhará
348 ofício ao CAS/DF e aos conselhos de assistência social das capitais, solicitando informações sobre o
349 período de realização da conferência do Distrito Federal, ou municipal da capital, e previsão da
350 participação do CNAS. O CNAS encaminhará periodicamente a ASCOM/MDS a planilha das
351 conferências municipais das capitais e numa segunda etapa as planilhas das conferências
352 estaduais e do Distrito Federal. O CONGEMAS e o FONSEAS contribuirão na articulação dos órgãos
353 gestores com a ASCOM de forma a potencializar a cobertura jornalística das conferências
354 municipais, estaduais e do Distrito Federal. Item XII: Apresentação da proposta de trabalho da
355 equipe de relatoria da X Conferência Nacional de Assistência Social. A equipe de relatoria
356 apresentou a proposta de trabalho conforme anexo V. Item XIII: Apresentação de orientações e
357 instrumentais para as conferências municipais de assistência social. A equipe de relatoria
358 apresentou as pessoas de orientações e instrumentais para as conferências municipais de
359 assistência social que foram discutidas e as contribuições foram contempladas nas propostas
360 conforme anexo VI. Item XIV: Pauta da próxima reunião da Comissão Organizadora dia 11 e 12 de
361 junho de 2015. 14.1: Informe dos conselheiros sobre a participação das conferências municipais.
362 14.2: Discussão sobre as conferências livres. 14.3: Delegados nacionais, total 58, indicações de
363 nomes pelos representantes do governo e da sociedade civil no CNAS. 14.4: Convidados, total 176,
364 inclusos 27 secretários executivos do CEAS e CAS/DF, e os 26 secretários executivos do CMAS das
365 capitais. Indicação de nomes pelos representantes do governo e da sociedade civil no CNAS. 14.5:
366 Apresentação pela Subcomissão Mérito CNAS do Projeto de Implementação da Premiação para
367 Reconhecimento da Gestão e Controle Social do SUAS. Subcomissão: Célia Lima, Maria Lúcia
368 Marquim, Léa Braga, Clátia Vieira, Raimunda Cadó e Aldenora Gonzalez. 14.6: Definição do
369 instrumental para as conferências estaduais e do DF. 14.7: Apreciação do plano de comunicação
370 da ASCOM/MDS. Convidados: ASCOM/MDS, Ouvidoria do MDS, SECOM, Presidência da República.
371 14.8: Programação da X Conferência Nacional de Assistência Social. 14.9: Customização do
372 Sisconferência. 14.10: Informes pela Secretaria-Executiva sobre a tramitação do termo de
373 referência. 14.11: Demandas recebidas sobre o processo de conferências. 14.12: Outros assuntos. E
374 14.13: Definição da data da próxima reunião, dias 16 e 17 de julho de 2015." Dorinha já está
375 corrigindo aqui, então é 20 e 21 de julho. Assina Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS." O
376 Presidente observou que na pauta de junho definiriam a reunião de julho, com a Secretária-
377 Executiva justificando a ausência da Conselheira Cláudia Faquinote, com o Conselheiro Naelson no

378 exercício da titularidade. O Presidente indicou o material a ser trabalhado, com alguns sendo
379 importante fazer junto com a Relatoria, iniciando pelos Itens XII, XIII e XIV. No Item XII, proposta
380 do plano de ação da Comissão, com a leitura do Anexo V: *“Proposta de trabalho da equipe de*
381 *relatoria da X Conferência Nacional de Assistência Social. Começamos pelo objetivo geral.*
382 *Organizar a metodologia de trabalho da relatoria com base nas orientações da Comissão*
383 *Organizadora para produzir a memória da Conferência Nacional. Objetivos específicos: contribuir*
384 *com a Comissão Organizadora no formato da X Conferência Nacional, preparar os instrumentais*
385 *para registro, sistematização e deliberação das conferências municipais, estaduais e nacional.*
386 *Sistematizar o registro das Conferências Estaduais, Distrito Federal para subsidiar a Conferência*
387 *Nacional. Coordenar o registro das atividades e organizar o processo deliberativo durante a*
388 *Conferência Nacional. Elaborar os anais da X Conferência Nacional. Produtos. 1: Instrumental para*
389 *avaliação da implementação local do SUAS. 2: Instrumental para registro da realização e*
390 *deliberações das conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal. 3: Participação na*
391 *elaboração e discussão do regulamento e regimento interno da Conferência Nacional. 4:*
392 *Sistematização das deliberações das conferências estaduais e do Distrito Federal através do*
393 *Sisconferência para subsidiar as discussões da Conferência Nacional. 5: Sistematização da*
394 *produção dos grupos de discussão da Conferência Nacional utilizando o Sisconferência a serem*
395 *submetidas a apreciação e deliberação da plenária final. 6: Recebimento e análise das moções*
396 *para deliberação na plenária final da Conferência Nacional. 7: Organização do processo*
397 *deliberativo da plenária final da Conferência Nacional. 8: Anais da X Conferência Nacional.*
398 *Processo de trabalho da relatoria. Coordenação de relatoria, reuniões conjuntas, Comissão*
399 *Organizadora e relatoria. Reuniões presenciais e virtuais via Google, grupos de conversa*
400 *instantânea, whatsapp e grupo de e-mail. Subgrupos de trabalho. Equipe de apoio de relatoria*
401 *durante a Conferência Nacional”*. O professor Carlos Ferrari indicou a flexibilidade de ajustar o
402 calendário, considerando a agenda da Comissão da Relatoria. O Conselheiro José Crus manifestou
403 falta do rumo da Conferência, conforme apresentado nos subitens pela manhã, registrando a sua
404 importância. Que no segundo item estava faltando o DF, o qual deveria ter um tratamento
405 diferenciado, considerando as suas especificidades. A Conselheira Carmen sugeriu o uso de nova
406 metodologia na Conferência, com os GT trabalhando por região, trabalhando os três temas
407 propostos e trazendo as particularidades de cada uma. O Presidente observou que essa proposta
408 seria tratada quando discutissem o formato da Conferência. O Conselheiro Anderson concordou
409 com a proposta da Conselheira Carmen, sugerindo que a questão fosse tratada nesse momento. A.
410 Conselheira Maria Lúcia destacou que na proposta o regulamento e regimento interno seria
411 trabalhado em agosto, manifestando preocupação que nessa época as conferências municipais já
412 teriam acabado, sugerindo que a relatoria olhasse o passo a passo, sendo importante que os
413 municípios entendessem esse processo. O professor Ferrari falou sobre o anexo V, e o informe nº
414 5, que traziam o que o Conselheiro José Crus havia colocado e que a metodologia da Conferência
415 Nacional seria tratada mais à frente, com as contribuições sendo levadas para a relatoria.
416 Considerou importante o tratamento diferente para o DF, indicando, também, a correção no
417 segundo objetivo específico e que as considerações da Conselheira Maria Lúcia estavam contidas
418 no Informe nº 5, anexo VI. O Conselheiro José Crus falou sobre a necessidade de salas, para
419 trabalhar a proposta da Conselheira Carmen, com a relatoria tendo que ficar atenta ao espaço
420 físico disponível. O Presidente informou que verificaria como estava a tramitação do TR, para

421 viabilizar ou não a proposta, ao que o Conselheiro Anderson ponderou que a metodologia
422 precisava atender as necessidades existentes. No item XIII, orientação das apresentações
423 instrumentais para serem preenchidas as Conferências de Assistência Social, o professor Carlos
424 Ferrari apresentou o material elaborado, esclarecendo como seria tratado o Informe nº 5, com
425 todas as questões detalhadas em quadros dentro desse documento, com sua leitura: “Anexo VI.
426 Informe CNAS nº 5. Orientações temáticas e organizativas para o processo conferencial de âmbito
427 municipal 2015. O Conselho Nacional de Assistência Social no uso de suas atribuições e revestido
428 da responsabilidade de conduzir o processo conferencial da assistência social a ser realizada em
429 todo território nacional, apresenta neste Informe 5, documentos que contemplam instruções e
430 instrumentais congregando as orientações referentes aos conteúdos temáticos e organizativos
431 para a conferência na esfera municipal. Os documentos que compõem este informe 5 são: 1-
432 organização do processo conferencial, Comissão Organizadora e etapas da conferência municipal.
433 2- Instrumental I: instrumental do SUAS, reflexões e debates a partir de cinco dimensões do tema
434 da conferência. 3- Instrumental II: registro do processo de conferência de 2015. I: Organização do
435 processo conferencial, Comissão Organizadora e etapas da conferência municipal. Introdução: a
436 Conferência Municipal de Assistência Social é o processo pelo qual os usuários, os trabalhadores e
437 as entidades socioassistenciais junto com a gestão pública conferem o estágio de implementação
438 do SUAS e a efetivação da garantia dos direitos. Pretende-se que em todo o processo conferencial
439 de preparação da X Conferência Nacional de Assistência Social se faça uma avaliação técnica-
440 política do SUAS em cada esfera do governo sob o ponto de vista dos diferentes segmentos
441 envolvidos. Com base nesse processo será possível definir as prioridades para a construção do
442 plano decenal da assistência social conforme previsto no lema pacto republicano no SUAS, rumo a
443 2026, o SUAS que temos e o SUAS que queremos. Ressaltamos a centralidade da mobilização dos
444 segmentos para participar de todo o processo, especialmente os usuários da assistência social, o
445 que permanece como um grande desafio a ser enfrentado em todo o país. Por fim, reiterar que se
446 cada município brasileiro investir como prioridade na preparação e na direção política de suas
447 conferências, com certeza estarão garantidas a maior qualidade do debate e resultados das
448 conferências estaduais e nacional. II: Papel da Comissão Organizadora. Só fazer uma observação
449 aqui que o José chama a atenção para sempre citar o Distrito Federal também. Então conferências
450 estaduais, do DF e nacional. II: Papel da Comissão Organizadora. A Comissão Organizadora deve
451 ser composta por conselheiros municipais e técnicos da gestão municipal e deverá planejar e
452 coordenar todos os trabalhos prévios, conduzir as atividades durante a conferência e se
453 responsabilizar pelos desdobramentos da conferência municipal. Sugere-se organizar subcomissões
454 com as seguintes responsabilidades. 2.1: Infraestrutura, viabilização das condições para realização
455 das atividades envolvendo o espaço físico e a logística relativa as pré-conferências e da
456 conferência, inclusive garantindo a acessibilidade conforme previsto no informe 003 de 2015. 2.2:
457 Comunicação e divulgação. Desenvolvimento de estratégias de mobilização, comunicação e
458 divulgação, incluindo a imprensa oficial, o espaço virtual, blogs, sites, redes sociais e etc., boletins,
459 cartazes e outros. 2.3: Temática. Preparação do conteúdo e metodologia para subsidiar os debates
460 conforme as orientações contidas no instrumental I. Avaliação do SUAS, reflexões e debates a
461 partir das cinco dimensões do tema da conferência. 2.4: Registro. Preparação e desenvolvimento
462 de registros escritos em áudio, e por imagens, fotos e vídeos, de todo processo conferencial. 3:
463 Etapas da conferência. Para o sucesso da conferência municipal propomos que a Comissão

464 Organizadora preveja diferentes etapas para sua realização. Nesse sentido sugere-se que o
465 planejamento contemple ao menos as seguintes etapas não necessariamente consecutivas. 3.1:
466 Etapa de mobilização. Esta é uma das etapas mais importantes da conferência municipal. Quanto
467 maior conhecimento e participação, mais se consolida a democratização dessa política pública. O
468 ponto de partida dessa estratégia é reunir os trabalhadores do SUAS e os conselheiros municipais
469 da assistência social para organizarem o processo de mobilização da população. Mobilizar não se
470 resume em convidar as pessoas para participar da conferência, é preciso oferecer subsídios para
471 que se compreenda o SUAS e o temário dessa conferência de forma que se sintam capazes de
472 expressar suas avaliações e deliberar sobre as prioridades que poderão aprimorar a Política de
473 Assistência Social. Há que se definir outras estratégias a serem utilizadas para mobilizar os
474 diversos segmentos. 3.1.1: Usuários da Assistência Social. Cidadãos e famílias alcançados pelos
475 benefícios e serviços da assistência social da rede pública governamental e das organizações da
476 sociedade civil, assim como aqueles ainda não incluídos no SUAS. Chamamos a atenção para a
477 importância de mobilizar o conjunto da população das áreas rurais, povos indígenas, comunidades
478 tradicionais, refugiados, entre outros. 3.1.2: Trabalhadores da Assistência Social. Organizações
479 sindicais, órgãos de categorias profissionais, associações e fóruns de trabalhadores do SUAS,
480 dentre outros. 3.1.3: Entidades socioassistenciais de atendimento, assessoramento e defesa dos
481 direitos. 3.1.4: Políticas públicas transversais e setoriais. Educação, saúde, trabalho, cultura,
482 esporte, urbanismo, agricultura e desenvolvimento rural, segurança alimentar e nutricional,
483 criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiência, mulher, igualdade racial e etc. 3.1.5:
484 Órgãos e autoridades do poder legislativo e do sistema de justiça. Câmara Municipal, poder
485 judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. 3.1.6: Organizações civis e comunitárias,
486 movimentos sociais institucionalizados ou não, sindicatos, entre outros. 3.2: Etapa de pré-
487 avaliação do SUAS no município. O órgão gestor do SUAS deverá organizar informações referentes
488 ao atual estágio de implementação do SUAS no município, considerando as orientações do
489 instrumental I. Recomenda-se que este quadro avaliativo seja submetido ao Conselho Municipal de
490 Assistência Social e apresentado nas pré-conferências ou atividades preparatórias e na conferência
491 municipal. 3.3: Etapa das pré-conferências e/ou encontros preparatórios. Deverão ser realizadas
492 pré-conferências e/ou atividades organizadas por território, por serviços, CRAS, CREAS e rede não
493 governamental, de acordo com o porte do município e com o nível de processo de mobilização.
494 Neste momento será apreciado o documento avaliativo apresentado pela gestão municipal e
495 discutido do ponto de vista dos participantes acerca da consolidação do SUAS considerando o
496 pacto federativo. Cada pré-conferência ou similar, dependendo do porte do município também
497 poderá escolher um número determinado de delegados para a conferência municipal, conforme
498 definido no regulamento a ser proposto pela Comissão Organizadora e aprovado pelo CMAS. Vale
499 lembrar que o município poderá adotar outra forma de escolha dos delegados, desde que estimule
500 e garanta a participação dos usuários enquanto delegados para a conferência municipal. 4:
501 Conferência Municipal. Nesta etapa os delegados aprovarão o regimento interno no qual estará
502 definido o desenvolvimento dos trabalhos da conferência municipal. Recomenda-se que a
503 conferência conte ao menos com três períodos de atividades, um dia e meio, sendo o primeiro para
504 abertura, palestra inicial e exposição avaliativa do órgão gestor municipal. O segundo para
505 trabalhos em grupos de acordo com o temário e os instrumentais da conferência. E o terceiro para
506 a plenária final com as deliberações das prioridades e escolha dos delegados para a instância

507 *estadual. Registro e avaliação da conferência municipal. É muito importante que a Comissão*
508 *Organizadora defina desde o início do processo uma equipe para o registro de todo*
509 *desenvolvimento da conferência municipal, assim como para elaboração do relatório final. 2:*
510 *Instrumental I. A avaliação do SUAS reflexões e debates a partir das cinco dimensões do tema da*
511 *conferência. Continuamos a leitura aqui e faz a discussão depois? O presente instrumental tem*
512 *como objetivo orientar os municípios na reflexão e debate do tema da conferência, tendo como*
513 *pressuposto principal a avaliação do SUAS no contexto do pacto federativo, o que significa avaliar*
514 *e definir prioridades sobre a lógica da gestão compartilhada nessa política pública. O conteúdo do*
515 *tema e dos subtemas da X Conferência de Assistência Social foram aprofundadas e organizadas em*
516 *cinco dimensões que podem contribuir para o desenvolvimento dos conteúdos das palestras,*
517 *avaliações e reflexões grupais e plenárias. Destaca-se que as cinco dimensões aqui apresentadas*
518 *derivam dos subtemas já indicados no Informe 1 do CNAS, quais sejam: o enfrentamento das*
519 *situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, benefícios, programas e projetos nos*
520 *territórios, pacto federativo e a consolidação do SUAS e o fortalecimento da participação e do*
521 *controle social para a gestão democrática. Deste modo apresenta-se pequenos textos introduzindo*
522 *as questões norteadoras para orientar a reflexão e o debate na conferência, com intuito de*
523 *contribuir para deliberação das prioridades que subsidiarão a construção futura do novo plano*
524 *decenal. Além disto, os municípios podem ampliar e acrescentar novas questões nesses conteúdos,*
525 *como aprofundamento do tema e lema das conferências de assistência social, envolvendo os três*
526 *entes federados. Aqui torna-se imprescindível ressaltar que pôr em prática o pacto federativo*
527 *brasileiro na execução das políticas públicas, significa compreender o funcionamento da gestão*
528 *compartilhada entre cada esfera de governo, onde cada esfera de governo assuma suas*
529 *responsabilidades e cumpra as suas atribuições, com objetivo de garantir qualidade, cobertura*
530 *adequada dos serviços públicos, de acordo com as necessidades da população e realidades locais.*
531 *A constituição de 88 e um conjunto de leis e normas estabelece os princípios e a dinâmica deste*
532 *modelo federativo e republicano. Portanto, é impossível implantar qualquer política pública no país*
533 *sem o envolvimento dos municípios e estados e governo federal na gestão, financiamento e*
534 *controle social, assegurando os sistemas públicos universais, equitativos, permanentes, na*
535 *perspectiva de políticas de estado com desenvolvimento integral do país. O Sistema Único de*
536 *Assistência Social no Brasil foi concebido com base neste modelo de gestão compartilhada no qual*
537 *cada esfera de governo pactua e assume responsabilidades para assegurar a oferta pública da*
538 *rede governamental e não governamental. Dos serviços e benefícios socioassistenciais em todos os*
539 *municípios brasileiros, considerando as diferenças regionais, locais e as necessidades e demandas*
540 *de seus usuários. O momento de realização das conferências é uma grande oportunidade para*
541 *avaliarmos em que medida a gestão compartilhada tem sido cumprida e assumida como*
542 *responsabilidade política e pública por todos os atores envolvidos, como condição para*
543 *consolidação do SUAS, tendo em vista um futuro de mais proteção social, equidade e acesso*
544 *ampliado aos direitos de cidadania. Neste contexto serão apresentadas a seguir as cinco*
545 *dimensões que expressão e orientam a discussão do temário da X Conferência de Assistência*
546 *Social. 1: Dignidade humana e justiça social. Princípios fundamentais para consolidação do SUAS*
547 *no pacto federativo. O atual modelo democrático brasileiro resultante das lutas sociais, assume*
548 *compromissos políticos e afirma direitos sociais inéditos entre nós, sobretudo a dignidade humana*
549 *e a justiça social. 1: A dignidade da pessoa humana é o fundamento central do estado democrático*

550 de direito, e consiste no reconhecimento do ser humano como bem maior da sociedade, acima de
551 quaisquer outros interesses, objetivos e valores. Desta forma a vida digna significa para todos e
552 cada um dos brasileiros são sujeitos de direitos plenos e prioridade das ações do estado. 2: A
553 justiça social é uma importante dimensão da democracia e consiste no reconhecimento e na
554 efetivação do estado democrático e de direito. Deste modo possui dois desafios centrais: o
555 primeiro diz respeito ao reconhecimento de que somos iguais em direitos, uma comunidade cívica
556 fundada em valores republicanos e não em privilégios. O segundo desafio trata da efetivação dos
557 direitos que são por excelência o principal mecanismo para redução das desigualdades sociais e a
558 ampliação da proteção social com a contribuição da Política de Assistência Social. As políticas
559 públicas e dentre elas a Política de Assistência Social são instrumentos a serviço desses princípios
560 por efetivarem compromissos públicos capazes de assegurar ao cidadão o amplo desenvolvimento
561 das faculdades humanas. Vida digna, portanto, corresponde a efetivo pertencimento social,
562 econômico, cultural e político. *Aí vem as questões, não é isso? Primeira questão aqui para o*
563 *debate. Qual a contribuição da Política de Assistência Social, serviços e benefícios, vigilância*
564 *socioassistencial e defesa de direitos para a conquista da justiça social e dignidade humana?*
565 *Segunda: como a proteção social assegurada pelo SUAS possibilita o empoderamento político de*
566 *seus sujeitos de modo a contribuir para ampliação da dignidade humana e justiça social? Terceira:*
567 *podem ser identificados os princípios de dignidade da pessoa humana e justiça social no cotidiano*
568 *dos serviços e benefícios ofertados no SUAS? Essas são as perguntas da primeira dimensão. 2:*
569 *Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS. A luta pela democracia e a*
570 *mobilização da sociedade brasileira garantiu a participação social como diretriz na constituição de*
571 *88, e fundamenta também o SUAS, pois reconhece em seus usuários, sujeitos de direitos, capazes*
572 *politicamente de intervir e aprimorar essa política pública. Nesta linha torna-se fundamental*
573 *avaliar a existência e garantia de espaços coletivos de discussão e deliberação, considerando todos*
574 *os atores, trabalhadores, gestores, entidades socioassistenciais e usuários. As questões. Primeira:*
575 *quais são os espaços de participação no âmbito do SUAS para além do CMAS? A exemplo de*
576 *fóruns, conselhos locais, comitês e organização de usuários de serviços socioassistenciais,*
577 *governamentais e não governamentais. Segunda: como está o funcionamento do CMAS?*
578 *Participação dos usuários, regularidade das reuniões, deliberação do conselho sobre o plano e o*
579 *financiamento do SUAS, apoio e cumprimento pelo órgão gestor das deliberações do conselho e*
580 *etc. Terceira: A composição do CMAS contempla a paridade entre governo e sociedade civil e a*
581 *proporcionalidade na sociedade civil entre trabalhadores, usuários e entidades socioassistenciais?*
582 *Quarta: como todas as informações da Política de Assistência Social e em especial as deliberações*
583 *do conselho são divulgadas e compartilhadas? Quinta: qual a relação do conselho com outras*
584 *organizações e movimentos sociais que também lutam pela ampliação dos direitos sociais e*
585 *proteção social? Sexta: como tem se dado a participação dos usuários no planejamento,*
586 *financiamento e avaliação dos serviços, programas e projetos da rede governamental e não*
587 *governamental? Dimensão três: primazia da responsabilidade do estado por um SUAS público*
588 *universal, republicano e federativo. Durante muitos anos o estado não reconheceu a assistência*
589 *social como política pública e direito da população, no entanto, a partir da constituição de 88*
590 *passa a ter primazia na garantia da segurança: renda, benefícios eventuais, convívio, acolhida,*
591 *desenvolvimento de autonomia. Deste modo compete ao estado organizar, executar e financiar os*
592 *serviços e benefícios em primeira instância, mesmo que de forma suplementar, possa contar com*

593 outros financiamentos, sendo que o maior aporte deve ser do órgão público estatal. Constituir a
594 rede socioassistencial governamental e não governamental, com a adoção de critérios de oferta
595 qualificada e partilha de recursos de forma republicana e transparente. Normatizar e fiscalizar
596 toda a rede de serviços em parceria com os conselhos em cada instância de governo. As questões:
597 o órgão gestor da Política de Assistência Social do município tem autonomia de gestão técnica,
598 política e financeira que direciona o trabalho obedecendo as diretrizes e princípios do SUAS?
599 Segunda: todas as novas orientações e estrutura do SUAS estão firmadas em lei municipal, a
600 exemplo de modo e critérios de concessão de benefícios e prestação de serviços, respeitando os
601 níveis de proteção, estrutura de gestão, cargos e funções. Critérios de repasse de recurso para a
602 rede socioassistencial, sistema de vigilância socioassistencial, de monitoramento, avaliação e etc.
603 3: Como se expressa o compromisso da gestão pública municipal, no que se refere à
604 responsabilidade primeira pela proteção no âmbito da assistência social. Dimensão 4: Qualificação
605 do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo. O SUAS prevê oferta qualificada de
606 serviços socioassistenciais de forma continuada a ser realizada por trabalhadores capacitados e
607 cofinanciados pelo fundo público. A qualificação dos trabalhadores no SUAS está normatizada pela
608 NOB/RH e nas resoluções do CNAS nº 17 e 11, trabalhadores de nível superior, e resolução 0914,
609 trabalhador de nível médio e fundamental. Este processo de aprimoramento também prevê a
610 realização de concurso público na contratação de pessoal para trabalhar diretamente na gestão e
611 nos serviços. O detalhamento desses parâmetros está descrito nos cadernos de orientação dos
612 respectivos serviços socioassistenciais e de orientação para concursos elaborados pelo MDS. Nessa
613 linha é fundamental que se proceda a avaliação da existência desses trabalhadores, das suas
614 condições de trabalho, da proporção para o número de usuários e da qualidade da intervenção
615 profissional. Perguntas: primeiro, como adequar a qualificação do trabalho no SUAS considerando
616 os parâmetros normativos, vínculos, formas de seleção, composição da equipe e etc. Segunda:
617 existem iniciativas locais de capacitação e supervisão técnica continuada para os trabalhadores,
618 considerando a rede governamental e não governamental? Terceira: os trabalhadores conhecem e
619 se comprometem com as provisões do SUAS e seus princípios éticos políticos? Por exemplo, direito
620 a transferência de renda, ao serviço de qualidade, acesso a informação, convivência comunitária,
621 dentre outros. Dimensão 5: Assistência Social e direito no âmbito do pacto federativo. Da
622 constituição federal de 1988 e na LOAS a assistência social é descrita de seguridade social não
623 contributiva, direito do cidadão e dever do estado, realizado através de um conjunto integrado de
624 ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades humanas.
625 As famílias e indivíduos deixam de ser considerados como responsáveis pelas situações de
626 vulnerabilidade, e o risco a que estão submetidas, porque se compreende que tais situações são
627 resultantes da ausência ou precariedade do acesso a bens, serviços e riquezas que são produzidas
628 por todos os cidadãos brasileiros. Assim suas necessidades individuais e coletivas são entendidas
629 como direito que devem ser atendidas pelo poder público e em complementação pela sociedade
630 civil. A proteção social e a defesa de direitos são objetivos dessa política e devem ser garantidos a
631 todos os brasileiros de forma gratuita, independentemente de qualquer contribuição ou
632 contraprestação de condição socioeconômica, de orientação sexual, de gênero, de raça e etc. Deve
633 ser disponibilizada sem distinção com o mesmo nível de qualidade em todos os territórios urbanos
634 e rurais, mas ao mesmo tempo respeitando as especificidades locais e regionais, e as
635 particularidades de cada população. Questões: o poder público e a sociedade reconhecem que a

636 *assistência social, serviços, benefícios e transferência de renda é um direito constitucional? Como*
637 *se comprova? Segunda: quais as evidências, demonstração de que os usuários do SUAS*
638 *reconhecem o seu direito? Terceira: para além das provisões já asseguradas no SUAS, renda,*
639 *convivência, acolhida, desenvolvimento de autonomia, quais os outros serviços deveriam ser*
640 *ofertados pelo SUAS para ampliar e universalizar os direitos sociais? Instrumental II: Registro do*
641 *processo da conferência de assistência social 2015. Informações gerais da conferência. Nome do*
642 *município, nome completo do município por extenso seguido da unidade da federação.*
643 *Identificação da conferência, número sequencial da conferência, consideramos relevante registrar*
644 *quantas conferências já foram realizadas no local. Datas de realização, identificar o dia de início e*
645 *término da conferência, sem considerar os momentos preparatórios. Local de realização, indicar o*
646 *endereço do local de realização da conferência municipal. Porte do município, porte conforme*
647 *definidos na Política Nacional de Assistência Social. Número total de participantes, total de*
648 *presentes independente do segmento, considerando aqueles que trabalham na sua realização.*
649 *Número de delegados, conforme segmentos definidos na LOAS, identificar os delegados*
650 *participantes da conferência municipal. Quais e quantos eventos de mobilização antecederam a*
651 *conferência? Indicar o número de eventos preparatórios. I: pré-conferências. Eventos organizados*
652 *por território ou serviços em equipamentos públicos e/ou privados. II: palestras e/ou debates*
653 *públicos, encontros formativos para subsidiar a participação na conferência municipal. III: outras*
654 *formas. Indicar outros eventos de mobilização realizados no município. Ato de convocação da*
655 *conferência. Indicar qual a forma da convocação da conferência municipal e quais os responsáveis*
656 *pela convocação. As mais comuns são: resolução do conselho municipal de assistência social, ato*
657 *conjunto entre conselho municipal de assistência social e o prefeito municipal, decreto do prefeito*
658 *municipal. Programação da conferência: registrar as atividades previstas e os respectivos horários.*
659 *Sistematização das deliberações. O CNAS reconhece nos processos conferenciados municipais um*
660 *aumento único para o fortalecimento da participação ativa dos usuários em conjunto com os*
661 *gestores, trabalhadores e entidades socioassistenciais. Neste sentido após avaliação dos ganhos e*
662 *desafios enfrentados para a consolidação do SUAS no município, é chegada a hora de se posicionar*
663 *quanto as grandes prioridades para que se possa avançar ainda mais nos próximos 10 anos que se*
664 *seguem. Mais do que propor, agora convida-se os municípios a deliberar sobre quais são suas*
665 *grandes prioridades, considerando as múltiplas dimensões apontadas no instrumental I. Assim*
666 *conhecendo a realidade e as possibilidades decorrentes do pacto federativo, os delegados poderão*
667 *apontar o que se apresenta como essencial para os próximos passos rumo a um SUAS universal,*
668 *público e republicano. Priorizar e buscar no novo e no que já temos o essencial para que os*
669 *objetivos, planos e metas se tornem reais. A partir da realidade de cada município orienta-se que*
670 *os delegados possam se subdividir em grupos de trabalho de acordo as cinco dimensões elencadas*
671 *no instrumental I, feito isso recomenda-se que apontem até cinco prioridades a serem trabalhadas*
672 *em âmbito municipal, e mais, até cinco, contemplando as prioridades para o estado e União. Na*
673 *plenária final se chegará com um conjunto de prioridades que novamente serão debatidas por*
674 *todos os delegados presentes. Desta forma mais uma vez os delegados deverão priorizar elegendo*
675 *15 prioridades para o município, e cinco para que sejam encaminhados para a sistematização pelo*
676 *ente estadual. Veja um exemplo: caso sejam constituídos cinco grupos de trabalho, se chegará*
677 *nessa primeira etapa em até 25 prioridades destinadas ao município. E mais possivelmente 25*
678 *destinados ao estado e/ou a União. Caberá no segundo momento a plenária final eleger 15*

679 *prioridades para o âmbito municipal, e mais cinco a serem destinadas aos demais entes federados.*
680 *Para fins de sistematização e a padronização de conteúdos recomendamos que as prioridades*
681 *possam ter uma redação iniciada com verbo no infinitivo. Exemplos: realizar, fazer, implementar.*
682 *Alertamos para que os textos sejam elaborados em no máximo 10 linhas para que não se incorra*
683 *no erro de embutirmos subprioridades dentro daquelas, que de fato se busque defender. Avaliação*
684 *da conferência municipal. Processo avaliativo: registrar o processo de avaliação com os seus*
685 *momentos e instrumentos utilizados. Avaliação pelo participante. Utilizando as categorias ótimo,*
686 *muito bom, regular, ruim e péssimo, identificar a avaliação de participantes em relação aos*
687 *aspectos definidos. Instrumental II: registro do processo da conferência de assistência social 2015.*
688 *Informações gerais da... Ah ok, perdão. Avaliação dos ganhos, é isso? Não, não, não. Aonde*
689 *começa? Divulgação/mobilização. Atividades previamente realizadas para obter a maior e mais*
690 *representativa participação da conferência municipal. Local e infraestrutura. Espaço físico e*
691 *logísticas da organização da conferência municipal. Acessibilidade. Adequação do espaço físico,*
692 *tecnologias assistivas, equipe de apoio e demais condições para participação das pessoas com*
693 *deficiência conforme Informativo 03 de 2015. Programação: atividades e horários previstos para a*
694 *conferência municipal. Participação: envolvimento ativo dos delegados e demais presentes nas*
695 *atividades realizadas e na tomada de decisões da conferência municipal. Avaliação pelos*
696 *conselheiros. Utilizando os espaços, aspectos positivos, aspectos negativos e demais*
697 *considerações, registrar o resultado da discussão realizada pelo CMAS, depois de realizada a*
698 *conferência municipal. Data: identificar a data de finalização do registro da conferência municipal.*
699 *Assinatura das responsáveis pelo preenchimento desse registro. Deverá assinar aqueles ou aquelas*
700 *que preencherem esse registro. Assinatura do CMAS. O registro deve ser validado pelo conselho*
701 *municipal e por isso deverá ser assinado pelo mesmo. O quadro também se faz necessário? Não,*
702 *não é? Então anexo, instrumento II são os quadros e fim".* A Conselheira Carmen indicou no
703 instrumental II, avaliação da conferência municipal, na acessibilidade, acrescentar intérprete de
704 libras, considerando a sua importância. No item III. Etapas da Conferência Municipal, o
705 Conselheiro José Crus elogiou a clareza do documento orientador, parabenizando sua confecção.
706 No item III, 3.3 sugeriu incluir os outros equipamentos, com o professor Carlos Ferrari
707 concordando com essa proposta. O Presidente destacou no instrumental que as dimensões
708 fossem numeradas, para maior clareza e também, antes das questões, colocar Questões para
709 reflexões. O Conselheiro José Crus, considerando os eventos que estavam sendo realizados,
710 sugeriu colocar Conferência de Assistência Social de 2015, ao invés de X Conferência, ao que o
711 Presidente esclareceu que a questão havia sido discutida, sendo preciso fazer essa indicação em
712 alguns pontos. A Conselheira Marlene colocou a necessidade de relacionar o texto às perguntas,
713 ao que o Conselheiro José Crus indicou a inclusão do DF no primeiro parágrafo. No item II,
714 participação social, na dimensão do II, o Conselheiro José Crus indicou a terceira pergunta sobre a
715 paridade, sugeriu colocar entre Sociedade Civil, entre trabalhadores, usuários e entidades caso
716 existisse no município, considerando não estar presente em todos. Na IV e na V, sugeriu que
717 colocassem deliberações do conselho e das conferências. A Conselheira Marlene, na terceira
718 questão da dimensão II, deveriam manter o segmento de composição da Sociedade Civil, estando
719 regulado dessa forma e com o Conselheiro José Crus esclarecendo sua colocação. A Conselheira
720 Márcia propôs que o texto continuasse como estava. A Conselheira Célia defendeu a colocação do
721 item III, considerando a realidade existente, esclarecendo sua proposta e sugerindo a colocação de

722 uma nota de rodapé mais explicativa. O professor Carlos Ferrari observou que isso poderia ser
723 feito, falando como a paridade era alcançada pelo todo da Sociedade Civil. A Conselheira
724 Margareth falou sobre as dificuldades para representação de trabalhadores, indagando se
725 colocaria a situação do Conselheiro para nova candidatura e o envio de outro representante pela
726 entidade. O Conselheiro Anderson esclareceu que essa discussão estava pautada para junho na
727 Comissão de Política com a Comissão de Normas, trazer a representação do segmento das
728 entidades preponderantes de serviços, tendo que manter a questão e com a nota explicativa, com
729 o Conselheiro José Crus concordando com a colocação do rodapé. No item III, primazia da
730 responsabilidade do estado, com o Conselheiro José Crus solicitando esclarecimentos, com o
731 professor Carlos Ferrari esclarecendo que falavam do papel do estado. O Conselheiro José Crus
732 indicou na segunda questão, todas as novas orientações e estrutura do SUAS estão firmadas em lei
733 municipal, sugerindo colocar as unidades, sendo importantes que todas estivessem nomeadas na
734 lei municipal. Na dimensão IV: qualificação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto
735 federativo do SUAS, o Conselheiro Pedro. Indicou a ausência de três resoluções fundamentais na
736 qualificação dos trabalhadores: Resolução 08, de 2012, a Resolução 28, de outubro de 2014, e a
737 Resolução, 4 de 2013. A Conselheira Maria Lúcia lembrou que o município não fazia plano de
738 capacitação, mas sim os estados, com o Conselheiro Pedro indicando as normas que traziam a
739 questão. A Conselheira Célia complementou que a educação permanente era responsabilidade de
740 todos os entes federados, não só do estado e da União, com os municípios fazendo parte dessa
741 responsabilidade. O Conselheiro José Crus ponderou que a pergunta atendia, com a Resolução da
742 educação permanente induz o município a fazer uma leitura, mas com essa ação dependendo da
743 sua estrutura, incluindo-se a Resolução 04 de 2013, sobre a Política Nacional de Educação
744 Permanente do SUAS e com a Conselheira Telma sugerindo redação sobre a questão. Na dimensão
745 5, Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo, o Conselheiro José Crus falou sobre a
746 questão, questionando se não seria interessante colocar outra pergunta ou melhorar a segunda
747 sobre a participação do usuário. O professor Carlos Ferrari concordou com a proposta, com o
748 Conselheiro José Crus solicitando ajuda da Conselheira Maria Lúcia para elaborar a questão, que
749 falou sobre como o tema havia sido tratado em Fortaleza. O Presidente indicou o instrumental II,
750 registro do processo de Conferência, não havendo nenhum destaque, agradecendo a participação
751 do professor Carlos Ferrari. O Presidente indicou que a proposta de redação pelos Conselheiros
752 José Crus e Maria Lúcia seria trazida no dia seguinte. Indicou a presença da Secretária Nacional,
753 Sra. Ieda Castro, e do Secretário Adjunto, Sr. José Dirceu, propondo a suspensão do relato da
754 Comissão Organizadora e passando aos **Informes da SNAS**. A Secretária cumprimentou os
755 presentes, indicando a formalização dessa indicação e passando ao Sr. José Dirceu, que informou
756 que no dia anterior, em audiência na Comissão da Pessoa com Deficiência lembrava aos
757 deputados dessa estrutura como trabalhavam e sobre o sistema participativo federativo em todas
758 as instâncias, sugerindo que os mesmos participassem da CIT. A Secretária passou aos Informes:
759 *“Bom, eu me organizei aqui para a gente fazer quatro informes, que a gente acha que são*
760 *informes esclarecedores e necessários para socializar. O primeiro deles diz respeito ao nosso*
761 *compromisso de continuar com a política do cofinanciamento em relação ao que compete ao*
762 *governo federal, e aí dando continuidade a esse processo, a gente acabou de fazer uma*
763 *transferência de recurso da ordem de R\$ 160 milhões. Receberam recursos 4.136 entes, entre*
764 *municípios, estados e Distrito Federal. Esse recurso ele foi aquele recurso anunciado pela ministra*

765 lá no encontro do CONGEMAS. Seguiu aquela lógica que a gente já vinha trabalhando de transferir
766 recursos para os municípios que tivessem uma melhor capacidade de execução e menos recursos
767 no fundo. Com isso nós conseguimos pagar serviços de proteção básica, especial, pagamos uma
768 parte do IGD/SUAS, pagamos uma parte do ACESSUAS. E dentre esse serviço da básica, o PAIF,
769 serviço de convivência, especial PAEFI, abordagem social, cumprimento da medida e Centro Dia,
770 serviço de acolhimento. Então a gente fez um processo de transferências de forma que todos os
771 municípios tivessem pelo menos uma parcela das transferências mensais do governo federal. Esse
772 é ainda um processo que nós estamos trabalhando muito para que a gente consiga cumprir com
773 mais sistemática esse repasse, com menos transtorno. Então nós estamos socializando com vocês
774 o resultado desse trabalho que a ministra está fazendo junto ao Ministério da Fazenda e da
775 Presidência de liberação de recursos para que a assistência continue de forma regular, com os
776 repasses de forma regular e sistemática. Um segundo informe é em relação ao encontro, a gente
777 vai dar continuidade a oficina de capacitação de multiplicadores para o prontuário, o uso do
778 prontuário. Então essa oficina a gente também nesse novo formato da secretaria, a gente está
779 mudando um pouco o modelo de chamada dos estados para o apoio e o acompanhamento do
780 MDS, para o apoio técnico do MDS. Então a gente tirou o encaminhamento de potencializar todas
781 as vezes que a gente chamar o estado, a gente entrar com alguns temas e mais articulado de
782 forma a evitar pulverizações de ações e evitar encontros concomitantes, às vezes forçando o
783 estado a se dividir um pouco para cumprir uma e outra agenda. Então nesse 08 a 12 de junho aqui
784 em Brasília, a gente vai estar chamando o encontro de apoio técnico aos estados, o primeiro deste
785 ano. E oficina de capacitação dos multiplicadores para implantação do prontuário SUAS. Nas
786 orientações que já saíram para os estados, a gente está recomendando que o estado indique para
787 a oficina duas pessoas, dois trabalhadores, um da básica e um da especial preferencialmente, e
788 pode vir um terceiro, deve vim um terceiro da gestão da vigilância para poder a gente fazer esse
789 apoio técnico e ao mesmo tempo a capacitação de multiplicadores. Dois desses trabalhadores vão
790 vir com todas as despesas pagas, e esse terceiro vai vim com diária e passagem custeada pelo
791 governo federal. Não, é porque dois vem para a capacitação e vão ter suas despesas pagas, ele
792 não vai receber diária. Dois não recebem diária, tem as despesas pagas. Hospedagem,
793 alimentação e tal. E o terceiro que é o da gestão, vai vim com passagem e diárias que o governo
794 federal vai pagar. Aí ele vai ter que criar, fazer a reserva de hotel, a gente vai orientar para que
795 eles fiquem mais próximos e a gente possa garantir o deslocamento coletivo de todos. Então isso
796 vai acontecer de 08 a 12 de junho. Vai acontecer também, a gente está organizando, o encontro
797 nacional de monitoramento e vigilância social agora de 2015. A previsão é que a gente faça esse
798 encontro de 29 a 31 de julho de 2015. Esse encontro a gente também quer está discutindo o novo
799 formato para que ele seja um formato que a gente saia do encontro com algum produto, com algo
800 propositivo, a gente vem conversando isso lá com o DGSUAS. Então ele é um encontro que vai
801 mobilizar todos os estados, os COEGEMAS, como normalmente a gente vem mobilizando. Então
802 vocês se preparem também e a presença do conselho é muito importante nesses eventos que a
803 gente está chamando. Um último informe está relacionado a mesa de gestão do trabalho do SUAS.
804 A mesa foi instituída, mas ainda tem lacunas de indicações, no FONSEAS está indicado apenas a
805 Célia Melo como titular, falta confirmar o suplente. E o Ministério da Educação também ainda não
806 confirmou a sua indicação. E aí a gente precisa agilizar esse processo de indicação dessas pessoas
807 porque há uma previsão de data para a primeira reunião dias 08 e 09 de julho de 2015. Então essa

808 *seria a data de que a mesa estaria sendo instalada e o planejamento de trabalho sobre isso. Esse*
809 *assunto ele é um assunto muito importante e necessário. Hoje à tarde a gente recebeu um grupo*
810 *de trabalhadores de Natal, lá na secretaria, e uma das dificuldades que os trabalhadores*
811 *colocavam ali naquela hora é que a inexistência de uma mesa de negociação ela dificulta a*
812 *interlocução entre trabalhadores e gestores. E eles estão lá com uma pauta de luta, uma agenda*
813 *geral de todos os trabalhadores de Natal, e entre elas está plano de cargo e carreira, e como a*
814 *assistência não vem conversando entre si, trabalhadores e gestores, isso dificulta. Então é muito*
815 *importante que a gente estimule, que todos os entes tenham suas mesas de negociação sobre a*
816 *gestão de trabalho no SUAS. Por fim, nós queremos aproveitar e cumprimentar todos os*
817 *assistentes sociais, amanhã é dia do assistente social. E é um trabalhador que no SUAS tem um*
818 *protagonismo, teve um protagonismo em toda estrutura da LOAS, desde a aprovação da primeira*
819 *LOAS, vem tendo um papel importante no processo de consolidação do SUAS em todo país. Então é*
820 *importante fazer o registro no conselho, que a Secretaria Nacional de Assistência ela cumprimenta,*
821 *homenageia e reconhece publicamente todo o esforço que esses trabalhadores em articulação com*
822 *os demais trabalhadores que integram o SUAS tem tido, e o papel que eles têm tido nesse*
823 *atendimento cotidiano que a gente sabe que não é fácil enfrentar essas condições de vida que a*
824 *população mais pobre enfrenta. Então a gente quer fazer o registro do nosso reconhecimento*
825 *público da nossa homenagem e da nossa mensagem de fé e esperança de que a luta ela é*
826 *importante e ela haverá de nos trazer boas vitórias aí para frente, boas conquistas. Eu acho que no*
827 *mais é dizer que nós estamos participando dos encontros descentralizados do CNAS, vamos*
828 *garantir presença no Centro-Oeste, e é uma oportunidade ímpar a gente estar nos encontros com*
829 *os conselhos. Estamos no ano de conferência, nós tiramos encaminhamento que a secretaria vai*
830 *estar presente em todas as conferências municipais de metrópoles e capitais, e em todas as*
831 *conferências estaduais. Então lamentavelmente a gente não pode atender os pedidos de todos os*
832 *municípios pequenos, que pedem o apoio, a presença de um palestrante. Mas a gente tirou o*
833 *número reduzido de pessoal, de garantir a presença pelo menos nas capitais, metrópoles e nos*
834 *estados. Eu acho que em linhas gerais esses são os informes. Sem querer tomar muito tempo do*
835 *conselho. E a segunda parte, queremos ouvir se alguém, se vocês quiserem aproveitar a*
836 *oportunidade, ouvir um pouco a expectativa de vocês e o que vocês gostariam de ouvir ou de nossa*
837 *manifestação, ou coisas que precisamos incluir na nossa agenda lá da secretaria. Obrigada".* A
838 *Conselheira Carmen informou que no dia anterior havia acontecido uma audiência pública sobre a*
839 *residência inclusiva, destacando as dificuldades existentes e tendo a garantia da Presidenta que o*
840 *plano Viver Sem Limite II continuaria. O Conselheiro Anderson falou sobre a importância do tema,*
841 *propondo a realização de uma agenda da SNAS com os representantes do Fórum Nacional dos*
842 *Usuários do SUAS. O Pleno concedeu a palavra ao Sr. Vanderlei, que questionou que as*
843 *informações não chegavam rápido aos municípios, com a fonte federal, tendo prejudicado as*
844 *organizações sociais na execução dos seus trabalhos, ademais dos problemas quanto ao marco*
845 *regulatório. A Conselheira Célia parabenizou pela nomeação dos Secretários, mas ponderando que*
846 *o repasse dos recursos não resolvia a situação, mas trazia um grande alívio para estados e*
847 *municípios, considerando a situação atual. Solicitou maiores esclarecimentos sobre as oficinas de*
848 *08 a 12, falando sobre a questão e sugerindo a indicação de mais uma pessoa para a oficina de*
849 *apoio técnico, porque muitas vezes só a vigilância não resolvia a participação. Então é só essa*
850 *preocupação que eu fiquei, isso aí é situação em geral para todos os estados. O Conselheiro Alceu*

851 falou sobre as residências inclusivas e que eram um grande desafio, principalmente nos Conselhos
852 Municipais, colocando essa demanda. A Conselheira Maria Lúcia falou sobre as dificuldades
853 existentes quanto ao pacto federativo, que estava havia muito tempo na agenda da Assistência
854 Social. Ressaltou as dificuldades existentes nos municípios, discorrendo sobre as ações realizadas e
855 os procedimentos que estavam sendo tomados, inclusive quanto à pessoa com deficiência, com
856 todos devendo se unir para sanear os problemas. O Sr. José Dirceu relatou as conversas com os
857 parlamentares, ressaltando, também, as diversidades regionais, que impactavam na organização e
858 funcionamento das entidades, ademais da aplicação dos recursos existentes. Observou que a
859 solicitação de agenda dos usuários do SUAS seria tratada, ademais de esclarecer a questão do
860 financiamento, tendo sido inaugurada uma nova sistemática de repasse, discorrendo sobre a
861 questão. Ressaltou que o marco regulatório estava na agenda, tendo uma Câmara Técnica na CIT
862 sobre o tema, informando que o governo federal faria um decreto regulamentando o marco
863 regulatório no âmbito do governo federal existindo, também, uma consulta pública em toda a
864 rede, solicitando que a mesma fosse divulgada. Falou sobre a importância de preservar o Sistema,
865 colocando-se à disposição do CNAS para participar na resolução das questões colocadas. A
866 Secretária esclareceu a alteração do convite para a oficina do prontuário, tendo sido passada para
867 junho, considerando as dificuldades existentes, mas com a sugestão de incluir mais uma pessoa
868 podendo ser discutida e informada o mais breve possível. Falou para o Conselheiro Anderson que
869 estavam abertos para a agenda solicitada, discorrendo sobre a relevância no usuário nas políticas.
870 Que teriam que conversar no CNAS e também pautar na CIT as dificuldades pelos entes em
871 implantar serviços, adotando-se uma estratégia para a sua efetivação. O Presidente observou que
872 um dos itens da memória da Comissão Organizadora era uma avaliação da Reunião
873 Descentralizada e Ampliada, surgindo uma proposta de o CNAS articular com a SNAS e com o
874 gabinete da Ministra e produzir um documento convidando os prefeitos e governadores, a
875 apoiarem e darem sustentação ao processo de Conferência em seus estados e municípios, que em
876 sendo aprovada pelo Pleno, seria encaminhada em forma de memorando. O Presidente indicou as
877 questões a serem discutidas, e após algumas sugestões, informou que a ASCOM traria a proposta
878 da logomarca às 9h, priorizando-se essa apresentação. A Conselheira Solange registrou que esse
879 informe havia sido iniciado, sendo sua continuação no dia seguinte e solicitando os documentos a
880 serem trabalhados, com o Presidente indicando ser o Informe 4, anexos I, II, III e IV, com o Pleno
881 estando de acordo que se tratava de suspensão da reunião e seu prosseguimento no dia seguinte.
882 **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião, convidando a todos para retornarem no dia
883 seguinte às 9h. **ABERTURA.** Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e quinze, o Presidente
884 reiniciou a 233ª RO do CNAS, solicitando a conferência do quorum pela Secretária-Executiva:
885 Conselheiros Titulares: Conselheira Telma Maranhão Gomes, Conselheira Marlene de Fátima
886 Azevedo Silva, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira Célia Maria de Souza Lima,
887 Conselheira Raimunda Nonata Cadó, Conselheiro Alceu Kuhn, Conselheiro Anderson Lopes
888 Miranda, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheira Clátia Regina Vieira, Conselheiro Presidente
889 Edivaldo da Silva Ramos, Conselheira Patrícia Alves Vieira, Conselheiro Naelson da Silva Ferreira,
890 na titularidade. Conselheiros Suplentes: Conselheira Maria José de Freitas, Conselheiro Thiago
891 Barbosa Cabral, Conselheira Margareth Alves Dallaruvera. O Presidente parabenizou os
892 Assistentes Sociais pelo seu dia, solicitando uma salva de palmas para esses profissionais,
893 indicando a presença da professora Isabela Ramos que visitava o CNAS junto com seus alunos. Deu

894 as boas vindas à Secretária, que destacou a importância dessa categoria e parabenizou seus
895 companheiros Assistentes Sociais. Indicou que o CNAS estava com a vaga da Vice-Presidência,
896 tendo sido indicada a Conselheira Marlene para esse cargo, relatando a sua trajetória profissional.
897 Após uma salva de palmas, a Conselheira Marlene cumprimentou os Assistentes Sociais,
898 destacando seu protagonismo na política da Assistência social e sua satisfação em assumir a Vice-
899 Presidência. O Presidente prosseguiu com o **Relato da Comissão Organizadora**, com o
900 encaminhamento de elaboração de um documento, passando à leitura do item IV, anexo I do
901 pacote: *“Informe número IV de 2015. Informações Complementares sobre o processo de*
902 *Conferências de Assistência Social – 2015. Apresentação: Conselho Nacional de Assistência Social –*
903 *CNAS, empenhado em fortalecer a construção dos processos de Conferências de Assistência Social*
904 *nos Municípios, Estados, Distrito Federal e Nacional, apresenta este Informe, que tem o objetivo de*
905 *subsidiar os respectivos conselhos com um conjunto de informações para facilitar o trabalho de*
906 *realização das conferências. O Informe está organizado de acordo com os seguintes itens: 1.*
907 *Orientações gerais para o processo de realização das conferências - 2015; 2. Orientações*
908 *específicas aos Conselhos Estaduais sobre a representação dos Municípios nas conferências*
909 *Estaduais de Assistência Social; 3. Informações sobre a X Conferência Nacional de Assistência*
910 *Social; 4. Comissões de Trabalho da X Conferência Nacional de Assistência Social. Item 1 –*
911 *Orientações gerais para o processo de conferências – 2015. Tema: Consolidar o SUAS de vez, rumo*
912 *a 2026. Lema: Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que*
913 *queremos. Subtemas: Subtema 1: O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a*
914 *cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios;*
915 *Subtema 2: O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS; e Subtema 3: Fortalecimento da*
916 *participação e do controle social para a gestão democrática. Obs.: Os conteúdos dos subtemas*
917 *encontram-se no [Informe CNAS nº 01/2015](#). Convocação da X Conferência Nacional: A Ministra de*
918 *Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em Conjunto com o Presidente do Conselho*
919 *Nacional de Assistência Social, por meio da [Portaria Conjunta CNAS/MDS nº 1](#), de 9 de fevereiro de*
920 *2015, convoca extraordinariamente a X Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras*
921 *providências, cujo tema é Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026 e o Lema: Pacto Republicano do*
922 *SUAS rumo a 2026 – O SUAS que temos e o SUAS que queremos. Cronograma do Processo de*
923 *Conferências de Assistência Social – 2015: O CNAS, por meio da [Resolução nº 3](#), de 20 de março de*
924 *2015, definiu o período de realização das Conferências de Assistência Social de 2015: Conferências*
925 *Municipais - prazo inicial: 11 de maio - prazo final: 10 de agosto de 2015; Conferências Estaduais e*
926 *do Distrito Federal - prazo final: até 19 de outubro de 2015. Obs.: O prazo máximo para os CEAS e*
927 *CAS/DF preencherem o relatório de realização de suas conferências no Sisconferência é de até 10*
928 *dias após a realização das mesmas. Conferência Nacional de Assistência Social: 07 a 10 de*
929 *dezembro de 2015. 1.1 - Competências dos Conselhos no processo de conferências: Cabe aos*
930 *Conselhos municipais organizarem suas conferências, primando por realizações de encontros*
931 *preparatórios com a participação de usuários, trabalhadores entidades e gestores. Cabe aos CEAS*
932 *coordenarem o processo das conferências municipais de seu Estado e organizarem suas*
933 *Conferências Estaduais, bem como estabelecer os critérios de distribuição de vagas para as*
934 *conferências estaduais; Cabe ao CNAS dar orientações gerais para o processo das conferências*
935 *municipais estaduais e do DF e organizar a Conferência Nacional. 1.2 - Deliberações do CNAS para*
936 *a condução do processo de conferências - 2015: Que os conselhos de assistência social municipais,*

937 estaduais e do Distrito Federal convoquem suas conferências em conformidade com o tema e o
938 lema e de acordo com as orientações emanadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social –
939 CNAS. As conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal devem tratar específica e
940 exclusivamente da política de assistência social, de modo a avaliarem o Plano Decenal 2005/2015
941 e proporem diretrizes para a construção do Plano Decenal do SUAS – 2016/2026. Que os
942 municípios realizem suas conferências com a participação da Sociedade Civil (usuários,
943 trabalhadores e entidades) e do Governo: a) Quem são os representantes dos usuários do SUAS nas
944 conferências? Segundo o art. 1º da [Resolução CNAS nº 24/2006](#) transcrito a seguir, define que: “Os
945 Usuários são sujeitos de direitos e público da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e que,
946 portanto, os representantes de usuários ou de organizações de usuários são sujeitos coletivos
947 expressos nas diversas formas de participação, nas quais esteja caracterizado o seu protagonismo
948 direto enquanto usuário. § 1º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas
949 aos programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS, organizadas sob diversas formas, em
950 grupos que têm como objetivo a luta por direitos. Reconhecem-se como legítimos: associações,
951 movimentos sociais, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição
952 jurídica, política ou social. § 2º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente
953 constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de
954 indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização
955 mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria
956 participação ou de seu representante legal, quando for o caso. A Conferência deve assegurar a
957 representação de pelo menos 1/3 de usuários. Nesse sentido, é importante observar o que
958 estabelece a [Resolução do CNAS nº24/2006](#), ou seja, para a escolha dos Delegados, representantes
959 de usuários, pode-se eleger pessoas que estejam numa organização juridicamente constituída ou
960 usuários que participam regularmente de serviços, programas e atividades desenvolvidas nos CRAS
961 ou em outras unidades de execução da Política de Assistência Social. Exemplos: grupos de
962 beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, famílias de
963 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, entre outros. Por que os usuários
964 devem participar das conferências? A [Resolução CNAS nº24/2006](#), representa importante avanço
965 para ampliar a participação dos usuários, pois permite que estes sejam representados por grupos
966 de usuários vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social nos
967 Municípios e Estados e não apenas por associações formalmente constituídas. O sucesso de uma
968 Conferência de Assistência Social depende da participação popular. A presença dos usuários é
969 fundamental para que os objetivos sejam alcançados. A finalidade de uma conferência é de
970 conferir e avaliar o que está sendo realizado e propor novas medidas para que a Política de
971 Assistência Social possa avançar para atender às necessidades e direitos dos seus usuários. A
972 população deve decidir, de forma autônoma, sobre suas necessidades e interesses para atuarem
973 como sujeito de transformação, rompendo com os processos de exclusão social. Este é o ponto de
974 partida da assistência social comprometida com a participação popular e com um projeto de uma
975 nova sociedade mais democrática, justa e solidária. Assim sendo, torna-se necessário desencadear
976 um amplo movimento de mobilização nos municípios, particularmente dos usuários dos serviços
977 socioassistenciais, para que sejam protagonistas nas decisões tomadas nas Conferências. Como a
978 participação dos usuários deve ser evidenciada nas conferências? Os usuários dos programas,
979 projetos, serviços, benefícios e programa de transferência de renda devem estar presentes nas

980 conferências, como delegados. Deve se garantir a participação de um representante dos usuários
981 na mesa de abertura da conferência, com direito à fala, dentre outras estratégias a serem
982 definidas pela comissão organizadora. Por que se deve mobilizar os usuários e demais sujeitos
983 envolvidos na Assistência Social para a participação nas conferências? Em geral, os diversos
984 sujeitos e organizações que participam das Conferências têm acesso diferenciado às informações.
985 Para que todos possam se articular e se preparar igualmente para as discussões, o processo de
986 mobilização deve levar em conta a capacitação dos participantes. Essa pode ser realizada por meio
987 de reuniões, encontros, palestras, debates públicos, pré-conferências temáticas, e outros eventos
988 preparatórios. Com o objetivo de garantir e qualificar ainda mais a participação popular e,
989 principalmente, a presença dos usuários da assistência social nas conferências, é fundamental
990 desencadear um movimento de mobilização nos municípios, estados e Distrito Federal,
991 particularmente dos usuários dos serviços, programas, projeto e benefícios socioassistenciais, para
992 que estes sejam protagonistas nas decisões tomadas nas Conferências, por meio das deliberações.
993 A [NOB/SUAS 2012](#), no §2º do art. 118, ressalta que podem ser realizadas etapas preparatórias às
994 conferências, mediante a convocação de pré-conferências, reuniões ampliadas do conselho ou
995 audiências públicas, entre outras estratégias de ampliação da participação popular. O CNAS
996 reafirma o importante papel dos Estados na coordenação, incentivo e acompanhamento das
997 mobilizações para as Conferências nos Municípios, visando qualificar, fortalecer e ampliar a
998 participação dos usuários da assistência social. É fato que cada Município desencadeará esse
999 processo de acordo com suas possibilidades, utilizando diferentes estratégias: aproveitar os
1000 espaços já existentes nos serviços e programas socioassistenciais (CRAS, CREAS e entidade da rede
1001 complementar); estimular as discussões em associações onde haja a participação de usuários da
1002 assistência social; promover debates específicos sobre a temática da conferência; envolver
1003 organizações locais que possam se constituir como parceiros na ampliação dos debates em nível
1004 local, entre outras. b) Quais são os representantes das entidades de assistência social nas
1005 entidades? O [Decreto nº 6.308/2007](#) define que as entidades e organizações são consideradas de
1006 assistência social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos,
1007 missão e público alvo, de acordo com as disposições da [Lei nº 8.742/93 - LOAS](#). São características
1008 essenciais das entidades e organizações de assistência social, segundo o [Decreto nº 6.308/2007](#): I.
1009 realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência
1010 social, na forma deste Decreto; II. garantir a universalidade do atendimento, independentemente
1011 de contraprestação do usuário; e III. ter finalidade pública e transparência nas suas ações. As
1012 entidades e organizações de assistência social devem prestar os serviços de forma continuada,
1013 permanente e planejada, de acordo com os princípios e diretrizes da PNAS e do SUAS, e
1014 principalmente, sem condicionar o atendimento a qualquer forma de pagamento ou colaboração.
1015 A [Resolução CNAS nº109/2009](#), que Tipifica os Serviços Socioassistenciais; a [Resolução CNAS nº](#)
1016 [27/2011](#), que Caracteriza as Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos; a
1017 [Resolução CNAS nº 33/2011](#), que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no
1018 campo da assistência social e estabelece seus requisitos; e a [Resolução CNAS nº 34/2011](#), que
1019 define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à
1020 vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos, também
1021 regulamentam os serviços e ações socioassistenciais. c) Quem são os representantes trabalhadores
1022 do SUAS nas conferências? (incluir aqui a posição do CNAS em relação aos Trabalhadores do SUAS

1023 a ser aprovada na Plenária de 15/05). 2. Orientações específicas aos Conselhos Estaduais sobre a
1024 representação dos municípios nas conferências municipais de assistência social: Recomendar aos
1025 Estados, em observância aos princípios legais da publicidade e transparência, que estabeleçam
1026 com antecedência os critérios de distribuição de vagas para Delegados dos municípios nas
1027 Conferências Estaduais. As definições a que alude o item acima deverão se dar antes do início da
1028 realização das Conferências Municipais. Recomenda que o processo de escolha dos delegados
1029 estaduais ocorra no âmbito da Conferência Estadual, em estrita observância aos princípios legais
1030 da Legitimidade e Publicidade. Recomenda que os Estados realizem os encontros regionais, após as
1031 conferências municipais, visando a discussão de conteúdo vinculado à agenda dos pactos e não
1032 em relação à indicação de delegados, que deve ser deliberado na Conferência Estadual. Que as
1033 diretrizes para a construção dos Planos Municipais de Assistência Social sejam discutidas e
1034 aprovadas nas conferências municipais; as diretrizes para a construção dos Planos Estaduais e do
1035 Distrito Federal sejam discutidas e aprovadas nas conferências Estaduais e do DF; e que as
1036 diretrizes para a construção dos Planos Nacional: diretrizes nacionais (todos os entes) e federal
1037 (âmbito Nacional) de Assistência Social sejam discutidas e aprovadas na conferência Nacional de
1038 Assistência Social. As conferências municipais, estaduais, do Distrito Federal e Nacional devem
1039 garantir a acessibilidade dos participantes em relação ao local do evento e aos materiais e
1040 apresentações, em conformidade com a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada
1041 pelo Decreto nº 5.296 de 4 de dezembro de 2004 e o [Informe CNAS nº 03 da X Conferência](#)
1042 [Nacional de Assistência Social](#). 3. Informações sobre a X Conferência Nacional de Assistência
1043 Social. Local: Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Brasília/DF. Data: 7 a 10 de dezembro de
1044 2015. Total Geral de participantes: 1.584. Total Geral de Delegados: 1408. 36 Delegados Natos
1045 (CNAS). 58 Delegados Nacionais. 1.134 Delegados de âmbito estadual/DF e municipal, 176
1046 convidados (critérios do CNAS). À luz do formato da X Conferência Nacional de Assistência Social, o
1047 CNAS considerou pertinente não contemplar a categoria “Observador”, em razão que esta
1048 conferência tem caráter de planejamento e proposições de diretrizes para o Plano Decenal –
1049 2016/2026. Distribuição dos Delegados de âmbito municipal, estadual e do Distrito Federal para a
1050 X Conferência Nacional de Assistência Social. Este vem com apreciação posterior do colegiado, não
1051 é? E aí anexado ao informe. Logomarca da X Conferência Nacional de Assistência Social. Informes
1052 CNAS já publicizados: INFORME CNAS Nº 01/2015 - Conteúdos da X Conferência Nacional de
1053 Assistência Social. INFORME CNAS Nº 02/2015 - Contribuições à realização das Conferências de
1054 Assistência Social – Passo a Passo. INFORME CNAS Nº 03/2015 - Recomendações aos Conselhos
1055 para garantir a acessibilidade nas Conferências de Assistência Social. Site: www.mds.gov.br/cnas.
1056 Blog: <http://blogcnas.org/>. E-mail: cnas.xconferencia@mds.gov.br. 4. Comissões de trabalho da X
1057 Conferência Nacional de Assistência Social. Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de
1058 Assistência Social: Foi publicada a [Resolução CNAS nº 1/2015](#), de 10 de fevereiro, que cria a
1059 Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social. Composição: Presidente
1060 do Conselho Nacional de Assistência Social, Edivaldo da Silva Ramos; Vice-Presidente do Conselho
1061 Nacional de Assistência Social, Marlene Azevedo Silva. I - Na condição de membro titular: a) Clátia
1062 Regina Vieira, conselheira representante dos trabalhadores do SUAS; b) Raimunda Nonata Cadó,
1063 conselheira representante das entidades e organizações de assistência social; c) Alceu Kuhn,
1064 conselheiro representante dos usuários da assistência social e de organizações de usuários; d) Léa
1065 Lúcia Cecílio Braga, conselheira representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

1066 à Fome – MDS; e) Maria Lúcia Marquim, conselheira representante do Colegiado Nacional de
1067 Gestores e Gestoras Municipais de Assistência Social - CONGEMAS; f) Célia Maria de Souza Lima,
1068 conselheira representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social -
1069 FONSEAS; g) Aldenora Gomes González, Coordenadora da Comissão de Monitoramento das
1070 Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social; h) Fábio Bruni, Coordenador
1071 Adjunto da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de
1072 Assistência Social. II - Na condição de membro suplente: a) Leovane Gregório, conselheiro
1073 representante dos trabalhadores do SUAS; b) Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral,
1074 conselheiro representante das entidades e organizações de assistência social; c) Samuel Rodrigues,
1075 conselheiro representante dos usuários da assistência social e de organizações de usuários; d)
1076 Solange Teixeira, conselheira representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
1077 Fome - MDS; e) Ubirajara Bento Marques, conselheiro representante do Colegiado Nacional de
1078 Gestores (as) Municipais de Assistência Social - CONGEMAS; f) Zilene Rabelo, conselheira
1079 representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social - FONSEAS; g)
1080 Jucileide Ferreira do Nascimento, membro da Comissão de Monitoramento das Deliberações das
1081 Conferências Nacionais de Assistência Social; h) Pedro Tomaz, membro da Comissão de
1082 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social. Compõe a
1083 Comissão Organizadora, na qualidade de convidados, Monica Aparecida Rodrigues, titular; e
1084 Márcia Muchagata, suplente, representantes do Gabinete da Ministra; e Brenda Ferreira Silva,
1085 titular; e Denise Kroeff, suplente, representantes da Secretaria Executiva do Ministério do
1086 Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Equipe de Relatoria Colegiada da X Conferência
1087 Nacional de Assistência Social: Carlos Eduardo Ferrari: Administrador de empresas, pós-graduado
1088 em marketing pela Fundação Gásper Líbero e mestre em administração. Membro do Comitê
1089 Técnico Científico da União Latino-Americana de Cegos; Presidente do Conselho Nacional de
1090 Assistência Social – CNAS - Gestão 2010/2012; Consultor do Programa das Nações Unidas para o
1091 Desenvolvimento – PNUD; Professor dos cursos de extensão comunitária da Faculdade Paulus de
1092 Tecnologia e Comunicação – FAPCOM; atualmente está como conselheiro do Conselho Nacional de
1093 Saúde; colunista dos Jornais de Bairros Associados e Diário do Grande ABC. Célio Vanderlei Moraes
1094 – nós estamos aguardando informações sobre o currículo do Célio, por isso não está descrito.
1095 Denise Colin: Pós-graduada em Serviço Social pela PUC/PR; mestre em Sociologia pela UFPR e
1096 doutora em Sociologia pela UFPR. É assessora da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos
1097 de Planejamento Institucional do Ministério Público do Estado do Paraná e professora da PUC/PR.
1098 Foi coordenadora da Política Estadual de Assistência Social da Secretaria do Trabalho, Emprego e
1099 Promoção Social do Paraná, no período de 2003 a 2009 e Secretária Nacional de Assistência Social
1100 no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no período de 2011 a 2014. Tem
1101 experiência na área de serviço social, com ênfase em Defesa de Direitos e Garantias
1102 Constitucionais. - Maria Luiza Rizzoti: Assistente Social, doutora e pós-doutora Política Social pela
1103 Pontifícia Universidade de São Paulo. Professora Colaboradora da Universidade Estadual de
1104 Londrina no Programa de Pós Graduação em Política Social e Serviço Social. Membro do Núcleo de
1105 Estudos sobre Gestão de Políticas Sociais. Coordenadora da Pesquisa sobre Gestão e Território em
1106 parceria com a PUC/SP. Gestora da política de assistência social no município de Londrina de 2001
1107 a 2008. Secretária Nacional de Assistência Social - MDS no ano de 2010. Colaboradoras da X
1108 Conferência Nacional de Assistência Social: Márcia Lopes: Assistente Social, mestre em Política

1109 Social pela PUB/SP, professora por 30 anos da UEL, Secretária de Assistência Social de Londrina –
1110 93/96, Conselheira municipal, estadual e nacional de Assistência Social, Secretária Nacional de
1111 Assistência Social e Secretária Executiva do MDS (2004/2007). Ministra de Estado do
1112 Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010) e consultora nacional e internacional pelos
1113 organismos da ONU (atual). Valdete de Barros: ainda falta a complementação das informações.
1114 Então é esse o conteúdo dos informes IV de 2015”. O Conselheiro Samuel indicou o item 1, letra a,
1115 página cinco, sugerindo incluir o CENTRO POP junto com CRAS e CREAS. O Presidente esclareceu
1116 que estavam sugerindo não apenas os CENTROS POP, mas também outros serviços, demais
1117 unidades ou equipamentos. O Conselheiro Thiago destacou na página cinco, no último parágrafo,
1118 onde mencionava as Resoluções CNAS, e tipificava as entidades de Assistência Social, faltando
1119 incluir as alterações trazidas pela Lei 12.868, de 2013, esclarecendo sua colocação. O Presidente
1120 destacou onde dizia que a política nacional do SUAS, principalmente sem condicionar qualquer
1121 forma de pagamento ou colaboração, questionando se não deveriam ressaltar o que estava no
1122 Estatuto do Idoso, conforme a lei. O Conselheiro Anderson sugeriu a alteração da Resolução N.º
1123 24, colocando-se para os usuários o mesmo que havia sido incluído para os trabalhadores,
1124 conforme proposta da Comissão de Política, Comissão de Acompanhamento aos Conselhos junto
1125 com a Comissão de Normas. O Presidente indagou se isso seria feito imediatamente, com o
1126 Conselheiro Anderson informando que essa alteração seria até junho, não sendo divulgada e
1127 alterada posteriormente. O Presidente indicou que poderiam colocar uma observação, com essa
1128 norma sendo objeto de estudo. O Conselheiro José Crus sugeriu recomendar aos Conselhos
1129 Estaduais que um dos critérios a serem adotados para as Conferências Municipais era o número
1130 de participantes nas Conferências Municipais e o número de participação dos usuários, ademais
1131 de o CNAS não reconhecer as conferências regionais da forma como estava, mas sim
1132 reconhecendo as estaduais e municipais com avaliação e deliberação de cada ente. Indicou a
1133 recomendação para que os estados realizassem encontros regionais após Conferências Municipais
1134 visando a discussão de conteúdos vinculados à agenda dos pactos e não em relação à indicação de
1135 delegados, complementando agenda dos Pactos de Aprimoramento do SUAS. A Conselheira
1136 Carmem sugeriu retirar a Lei 10.098 e deixar: em conformidade com o Decreto 5.296, que
1137 regulamentava as Leis 10.048 e a 10.098, ou colocando as duas Leis, sendo acatada essa última
1138 sugestão. A Conselheira Telma parabenizou a Conselheira Marlene por sua indicação e os
1139 Assistentes Sociais pela data comemorativa. Considerou importante que dentro dos critérios das
1140 Conferências Estaduais desse item, era importante o critério por porte dos municípios e a
1141 população, assim como nos critérios da recomendação, também serem colocados para os estados.
1142 Falou sobre as conferências regionais, citando o exemplo do Paraná, não dando para colocar esse
1143 desconhecimento, tendo que colocar que o CNAS não reconhecia conferências regionais, que
1144 substituíam as municipais e estaduais, esclarecendo sua colocação. O Presidente solicitou à
1145 Secretária-Executiva que anotasse as propostas feitas, para observação posterior. A Conselheira
1146 Célia sugeriu que, juntamente com os Conselheiros José Crus e Telma verificassem o texto,
1147 lembrando que haviam colocado anterior que não deveriam recomendar critérios, ademais da
1148 realização de encontros regionais, sendo acatado que trariam uma proposta para essa questão. O
1149 Conselheiro Naelson questionou se haviam tratado de conferências conjuntas, colocando-se uma
1150 posição também sobre esses eventos. O Presidente esclareceu que a conferência conjunta já
1151 estava disciplinada pelo Pleno na Resolução 04, sendo únicas e exclusivamente de Assistência

1152 Social. O Conselheiro Anderson falou sobre a falta de usuários na realização de conferência, com
1153 esse evento não sendo válido para tratar da questão dos serviços, com o Presidente sugerindo que
1154 se unisse ao grupo formado para essa redação. A seguir, falou sobre o quadro de delegados, com o
1155 Sr. Hugo reposicionando o Distrito Federal em relação a esse quadro de vagas, tendo aplicado
1156 apenas o critério populacional do DF, com as vagas que haviam sobrado sendo redistribuídas para
1157 os municípios. O Sr. Hugo esclareceu os procedimentos usados, ficando com a seguinte
1158 distribuição: delegados municipais por estado: Acre – 26; Alagoas – 36; Amazonas – 30; Amapá –
1159 24; Bahia – 54; Ceará – 46; Espírito Santo – 38; Goiás – 42; Maranhão – 44; Minas Gerais – 72;
1160 Mato Grosso do Sul – 44; Mato Grosso – 38; Pará – 42; Paraíba – 40; Pernambuco – 44; Piauí – 42;
1161 Paraná – 54; Rio de Janeiro – 50; Rio Grande do Norte – 36; Rondônia – 26; Roraima – 36; Rio
1162 Grande do Sul – 54; Santa Catarina – 44; Sergipe – 34; São Paulo – 86 e Tocantins – 34. Então um
1163 total de 1116 delegados municipais, os 18 do Distrito Federal e o número de delegados estaduais
1164 no número de 180. O Presidente agradeceu pelo trabalho apresentado, sendo aprovado pelo
1165 Pleno. Item 4. Registrou que esse documento era uma junção de outros documentos,
1166 esclarecendo como havia sido construído. A Conselheira Margareth indicou o anexo II, ponto 10,
1167 que ficaria incoerente, considerando a alteração da Resolução 23, querendo incluir a nova
1168 redação, ao que o Presidente ponderou que se fosse aprovada, fariam a alteração
1169 correspondente, suspendendo todo o instrumento para análise posterior. O Presidente indicou os
1170 itens sequenciais sem manifestação pelo Pleno, sendo que no item 10, sobre a logomarca, a
1171 ASCOM apresentaria à tarde. Observou que encaminhariam aos CAS e ao DF um calendário das
1172 conferências, como também para a ASCOM poder elaborar o plano. Indicou as pendências a serem
1173 elaborados para aprovação posterior do Relato da Comissão organizadora. A Conselheira Marlene
1174 lembrou que seria apresentado o Relato da Comissão de Financiamento que implicava em quórum
1175 qualificado, sugerindo que passassem para o Relato da Presidência Ampliada. O Presidente
1176 informou que antes, passariam para o **Relato da Presidência e Secretaria Executiva**: “*Ausências*
1177 *Justificadas na 233.ª Reunião: A Conselheira Eufrásia Agizzio nesta reunião Ordinária devido a*
1178 *problemas de saúde na família; A Conselheira Dulcinéia Reginato Francisco nesta reunião devido a*
1179 *problemas de saúde na família; O Conselho Anderson Miranda na 138ª Reunião da CIT, no dia 21*
1180 *de maio, devido a compromissos institucionais; A Conselheira Lea Braga na Reunião da Comissão*
1181 *Organizadora e nesta Reunião Ordinária, por motivo de férias; O Conselheiro Fábio Bruni nos dias*
1182 *14 e 15 de maio, por motivos de férias; O Conselheiro Thiago Cabral na Reunião da Comissão de*
1183 *Normas e no dia 14 de maio, por compromissos institucionais; A Conselheira Cláudia Faquinote nos*
1184 *dias 14 e 15 de maio, devido a compromissos institucionais. 1. Convocações/ participação: O*
1185 *Presidente do CNAS, Edivaldo Ramos, representou o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS*
1186 *na premiação no 50º Painel Latino Americano de Integração, organizado pela Câmara*
1187 *Internacional de Pesquisas e Integração Social (CIPIS) realizada no dia 17 de abril em Curitiba/PR, e*
1188 *recebeu a “Medalla a la Integración Simón Bolívar” por sua liderança e atuação na Política*
1189 *Administrativa em prol da Integração Social no Brasil, com reflexos positivos nos Estados e na*
1190 *Federação de Países da América Latina no ano de 2015; O Presidente do CNAS participou da mesa*
1191 *de abertura e da Oficina sobre o processo de Conferências de Assistência Social em 2015, no*
1192 *XVII Encontro Nacional do CONGEMAS realizado nos dias 28 a 30 de abril, em Fortaleza/CE; O*
1193 *Presidente do CNAS, as Conselheiras Solange Teixeira e Raimunda Cadó participaram da Reunião*
1194 *Regional do CNAS com os CEAS da Região Sul e Sudeste nos dias 23 e 24 de abril de 2015, em Belo*

1195 *Horizonte/MG; A Conselheira Margarida Munguba Cardoso foi convocada para representar o*
1196 *Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS na 1ª Reunião da Coordenação Colegiada do*
1197 *Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional, no dia 28 de abril de 2015, em Brasília/DF; O*
1198 *Presidente do CNAS e as Conselheiras Solange Teixeira e Raimunda Cadó participaram da Reunião*
1199 *Regional do CNAS com os CEAS - Região Nordeste, realizada nos dias 6 e 7 de maio de 2015, em*
1200 *São Luís/MA; O presidente do CNAS, a Conselheira Léa Braga e o Conselheiro Leovane Gregório*
1201 *participaram da 1ª Teleconferência sobre processos de conferências, no dia 27 de abril, na TV NBR*
1202 *em Brasília/DF; Os integrantes titulares da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de*
1203 *Assistência Social foram convocados para 4ª Reunião da Comissão Organizadora da X Conferência*
1204 *Nacional de Assistência Social no dia 11 de maio, de 13h as 18h, e no dia 12 de maio de 2015, de*
1205 *9h às 18h, em Brasília/DF; Os Conselheiros Nacionais, Titulares e Suplentes foram convocados para*
1206 *a 233ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS realizada no período*
1207 *de 13 a 15 de maio, em Brasília/DF; A Conselheira Juliana Agatte foi convocada e representou o*
1208 *CNAS na reunião da Plenária Nacional dos Conselhos e Movimentos Sociais contra a Redução da*
1209 *Maioridade Penal, realizada no dia 05 de maio, em Brasília/DF; A Conselheira Jucileide Nascimento*
1210 *foi convocada e representou o CNAS na Assembleia da Rede Brasileira de Comitês para o Controle*
1211 *da Tuberculose no Brasil, no dia 12 de maio, em Brasília/DF; A Conselheira Clátia Vieira foi*
1212 *convocada e representou o CNAS na Reunião Ampliada do Conselho Estadual de Assistência Social*
1213 *do Rio de Janeiro, no dia 07 de maio de 2015; O Conselheiro Naelson Ferreira foi convocado e*
1214 *representou o CNAS na Reunião Descentralizada do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio*
1215 *Grande do Norte e no Lançamento da Conferência Estadual de Assistência Social do Rio Grande do*
1216 *Norte, no dia 08 de maio em Natal/RN; O Conselheiro Anderson Miranda foi convocado para*
1217 *representar CNAS na 138ª Reunião da CIT, no dia 21 de maio de 2015, em Brasília/DF, mas em*
1218 *função compromissos institucionais, o Conselheiro Naelson Ferreira foi convocado para representar*
1219 *o CNAS nessa reunião; A Conselheira Solange Teixeira foi convocada para representar o CNAS na*
1220 *9ª Reunião Plenária da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), nos dias 21 e*
1221 *22 de maio, em Brasília; 1. Participação SE/CNAS: A servidora Celda Maria Chaves de Souza foi*
1222 *convocada e prestou apoio operacional na Reunião Regional do CNAS com os CEAS da Região Sul e*
1223 *Sudeste nos dias 23 e 24 de abril de 2015, em Belo Horizonte/MG, e na Reunião Regional do CNAS*
1224 *com os CEAS Região Nordeste, realizada nos dias 6 e 7 de maio, de 09h às 18h, em São Luís/MA; A*
1225 *Secretária Executiva Substituta do CNAS, Maria Auxiliadora Pereira participou da Reunião de*
1226 *Secretários-Executivos e Coordenadores dos Conselhos e Comissões Nacionais promovida pela*
1227 *Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria - Geral da Presidência da República, dia 07*
1228 *de maio, em Brasília/DF, que teve como pauta o Balanço e avaliação do Fórum Participa Brasil -*
1229 *Interconselhos – PPA- 2016-2019, ocorrido nos dias 14, 15 e 16 de abril, e discutir sobre as*
1230 *Audiências Públicas do PPA regionais – formato e calendário. Participações convidados: Os*
1231 *integrantes da Relatoria da X Conferência Nacional de Assistência Social Denise Colin, Célio*
1232 *Vanderlei, Carlos Eduardo Ferrari, Maria Luiza Rizzoti e as Colaboradoras Márcia Lopes e Valdete*
1233 *de Barros foram convidados para participar da 4ª Reunião da Comissão Organizadora da X*
1234 *Conferência Nacional de Assistência Social, dias 11 e 12 de maio, em Brasília/DF; Os colaboradores*
1235 *da X Conferência Nacional de Assistência Social Maria Luiza Rizzoti, Carlos Eduardo Ferrari e*
1236 *Márcia Lopes foram convidados para apresentação e discussão dos subtemas da X Conferência na*
1237 *plenária do CNAS no dia 14 de maio. E-mails enviados aos conselheiros do CNAS: Apresentações*

1238 em Power Point projetadas na Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS no dia 16/04/2015:
1239 Avaliação do Plano Decenal e construção do processo de Conferência de Assistência Social;
1240 InfoSUAS - 30/04/2015 - Gestores destacam troca de experiências como grande atrativo do
1241 CONGEMAS; Ata e gravação da 232ª Reunião Ordinária do CNAS; Ata e gravação da Reunião
1242 Descentralizada e Ampliada do CNAS ocorrida no dia 16/04/2015; Pauta da 233ª Reunião
1243 Ordinária do CNAS – DOU 07/05/2015 – SEÇÃO I – PÁGINA 52; InfoSUAS - 07/05/2015 - MDS libera
1244 R\$ 160 milhões para serviços socioassistenciais; Boletim Brasil Social - Maio/2015. Relatório
1245 enviado pela Conselheira Dulcinéia Reginato Francisco referente a sua participação no FÓRUM
1246 DIALOGA BRASIL INTERCONSELHOS - PPA 2016/2019 ocorrido no período de 14 a 16 de abril de
1247 2015; Relatório enviado pela Conselheira Juliana Agatte referente a sua participação na Plenária
1248 Nacional de Conselhos e Movimentos Sociais contra a redução da maioria penal ocorrida no dia
1249 07 de maio de 2015, para conhecimento. Informe sobre a abertura da Consulta Pública do Decreto
1250 da Lei de Fomento e de Colaboração, para conhecimento e ampla divulgação; Nota do CFESS
1251 Informa sobre a violência no Paraná e regulamentação das Comunidades Terapêuticas; 5.1 CNAS
1252 INFORMA enviados do dia 27 de abril a 13 de maio: Enviado dia 27 de abril: Teleconferência Sobre
1253 Conferência de Assistência Social em 2015 foi realizada e será retransmitida; Enviado dia 6 de
1254 maio: CNAS disponibiliza link com vídeo da Reunião Descentralizada e Ampliada realizada no
1255 Distrito Federal; Enviado dia 12 de maio: Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as
1256 Conferências de Assistência Social (SUAS) e as Conferências de Assistência Social podem ser
1257 indicados ao Prêmio OGP AWARDS; Enviado dia 13 de maio: Consulta Pública do Decreto da Lei de
1258 Fomento e de Colaboração. 5.2 Portarias: Portaria Nº 41, DE 13 DE MAIO DE 2015 – DOU
1259 14/05/2015 – SEÇÃO II – PÁGINA 54 que designa para compor o Conselho Nacional de Assistência
1260 Social - CNAS, para o biênio 2014/2016, como representantes governamentais, os seguintes
1261 membros: MARLENE DE FÁTIMA AZEVEDO SILVA, na qualidade de titular, representando o
1262 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em substituição a MARIA JOSÉ DE
1263 FREITAS, designada pela Portaria MDS nº 19, de 12 de março de 2015; MARIA JOSÉ DE FREITAS, na
1264 qualidade de suplente, representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
1265 em substituição a CAROLINA GABAS STUCHI, designada pela Portaria MDS nº 68, de 4 de junho de
1266 2014; e MÁRCIA CRISTINA LEAL GÓES, na qualidade de suplente, representando o Colegiado
1267 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, em substituição a UBIRAJARA BENTO
1268 MARQUES, designado pela Portaria MDS nº 68, de 4 de junho de 2014. PORTARIA Nº 42, DE 13 DE
1269 MAIO DE 2015 – DOU 14/05/2015 – SEÇÃO II – PÁGINA 55. Designa JULIANNE DANTAS BEZERRA
1270 DE FARIA como membro do Conselho Nacional de Assistência Social, na qualidade de suplente,
1271 representando o Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social, em
1272 substituição a ZILENE SANTANA SILVA RABELO, designada pela Portaria MDS nº 68, de 4 de julho
1273 de 2014. ANIVERSARIANTES DE MAIO: Léa Lúcia Braga, 3, Maria Lúcia Marquim, 9. Edivaldo da
1274 Silva Ramos. Presidente do CNAS. Maria Auxiliadora Pereira. Secretária Executiva Substituta do
1275 CNAS”. Complementou o aniversário da Conselheira Patricia no dia 6 de maio e que seria incluído
1276 nesse informe. O Conselheiro Thiago justificou sua ausência, estando em representação do CNAS e
1277 encaminhando o relatório posteriormente. A Conselheira Cadó informou ter participado na
1278 Reunião Nordeste e não na Sul e Sudeste. **Item Relato da Presidência Ampliada.** “Memória da
1279 reunião da Presidência Ampliada. Reunião 04/2015. Data: 13/05/2015. Horário: 16h30 às 18h30.
1280 Participantes da Presidência Ampliada: Edivaldo da Silva Ramos – Presidente do CNAS; Anderson

1281 *Miranda - Coordenador da Comissão de Política da Assistência Social; Cláudia Faquinote –*
1282 *Coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social; Telma Maranhão - Representante da*
1283 *Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; Solange Teixeira – Coordenadora*
1284 *da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Secretaria Executiva: Maria*
1285 *Auxiliadora Pereira – Secretária Executiva Substituta do CNAS; Silvani Souza - Apoio Gabinete;*
1286 *Thais Braga - Apoio Gabinete; Maria do Socorro Cruz - Apoio Gabinete; Informe sobre as reuniões*
1287 *das comissões temáticas do CNAS. Os/as coordenadores e coordenadoras da Comissão de*
1288 *Acompanhamento aos Conselhos, Comissão de Política e Comissão de Financiamento informaram*
1289 *os principais pontos discutidos na reunião do dia 13/05. Não houve reunião da Comissão de*
1290 *Normas por falta de quórum. As ausências dos conselheiros da referida comissão foram*
1291 *justificadas. Mesmo sem todos os membros, foi aprovada pauta do mês de junho. 2.*
1292 *Representações do CNAS em comissões temáticas, comitês, grupos, Fóruns e outros (Anexo A). A*
1293 *Presidência solicitou que a sociedade civil e governo revissem as suas representações para*
1294 *apresentar na plenária de maio. 3. Pedidos de prorrogação de participação de representantes do*
1295 *CNAS em eventos. A legislação pertinente sobre a concessão de diárias e passagens para*
1296 *colaboradores está contida na Portaria MDS nº 828 de 13/12/2010, que disciplina os*
1297 *procedimentos para concessão de diárias e passagens no País e no exterior, no âmbito do*
1298 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, especialmente o art. 3º o qual ressalta*
1299 *que “a viagem de colaboração eventual caracteriza-se pelo deslocamento eventual e transitório, a*
1300 *ser executado fora da cidade onde reside o colaborador, para qualquer ponto do território*
1301 *nacional, no interesse da Administração Pública Federal”. Assim, o CNAS não tem como justificar*
1302 *pedidos de diárias e alterações de passagens aéreas para participação dos/as conselheiros/as em*
1303 *eventos que o CNAS não tenha representação institucional. 4. Convites. 4.1 Conferências*
1304 *Municipais de Assistência Social (Anexo B). 4.1.2 Critérios para participação e representação do*
1305 *CNAS nas conferências municipais das capitais, estaduais e do DF. Será seguida a ordem de*
1306 *prioridade: 1 - Presidente; 2 - Vice-Presidente; 3 - Coordenadores de Comissões temáticas*
1307 *permanentes; 4 - Integrantes da Comissão Organizadora; e 5 - Demais Conselheiros. 4.2 O*
1308 *Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA solicita a indicação de um*
1309 *representante do CNAS para participar do Encontro Temático Nacional sobre Soberania e*
1310 *Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia a se realizar em Belém/PA no período de 09 a 11*
1311 *de junho. Os Encontros Temáticos são atividades que compõem a etapa nacional da 5ª*
1312 *Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), que se realizará em Brasília,*
1313 *em novembro de 2015. Têm como objetivos ampliar a participação e aprofundar o processo de*
1314 *discussão de temas nacionais estratégicos para a SAN. Os Encontros Temáticos Nacionais não*
1315 *elegerão delegados e delegadas para a 5ª CNSAN. No convite o CONSEA destaca a importância da*
1316 *indicação de uma pessoa envolvida ativamente com as questões de segurança alimentar e*
1317 *nutricional na região amazônica. O CONSEA arcará com as despesas de passagens para o evento.*
1318 *Os conselheiros Anderson Miranda e Samuel Rodrigues estarão no mesmo evento, representando o*
1319 *Fórum de População em Situação de Rua e o Movimento Nacional de População em Situação de*
1320 *Rua. Encaminhamento. Indicada a conselheira Aldenora González para representar o CNAS no*
1321 *evento. 4.3 O Conselho Municipal de Apoio aos Direitos da Pessoa com Deficiência de Campo*
1322 *Grande convida o Presidente do CNAS para participar da IV Conferência Municipal Direitos da*
1323 *Pessoa com Deficiência a realizar-se nos dias 22 e 23 de junho, que terá como tema “Os desafios*

1324 *na implementação das Políticas da Pessoa com Deficiência, a Transversalidade com a Radicalidade*
1325 *dos Direitos Humanos”. Encaminhamento. Aprovada a indicação do Presidente do CNAS. 5. Moção*
1326 *de apelo do CIEE nº 77/2015 enviada pela Câmara Municipal de Blumenau/SC para manutenção*
1327 *da filantropia do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE do estado de Santa Catarina datada*
1328 *de 07/04/2015. Justificativa: “O CIEE atende jovens de baixa renda. Não oferece apenas*
1329 *qualificação profissional. Em parceria com o órgão da assistência municipal, tem finalidade a*
1330 *proteção social. A ação assistencial desenvolvida intrinsecamente através do Programa Jovem*
1331 *Aprendiz não se restringe à preparação ao trabalho. Assegura aos jovens de baixa renda e suas*
1332 *famílias usuárias da política de assistência social a integração à comunidade. O CIEE supre risco*
1333 *social, priorizando em seus quadros a permanência dos assistidos e suas famílias ao oferecer*
1334 *mobilização e monitoramento para a formação de um cidadão ativo e produtivo na comunidade*
1335 *laboral e social.” Sala das Sessões, em 07/04/2015. Mário Hildebrandt, Presidente da Câmara*
1336 *Municipal de Blumenau/SC. Encaminhamento. Encaminhar moção à SNAS para conhecimento;*
1337 *Informar ao Presidente da Câmara Municipal de Blumenau/SC sobre a competência do CNAS após*
1338 *a edição da Lei nº 12.101/2009 e sobre o envio do documento ao Departamento da Rede*
1339 *Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP, órgão responsável pela certificação de entidades*
1340 *beneficentes de assistência social. 6. Ofício Movimento População de Rua - SC nº 01/2015. O*
1341 *Movimento Estadual de População em Situação de Rua de Florianópolis solicita ao CNAS a criação*
1342 *de restaurantes populares nos municípios de São José, Biguaçu, Palhoça e Florianópolis para que a*
1343 *população em situação de rua e das periferias das referidas cidades possam se alimentar*
1344 *adequadamente e para que os centros pops não precisem fornecer alimentação, mas que possam*
1345 *fazer atendimento psicossocial com maior qualidade. Encaminhamento. Enviar a solicitação para a*
1346 *Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN e para o Comitê Interministerial*
1347 *para Políticas para População em Situação de Rua. 7. Solicitações de providências do CNAS em*
1348 *relação ao atraso no repasse dos recursos federais aos municípios. 7.1 A Sra. Mana Pinho enviou e-*
1349 *mail datado de 04/05/2015 e ligou no CNAS solicitando informações a respeito das providências*
1350 *que estão sendo adotadas por este Conselho quanto ao não repasse do cofinanciamento federal*
1351 *aos serviços socioassistenciais do SUAS pelo Fundo Nacional de Assistência Social, já que se trata*
1352 *de transferências constitucionais, legais, obrigatórias e automáticas. Destaca ainda, que a*
1353 *ausência do respectivo não repasse ameaça o SUAS e gera ainda mais desproteção: “sou uma*
1354 *cidadã brasileira, sou baiana e nordestina que quer ver o SUAS dar certo, porque acredito no*
1355 *sistema, inclusive como uma boa ferramenta de fortalecimento da paz, sendo assim entro no site*
1356 *do MDS, no link sistemas - parcelas pagas e verifiquei que até a data de hoje 04.05.2015 só foram*
1357 *liberadas cofinanciamento ainda do ano de 2014 para os serviços socioassistenciais, que tem*
1358 *caráter continuado e através dele se concretiza a proteção. Assim, reforço a minha solicitação -*
1359 *qual (ais) o(s) posicionamento(s) do CNAS quanto ao não repasse do cofinanciamento federal, que*
1360 *se caracteriza em transferências constitucionais, legais, obrigatórias e automáticas para os*
1361 *municípios - fundo a fundo, sendo uma grande ameaça para a continuidade do sistema único de*
1362 *assistência social, gerando ainda mais desproteção? É só o CNAS acessar o sistema e terá a mesma*
1363 *informação que eu tive, com toda certeza até muito mais aprofundada, por ser exatamente o*
1364 *controle social desta política.” 7.2 A Sra. Carla Cristhina Hilário, da cidade de Itapirapuã/GO,*
1365 *enviou e-mail datado de 04/05 com o seguinte texto: Boa tarde! Desculpe incomodá-los, mas o*
1366 *faço em caráter de extrema urgência. Necessito saber se há uma posição no que diz respeito ao*

1367 repasse ao município. Desde o início deste ano não há repasse e o município não tem condições
1368 para manter nenhuma das equipes (PAIF e Equipe Volante) trabalhando. O que fazer? Demitir os
1369 profissionais? Esperar até que data para que sejam repassados os recursos? Não sabemos mais
1370 quanto tempo esperar e nem o temos como fazê-lo. Att., Carla Cristhina Hilário de Souza. Gestora
1371 do Fundo Municipal de Itapirapuã/GO. Encaminhamento. Tendo em vista manifestações
1372 recorrentes, solicitar nota do Fundo Nacional de Assistência Social e submeter as demandas à
1373 Comissão de Financiamento e Orçamento. 8. Ofício nº 020/ADEVIBAM da Associação dos
1374 Deficientes Visuais do Baixo e Médio Amazonas por meio do qual o Presidente solicita ao CNAS que
1375 regulamente, por meio de Resolução, a divisão de categoria de pessoas com deficiência, com
1376 repasse fundo a fundo de piso de transição de média complexidade das pessoas com deficiência:
1377 “(...) A NOB 2005 inovou por adotar pisos de proteção como critérios de transferência dos recursos
1378 para cofinanciamento dos serviços. O repasse dos pisos se caracterizou como transferência regular
1379 e automática fundo a fundo. Com esse repasse, os municípios passaram a receber recursos, onde
1380 entre eles recurso do Piso de Transição de Média Complexidade/Pessoas com Deficiência, o qual
1381 deveria ser utilizado de forma a atender a todas as pessoas com alguma deficiência, o que não
1382 vem sendo utilizado de forma a atender a todas essas pessoas, para assim dispor do devido acesso
1383 a esses serviços. Assim, solicitamos ao CNAS que regulamente, por meio de Resolução, a divisão de
1384 categoria de pessoas com deficiência, com repasse fundo a fundo de piso de transição de média
1385 complexidade das pessoas com deficiência.” Encaminhamento. Enviar à Comissão de
1386 Financiamento e Orçamento para avaliação e encaminhamentos. 9. Calendário de Reuniões da CIT.
1387 Solicitar à assessoria das reuniões da CIT a confirmação antecipada das reuniões da CIT visando
1388 garantir a participação do representante do CNAS. 10. Pauta da 234ª Reunião Ordinária do CNAS
1389 (anexo C). Anexo A. Aí vem os anexos. O anexo “A” faz referência a recomposição das Comissões
1390 pelo CNAS tanto da sociedade civil quanto do governo, mais eu vou passar para o anexo “b” e a
1391 gente deixa esse para a discussão. Pode ser isso? Então bem, anexo “b”. CONFERÊNCIAS
1392 MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CIDADE/UF. XI Conferência Municipal Londrina 26 e 27 de
1393 junho de 2015 (26/06), eu estou entendendo aqui para abordagem geral do tema e seus subeixos e
1394 outros. No segundo dia a plenária final à luz do tema e dos eixos, envolver os usuários no
1395 entendimento de que se propõe e que se precisa desenvolver no momento das deliberações. O
1396 encaminhamento: Informar que o CNAS priorizará a sua participação nas conferências municipais
1397 das capitais. Se houver conselheiro com disponibilidade de agenda e o conselho municipal arcar
1398 com as despesas, o CNAS será representado. Isso é uma deliberação já tomada anteriormente.
1399 Conferência Municipal de Assistência Social de Florianópolis, dia 7 de julho, às 11h, na mesa de
1400 abertura, não há encaminhamento aqui para discussão. X Conferência de Porto Alegre 14 e
1401 15/07/2015. Dia 14/07 às 9h. O encaminhamento é de representação seguindo aquela ordem
1402 colocada anteriormente no informe, do Presidente Edivaldo Ramos. X Conferência Municipal de
1403 Assistência Social de Limeira/SP, 15 de julho de 2015. 07 de julho às 11h. Mesa de abertura. 14/07
1404 às 09h. Presidente Edivaldo Ramos. 15/07 às 9h. Apresentação sobre 10 anos do SUAS. Informar
1405 que o CNAS priorizará a sua participação nas conferências municipais das capitais. Se houver
1406 conselheiro com disponibilidade de agenda e o conselho municipal arcar com as despesas, o CNAS
1407 será representado. Por tanto o mesmo encaminhamento da Conferência de Londrina. VIII
1408 Conferência Municipal de Assistência Social de Maceió. Nos dias 22 e 23 de julho de 2015. A
1409 participação do CNAS se daria como Conferencista na VIII Conferência Municipal de Assistência

1410 Social de Maceió. Convidada: Conselheira Lea Braga. E nessa perspectiva, eu penso que o
1411 encaminhamento aqui deveria, primeiro chegar a agenda da conselheira, mas já houve um
1412 indicação aqui de primeiro opção: Solange Teixeira. 2ª opção: discutir no pleno e informar
1413 imediatamente ao CMAS que o CNAS se fará presente. X Conferência Municipal de Assistência
1414 Social do Recife. Nos dias 29, 30 e 31 de julho de 2015. A data da abertura é dia 29/07. O convite
1415 ao CNAS é de proferir a palestra II - "Fortalecimento da participação e do controle social para a
1416 gestão democrática" subordinada ao tema: "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026", dia 30 de
1417 julho das 10h às 11h30 h. Convidada: Conselheira Lea Braga. 1ª opção: Verificar a disponibilidade
1418 da conselheira Lea Braga. 2ª opção: fazermos a discussão aqui no pleno a partir da disponibilidade
1419 da agenda que o convite veio dirigido a elas e, de imediato, informar imediatamente ao CMAS que
1420 o CNAS se fará presente. Nós temos o anexo "C" que é a proposta de pauta da 234ª Reunião
1421 Ordinária do CNAS. Junho 2015. 15 e 16/06/2015. 09h às 18h. Reunião da Comissão Organizadora
1422 da X Conferência Nacional de Assistência Social. 17/06/2015 – Comissão Temática. 9h às 16h.
1423 Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; Reunião da
1424 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; Reunião da Comissão de Normas
1425 da Assistência Social; Reunião da Comissão de Política da Assistência Social. 16h às 19h. Reunião
1426 da Presidência Ampliada. 18/06/2015 Plenária. 9h às 09h15. Aprovação da ata da 233ª Reunião
1427 Ordinária do CNAS e da pauta da 234ª Reunião Ordinária. 09h15 às 10h30 - Informes da
1428 Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. 10h30 às 11h30
1429 - Apresentação do Plano de Ação 2015/2016 da SENARC. 11h30 às 12h - Apresentação do ID
1430 Conselhos. 14h às 18h - Painel: A construção do PPA 2016/2019. O processo de participação social
1431 nas políticas públicas: Renato Simões, da Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria
1432 Geral da Presidência da República; O desenho do PPA 2016/2019: representante do Ministério do
1433 Planejamento, Orçamento e Gestão; 19/06/2015 Plenária. 9h às 10h - Relato da Presidência
1434 Ampliada. 10h às 12h - Relato da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência
1435 Social. 14h às 15h - Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.
1436 15h às 16h - Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 16h às 17h -
1437 Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. 17h às 18 - Relato da Comissão de Política da
1438 Assistência Social". A Conselheira Marlene no Item 2 – representação do CNAS em comissões
1439 temáticas, Comitês, grupos, fóruns e outros, indicou a necessidade de fazer uma reunião para
1440 apresentação no período da tarde dessa composição, suspendendo-se esse ponto. O Conselheiro
1441 Samuel sugeriu incluir seu nome na Comissão de Ética, ao invés do Conselheiro Thiago. No item 3
1442 – pedidos de prorrogação de participação de representantes em eventos, o Conselheiro Thiago
1443 sugeriu que a questão fosse contextualizada, com o Presidente esclarecendo as dificuldades
1444 existentes para atender essas prorrogações que sejam: 1. O pedido do espaço da organização do
1445 evento; 2. Que envolvam finais de semana e, 3. Que envolvam a representação definida aqui pela
1446 plenária. A Conselheira Margareth esclareceu que não existia uma deliberação de uma única
1447 representação de um Conselheiro em relação ao Fórum Nacional dos Trabalhadores, mas que
1448 diziam que todos os conselheiros do segmento dos trabalhadores deveriam estar nesse Fórum,
1449 não sendo a representante exclusiva desse espaço, discorrendo sobre as deliberações feitas e sua
1450 importância. Que no dia 7 e 8 seria a primeira reunião e trariam a proposta dos trabalhadores
1451 aprovada em plenária, mas com a participação devendo ser esclarecida, com o Presidente falando
1452 sobre o que a legislação trazia respeito. Que se o Pleno decidisse e ficasse registrado em ata, que o

1453 CNAS aprovava a participação dos trabalhadores no Fórum com a questão devendo ser decidida,
1454 com a Conselheira Marlene esclarecendo que a discussão realizada na reunião da Presidência
1455 Ampliada havia pautado o encaminhamento. Após colocações sobre a questão, o Presidente
1456 indicou que o assunto era de interesse do Conselho, com o Pleno indicando seu encaminhamento
1457 para a Comissão de Normas. Item 4, convites, indicando o que havia sido colocado sobre as
1458 representações nas Conferências. item 4.2, segurança alimentar. O Conselheiro Anderson
1459 observou que o Movimento Nacional da População de Rua e o Fórum Nacional da População de
1460 Rua, não tinham representatividade na Região Amazônica, indicando a Conselheira Aldenora para
1461 representar o CNAS. A Conselheira Aldenora falou sobre a necessidade de levar esses Fóruns para
1462 a região, sendo importante a sua organização. Item 4.3, sem nenhum destaque. O Presidente
1463 informou o convite para um evento nos dias 21 e 22 de maio, em Campo Grande, ficando
1464 consensuada a sua presença. A Conselheira Solange propôs que em cada informe fosse colocado o
1465 resumo, e não todos os e-mails recebidos. O Conselheiro José Crus sugeriu que fosse pensada
1466 outra estratégia para tratar dessas questões, principalmente as de repasse de recurso do governo
1467 federal para estados e municípios. O Presidente acatou essa proposta, que também havia sido
1468 objeto do debate na Presidência Ampliada, tendo-se uma resposta padrão fundamentada para
1469 todos os municípios, com o Conselheiro José Crus solicitando esse registro. No Item 8, a
1470 Conselheira Carmem, sugeriu enviar para a Comissão de Orçamento e Financiamento e também
1471 conversado com a Comissão de Política sobre o ofício encaminhado da ALVIBAN, com o Pleno
1472 concordando com essa proposta. Em não havendo mais nenhum questionamento, o Presidente
1473 considerou o Relato da Presidência Ampliada aprovado pelo Pleno. Informou a presença da
1474 representante da SENARC, Sra. Joana Mustafá, Diretora do Departamento de Cadastro Único, que
1475 veio fazer um Informe da SENARC, solicitando o apoio de todos para a atualização cadastral dos
1476 beneficiários do Programa Bolsa Família, discorrendo sobre a sua importância. O Conselheiro
1477 Anderson solicitou informações sobre a negatividade que muitas pessoas recebiam ao se inscrever
1478 no Programa, mesmo estando cadastrada no Cadastro Único, com a Sra. Júlia esclarecendo como
1479 funcionava a concessão de benefício. A Conselheira Margareth relatou um caso de uma família
1480 beneficiária do Bolsa e que havia sido cortada do benefício e que estava em estado de
1481 vulnerabilidade e como poderiam tratar uma família na mesma situação e que não estava no
1482 CadÚnico, se deveriam ser inscritas no CRAS ou qual a orientação a ser seguida. A Sra. Joana
1483 esclareceu as colocações feitas, indicando que as questões deviam ser denunciadas na ouvidoria
1484 do MDS, 0800 70720033. A Conselheira Maria Lúcia discorreu sobre os procedimentos realizados
1485 pelo município e as cotas existentes, sendo que muitos beneficiários não eram incluídos,
1486 considerando a situação local. A Conselheira Jucileide falou sobre a desvinculação do Cadastro
1487 Único do Bolsa Família, ressaltando a situação de vulnerabilidade das famílias, ademais de muitas
1488 questões relativas ao cadastramento. Que a questão precisava ser esclarecida para os
1489 Conselheiros pois tratariam nas Conferências sobre programas, projetos, benefícios. A Sra. Joana
1490 falou sobre as questões colocadas, ressaltando a importância do cadastro das famílias e sendo um
1491 instrumento de planejamento, considerando as informações que trazia. O Presidente sugeriu que
1492 à tarde mantivessem a suspensão dos informes e iniciassem pelo Relato da Comissão de
1493 Financiamento, considerando a Resolução a ser tratada, exigindo quorum qualificado.
1494 **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para
1495 retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente procedeu à entrega de flores

1496 para os Assistentes Sociais, em comemoração ao seu dia, com a Conselheira Jucileide, em nome do
1497 CFESS, cumprimentando esses profissionais e procedendo à apresentação de um vídeo
1498 institucional em homenagem a essa categoria. O Presidente solicitou à Secretária-Executiva a
1499 conferência do quorum: Conselheiros Titulares: Conselheira Telma Maranhão Gomes, Conselheira
1500 Marlene de Fátima Azevedo Silva, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira Célia Maria de
1501 Souza Lima, Conselheira Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim; Conselheira Raimunda Nonata
1502 Cadó, Conselheira Alceu Kuhn, Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Conselheiro Samuel
1503 Rodrigues, Conselheira Clátia Regina Vieira, Conselheiro Presidente Edivaldo da Silva Ramos,
1504 Conselheira Patrícia Alves Vieira. Conselheiros no exercício da titularidade: Conselheira Mariana de
1505 Souza Silva; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Thiago S.
1506 Barbosa Cabral, Conselheira Carmem Lúcia Fogaça, Conselheira Margareth Alves Dallaruvera,
1507 Conselheira Jucileide Alves do Nascimento, Conselheira Maria José. **Item Relato da Comissão de**
1508 **Financiamento**, pela Conselheira Telma e pelo Sr. Becchara: *“No dia de ontem, dia 13/05/2015.*
1509 *Horário 9h às 12h. Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco “F”, 1.º andar, sala 139.*
1510 *Conselheiros presentes: Telma Maranhão Gomes; Zilene Santana Silva Rabelo; Samuel Rodrigues;*
1511 *Patrícia Alves Vieira; Carmem Lúcia Lopes Fogaça. Convidados: Dulcelena Martins, Diretora*
1512 *Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS/SNAS/MDS. Adailton Amaral B. Leite,*
1513 *Assessor/SNAS/MDS. Cássia Goreti da Silva, COMAS/SP. Secretária Executiva: Becchara Miranda;*
1514 *Suzany Gonçalves; Thalita Eleto. Então agora eu vou passar a apresentação da execução*
1515 *orçamentária e financeira do primeiro trimestre. Aqui eu peço que faça uma correção onde está*
1516 *Coordenadora-Geral, na verdade ela é Diretora, Dulcelena é a Diretora da Execução Orçamentária e*
1517 *Financeira do Fundo. Dulcelena, Diretora Executiva do Fundo Nacional da Assistência Social foi*
1518 *quem nos apresentou esse relatório, ontem, antes de ontem, na Comissão. Então de acordo com o*
1519 *artigo 53, inciso I e XII da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 (LDO) foi disponibilizado para*
1520 *despesa com obrigação constitucional e para outras despesas correntes a título de duodécimo, o*
1521 *valor de R\$ 42.934.697.701,00. 1.1 – Despesas com Benefícios Assistenciais – BPC e RMV. Temos*
1522 *aqui o crédito orçamentário de 18.834.762.377,00. O descentralizado é o mesmo valor. Recurso*
1523 *financeiro repassado 8.913.938.348,00. Foi descentralizado cem por cento e repassado, então,*
1524 *vinte e um por cento. Aqui estou falando que são recursos que são descentralizados da*
1525 *Previdência, só cabe no caso ao MDS, A Gestão desse Recurso, mas ele é descentralizado para a*
1526 *Previdência. BPC/RMV Pessoa com Deficiência – 22.687.221.239,00 descentralizado, 100% do*
1527 *recurso. Operações especiais que seriam: cumprimento de sentença judicial transitada em julgado*
1528 *– 115.676.083,00, também 100% descentralizado e repassado; cumprimento de sentença judicial*
1529 *transitada em julgado de pequeno valor – 600.000.000,00, 100% também, não tem nenhuma*
1530 *alteração nas colunas, como vocês podem perceber; benefícios e pensões indenizatórias –*
1531 *3.000.000,00, essa é ação sobre a questão dos portuários. Reforçamos que o orçamento do*
1532 *Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC e da Renda Mensal Vitalícia – RMV*
1533 *é alocado no MDS, a quem compete a sua gestão, acompanhamento e avaliação. A*
1534 *operacionalização desses benefícios compete ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. A*
1535 *execução orçamentária e financeira do BPC e da RMV aqui apresentada corresponde,*
1536 *respectivamente, às descentralizações de créditos orçamentários e repasses de recursos*
1537 *financeiros realizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Instituto Nacional de*
1538 *Seguridade Social. Quanto à execução orçamentária e financeira das ações de cumprimento de*

1539 sentenças judiciais corresponde à descentralização de crédito orçamentário e repasse de recurso
1540 financeiro realizados automaticamente pela Secretaria de Orçamento Federal aos Tribunais
1541 Regionais Federais. 1.2 – Despesas com Serviços, Programas e Projetos. Ação 8662 que é
1542 concessão de bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho do PETI, são aquelas bolsas
1543 ainda remanescentes, então é um crédito orçamentário de 1.49.960,00, empenhando até 31/03 –
1544 1.140.725,00, e pago até 31/03 – inclusive restos a pagar 1.140.725,00. Ação 2A60 são
1545 398.730.920,00, empenhado até 31/03 – 303.838.304,00, e pago até 31/03 – 209.372.347,00.
1546 Ação 2A65 – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade – 139.150.260,00,
1547 empenhado 65.533.316,00 e pago até 31/03 - 51.850.221,00. A ação 2A69 – Serviços de Proteção
1548 Social Especial de Alta Complexidade – 65.637.636,00, empenhado 28.993.531,00 e pago
1549 9.773.606,00. Subtotal da ações de caráter continuado do crédito orçamentário: 603.268.776,00,
1550 empenhado 399.505.876,00 e pago 272.136.899,00. A ação 2B30 – Estruturação da Rede de
1551 Proteção Social Básica – 15.382.916,00, o pago 676.432,00. A ação 2B31 – Estruturação da Rede
1552 Proteção Social Especial – 3.590.625,00 e pago 3.788.861,67. Subtotal de Convênios e Contratos:
1553 18.973.541,00, pago 4.455.293,67. Ação 20V5 – Ações Complementares de Proteção Social Básica
1554 – 12.765.042,00 e pago 7.623.950,00. Subtotal do ACESSUAS: 12.765.042,00 e pago 7.623.950,00.
1555 Ação 2583 – Serviços de Processamento de dados BPC/RMV – DATAPREV – 12.778.149,00, com
1556 empenho de 8.600.000,00. Ação 2589 – Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação
1557 Continuada da Assistência – 3.749.994,00, o empenhado de 1.400.000,00, o pago, totalizando os
1558 dois um total de 5.257.834,00. A linha de baixo vai estar o subtotal do processamento e da
1559 operacionalização que é de 16.528.143,00, com empenhado de 10.000.000,00 e o pago de
1560 5.257.834,00. Ação 8893 – Apoio à Organização, à Gestão e a Vigilância Social no Território, no
1561 âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS-IGD/SUAS – 42.502.500,00, empenhado
1562 30.505.000,00, o pago 10.158.864,00. Esse aí é o mesmo valor do subtotal. O total geral das ações
1563 e dos serviços é de 694.038.002,00, empenhado 440.010.876,00 e o pago 299.632.840,00. Do total
1564 do orçamento aprovado para o FNAS foi empenhado o valor de R\$ 440.010.876,00 que representa
1565 um percentual de 63%, sendo R\$ 399.505.876,00 relativos aos Serviços Socioassistenciais, e R\$
1566 40.505.000,00 às demais ações. A execução financeira do FNAS, incluído RAP, totalizou R\$
1567 229.632.840,00 concernente aos Serviços Socioassistenciais, R\$ 5.257.834,00 dos outros
1568 programas, e R\$ 22.238.108,00 nas demais ações (convênios, contratos, ACESSUAS e IGDSUAS).
1569 1.3 – Dos Restos a Pagar (RAP). As tabelas abaixo demonstram os saldos de restos a pagar (RAP)
1570 inscritos, cancelados, pagos e a pagar das UG 330013 e 550015. Posição até 31/03 dos restos a
1571 pagar não processados: inscritos 1.076.686.926,00, cancelados zero, pagos 313.024.305,00 e a
1572 pagar 763.662.621,00. Restos a pagar processados: inscritos 139.631.266,00, cancelados
1573 515.000,00, pagos 118.812.385,00 e a pagar 20.303.881,00. A Conselheira Telma esclareceu: Eu
1574 queria só fazer um esclarecimento de que o orçamento de 2015 foi aprovado somente em abril
1575 deste ano. E somente no início de maio é que nos tivemos o cronograma, na verdade está fechado
1576 isso, mas agora que fechou o cronograma de implementação das despesas. Então nós, realmente,
1577 estamos falando com o orçamento do que foi executado relativo a 2014. Então não sei se tem
1578 alguma questão. Encaminhamentos: A comissão sugere a plenária: aprovar o Relatório de
1579 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício de
1580 2015 – 1.º trimestre (Resolução em anexo). 2. Apresentação dos parâmetros da proposta
1581 orçamentária de assistência social. Convidado: SNAS. O assessor da Secretaria Nacional de

1582 *Assistência Social, Adailton Amaral B. Leite, iniciou a discussão contextualizando que tratava-se do*
1583 *cumprimento do previsto na Resolução 78, de 17 de maio de 2006, em seu artigo 1.º - Os*
1584 *parâmetros da Proposta Orçamentária da Assistência Social, em especial do FNAS, deverão ser*
1585 *encaminhados ao CNAS pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela*
1586 *Coordenação Política Nacional de Assistência Social, até a Reunião da Comissão de Financiamento*
1587 *do CNAS do mês de maio de cada ano, para início das discussões. Em seguida foi pro ele*
1588 *apresentado os seguintes parâmetros da Proposta Orçamentária de 2016. 1. Na Proteção Social*
1589 *Básica: manutenção da rede de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, existente em*
1590 *2015; manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; manutenção*
1591 *das Equipes Volantes; manutenção das Lanchas da Assistência Social; e, manutenção do ACESSUAS*
1592 *Trabalho. 2. Na Proteção Social Especial: manutenção dos serviços de Média Complexidade*
1593 *ofertados ou referenciados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social –*
1594 *CREAS, Centros Dia e Centros POP, considerando a rede existente em 2015; manutenção das ações*
1595 *estratégicas de enfrentamento do trabalho infantil – PETI; e serviços de alta complexidade,*
1596 *considerando a rede existente em 2015. 3. Nos Benefícios Assistenciais: manutenção de recursos*
1597 *vinculados ao pagamento e operacionalização do Benefício de Prestação Continuada – BPC e*
1598 *Renda Mensal Vitalícia – RMV. 4. Na gestão do Sistema Único da Assistência Social – SUAS:*
1599 *manutenção do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS – IGD SUAS e Índice de Gestão*
1600 *Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF; manutenção do CapacitaSUAS.*
1601 *Encaminhamentos: A Comissão sugere à plenária: aprovar os parâmetros da Proposta*
1602 *Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento 2016, apresentados pela Secretaria*
1603 *Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.*
1604 *(Resolução em anexo). 3. Debate sobre a atuação dos contadores nos Fundos de Assistência Social*
1605 *(indicação da conselheira Vânia Labres da Silva). Convidados: CFC. O Conselho Federal de*
1606 *Contabilidade com a indicação da Conselheira Vânia Labres da Silva encaminhou um e-mail com*
1607 *uma justificativa ao não comparecimento à reunião desta comissão, por motivo de licença médica,*
1608 *no entanto, ela se coloca à disposição e espera poder participar das discussões vindouras.*
1609 *Encaminhamentos: A Comissão sugere a plenária: reencaminhar o convite para o Conselho Federal*
1610 *de Contabilidade, sobre a atuação dos Contadores nos Fundos de Assistência Social. Estabelecer*
1611 *contato com o Vice-Presidente do Desenvolvimento Profissional (Waldir Ladeira), CRC/RJ, com*
1612 *vistas a contribuir no processo de articulação política junto ao CFC. 4. Definição da pauta da*
1613 *reunião de junho. 4.1 – Apresentação da proposta de elaboração do PPA 2016/2019 e das metas*
1614 *do controle social. Convidado: SNAS. 4.2 – Relatório de execução da Ação 8249 – Funcionamento*
1615 *dos Conselhos (1.º Trimestre do exercício 2015); Convidado: Secretaria Executiva do CNAS. 4.3 –*
1616 *Debate sobre a atuação dos Contadores nos Fundos de Assistência Social. Convidado: Conselho*
1617 *Federal de Contabilidade – CFC e CRC/RJ. Telma Maranhão Gomes. Conselheira da Comissão de*
1618 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social”. O Presidente indagou se no recurso que a*
1619 *Assistência repassava para a Previdência, também chamado crédito descentralizado, tinham*
1620 *alguma gerência sobre o mesmo ou se apenas repassavam e era executado. A Conselheira Maria*
1621 *José esclareceu que o MDS acompanhava essa execução pelo INSS, em todos os seus*
1622 *procedimentos. O Presidente assim como das despesas resultantes, não sendo para reabilitação*
1623 *profissional e sim para concessão e manutenção do benefício, não custeando o serviço em si. O*
1624 *Presidente indagou se havia mais algum destaque. Em não havendo considerou aprovada a*

1625 execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social do primeiro bimestre
1626 de 2015. A seguir, a Conselheira Telma procedeu à leitura da: “Resolução n.º, de xx de maio de
1627 2015. A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária realizada
1628 nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2015, no uso da competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV
1629 do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –
1630 LOAS, resolve: Art. 1.º - Aprovar o Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo
1631 Nacional de Assistência Social- FNAS, exercício de 2015 – 1.º trimestre, apresentado pela Diretoria
1632 Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social – SNAS, do Ministério do Desenvolvimento Social
1633 e Combate à Fome – MDS, planilha anexa. Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua
1634 publicação. Edivaldo da Silva Ramos. Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.” A
1635 seguir, não havendo nenhuma observação, o Presidente procedeu à votação qualificada,
1636 conduzida pela Secretária-Executiva: Conselheira Titular Célia Lima: “Aprovado”. Conselheira
1637 Titular Clátia Vieira: “Aprovado”. Conselheiro titular Alceu Kuhn: “Aprovado”. Conselheira titular
1638 Raimunda Cadó: “Sim, pela aprovação”. Conselheira titular Maria Lúcia Marquim: “Pela
1639 aprovação”. Conselheiro titular Anderson Miranda: “Pela aprovação da resolução”. Conselheiro
1640 titular Samuel Rodrigues: “Pela aprovação da resolução e do trabalho do Becchara”. Conselheira
1641 titular Patrícia Vieira: “Pela aprovação”. Conselheiro titular José Crus: “Cumprimento a comissão e
1642 voto pela aprovação da resolução”. Conselheira no exercício da titularidade Mariana Souza Silva:
1643 “Pela aprovação”. Conselheiro no exercício da titularidade Naelson Ferreira: “Sim, pela
1644 aprovação”. Conselheira titular Telma: “Pela aprovação”. Conselheira Vice-Presidenta Marlene
1645 Silva: “Pela aprovação”. Conselheiro Presidente Edivaldo Ramos: “Pela aprovação”. Após a
1646 votação, o Presidente considerou a Resolução aprovada pelo Pleno por unanimidade. No item 2 –
1647 **apresentação dos parâmetros da Assistência Social**, a Comissão, como encaminhamento, sugeria
1648 à Plenária aprovar parâmetros da proposta orçamentária da Assistência Social relativas ao
1649 exercício 2016, apresentados pela Secretaria Nacional de Assistência Social, com a Conselheira
1650 Marlene procedendo à leitura: “Resolução n.º, de xx de maio de 2015. Aprova os parâmetros da
1651 Proposta Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento 2016. O Conselho
1652 Nacional de Assistência Social – CNAS, em reunião realizada nos dias XX de maio de 2015, no uso
1653 das atribuições que lhe confere os incisos VII e XIV, do artigo 18, da Lei 8.742, de 7 de dezembro de
1654 1993 e Resolução CNAS n.º 78, de 17 de maio de 2006, resolve: Art. 1.º Aprovar os parâmetros da
1655 Proposta Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento de 2016, apresentados
1656 pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate
1657 à Fome – MDS, considerando: I – Na Proteção Social Básica: a) manutenção da rede de Centro de
1658 Referência da Assistência Social – CRAS existente em 2015; b) manutenção do Serviço de
1659 Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; c) manutenção das Equipes Volantes;
1660 manutenção das Lanchas da Assistência Social; e d) manutenção do ACESSUAS Trabalho. II – Na
1661 Proteção Social Especial: a) manutenção dos serviços de Média Complexidade ofertados pelos
1662 Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS e Centros POP, considerando a
1663 rede existente em 2015; e b) manutenção dos serviços de Alta Complexidade, considerando a rede
1664 existente em 2015. III – Nos Benefícios Assistenciais: manutenção de recursos vinculados ao
1665 pagamento e operacionalização do Benefício de Prestação Continuada – BPC e da Renda Mensal
1666 Vitalícia – RMV. IV – Na gestão do Sistema Único da Assistência Social – SUAS: a) manutenção do
1667 Índice de Gestão Descentralizada do SUAS – IGD SUAS e Índice de Gestão Descentralizada do

1668 Programa Bolsa Família – IGD PBF; b) manutenção do Capacita SUAS. Art. 2.º - Esta Resolução
1669 entra em vigor na data da sua publicação. Edivaldo da Silva Ramos. Presidente do CNAS”. A
1670 Conselheira Telma indicou a inclusão do PETI, juntamente com o CENTRO DIA, com a Conselheira
1671 Marlene procedendo à leitura do texto com a correção: “Item 2 da Proteção Social Especial: a)
1672 manutenção dos serviços de Média Complexidade ofertados pelos Centros de Referência
1673 Especializados da Assistência Social – CREAS, Centros DIAs e Centros POP, considerando a rede
1674 existente em 2015; b) manutenção das ações estratégicas de enfrentamento do trabalho infantil –
1675 PETI, e c) manutenção dos serviços de Alta Complexidade, considerando a rede existente em
1676 2015”. A Secretária-Executiva passou à votação qualificada: Conselheira titular Célia Lima:
1677 “Aprovado”. Conselheira titular Clátia Vieira: “Sim, aprovado”. Conselheiro titular Alceu Kuhn:
1678 “Sim, aprovado”. Conselheira titular Raimunda Nonata Cadó: “Pela aprovação”. Conselheira titular
1679 Maria Lúcia Marquim: “Pela aprovação”. Conselheiro titular Anderson Miranda: “Pela aprovação”.
1680 Conselheiro titular Samuel Rodrigues: “Pela aprovação”. Conselheira titular Patrícia Vieira: “Pela
1681 aprovação”. Conselheiro titular José Crus: “Pela aprovação, com os ajustes que foram feitos”.
1682 Conselheira no exercício da titularidade Mariana Souza Silva: “Pela aprovação”. Conselheiro no
1683 exercício da titularidade Naelson da Silva Ferreira: “Pela aprovação”. Conselheira titular Telma
1684 Maranhão: “Pela aprovação”. Conselheira titular Vice-presidente Marlene Silva: “Pela aprovação
1685 com as adequações feitas na tela. Aliás eu estava, só uma observação aqui, estava louca para
1686 chamar o Conselheiro Thiago, eu tive uma aula de húngaro e aprendi o nome dele, então gostaria
1687 que ficasse registrado isso (risos)”. Conselheiro titular Presidente Edvaldo Ramos: “Pela
1688 aprovação”. O Presidente considerou aprovada a resolução aprovada pelo Pleno, por
1689 unanimidade. Item três, debate sobre atuação dos contadores no Fundo de Assistência Social,
1690 com a Comissão sugerindo à Plenária reencontrar o convite para o Conselho Federal de
1691 Contabilidade, sobre atuação dos contadores no Fundo de Assistência Social, não havendo
1692 nenhum destaque. Item quatro. Definição da pauta, sem destaque. O Presidente indagou se havia
1693 algum questionamento. Em não havendo, o Relato da Comissão foi aprovado pelo Pleno. O
1694 Presidente indicou a presença das Sras. Sinara e Patrícia, da ASCOM, que passaram a apresentar a
1695 proposta da logomarca, conforme a orientação da Plenária. Após a apresentação, o Conselheiro
1696 Anderson, Clátia, Maria José, fizeram algumas colocações, com o Conselheiro José Crus e a
1697 Conselheira Solange optando pela primeira apresentação, com o Presidente esclarecendo que a
1698 escolha seria feita entre os Conselheiros. A Sra. Patrícia informou que a ASCOM, junto com o
1699 MDS, havia preparado um material constante nas redes sociais visando a ponta, com a pergunta:
1700 “Para você o que é ser assistente social?”, tendo sido grande o retorno. Que haviam escolhido dez
1701 frases, convidando a todos para acessar a página do MDS no Facebook para essa visualização,
1702 procedendo à sua leitura e com o Conselheiro José Crus parabenizando esses profissionais e
1703 destacando sua importância. Após mais algumas colocações sobre o modelo a ser escolhido da
1704 logomarca, o Sr. Bruno observou que as observações feitas poderiam ser incluídas no material. O
1705 Presidente passou à votação da proposta um, defendida pelo Conselheiro José Crus e da proposta
1706 dois, defendida pelo Conselheiro Thiago, com uma abstenção e onze votos para a proposta um. O
1707 Presidente indicou os temas pendentes, como os Informes de CONGEMAS, FONSEAS e CIT, mas
1708 querendo fechar a Conferência, indicando o texto a construído pelos Conselheiros José Crus, Maria
1709 Lúcia, Célia e Anderson e que já estava pronto. O Conselheiro Anderson citou o item dois,
1710 orientações específicas para os Conselhos estaduais sobre a representação dos municípios nas

1711 Conferências Estaduais, tendo acrescentado uma recomendação, aos Conselhos Estaduais que
1712 para além do porte e população dos municípios, utilizasse como critério o número de participantes
1713 e de usuários nas Conferências Municipais, para definição do número de delegados para
1714 Conferência Estadual de Assistência Social. Que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos,
1715 junto com a equipe da Vigilância, do Departamento de Gestão, apoiasse e orientasse os Conselhos
1716 Estaduais para traduzir essa orientação, sendo que não dando para essa Conferência, ficaria para a
1717 próxima. A Conselheira Telma falou sobre a dificuldade de tirar a representação para a Nacional,
1718 destacando os procedimentos a serem tomados para isso. A Conselheira Marlene destacou, no
1719 texto, considerar porte, população, dois indicadores que utilizados na construção dos critérios da
1720 política de Assistência Social, para a questão dos recursos, ademais da questão da participação dos
1721 usuários, o que constava no instrumental cinco, falando sobre o que o texto trazia. O Presidente
1722 indagou se o texto contemplava a escolha dos participantes do município para o estado e também
1723 para a Nacional. O Conselheiro José Crus esclareceu que o texto contemplava mais a escolha dos
1724 municípios para a conferência estadual, sendo que do estado para Nacional já havia orientações a
1725 respeito, discorrendo sobre os critérios existentes. Após mais algumas colocações, o Presidente
1726 considerou o texto aprovado pelo Pleno. A Conselheira Telma falou sobre as Conferências
1727 Regionais, sendo consensuado que as mesmas não substituiriam as Conferências Municipais e
1728 nem as Estaduais. A Conselheira Solange relatou que haviam colocado uma agenda nas regionais
1729 que era o mecanismo de mobilização dos usuários para participação nesses processos. A
1730 Conselheira Célia falou sobre esses critérios, com os Estados podendo trabalhar os mesmos
1731 antecipadamente, para ser divulgados. Após mais algumas colocações sobre a redação das
1732 Conferências Regionais, a Conselheira Solange indicou o texto: que o CNAS recomendava que as
1733 Conferências Regionais não substituíssem as Municipais e Estaduais, com o Presidente indicando
1734 que a preocupação inicial era negatar. O Conselheiro José Crus falou sobre a questão,
1735 observando como a questão vinha sendo conduzida pelos municípios e estados, mas que se o
1736 CNAS fosse reconhecer, o tema deveria ser aprofundado. A Conselheira Marlene lembrou que a
1737 informação sobre a não realização de Conferências Regionais constava em um dos instrumentais,
1738 mas devendo se reforçar as Municipais e Estaduais. Após algumas colocações, a Conselheira Clátia
1739 sugeriu que não fosse usado o termo conferências, com o mesmo sendo usado apenas para as
1740 Municipais e Estaduais. A Conselheira Maria Lúcia ponderou que o nome não deveria ser alterado,
1741 citando o texto sobre a questão, com a Conselheira Cadó sugerindo suprimir esse evento, para não
1742 gerar confusão, o que foi acatado. O Presidente indicou no Informe 5 a pergunta a ser respondida,
1743 com a Conselheira Maria Lúcia informando o texto: “os serviços e equipamentos socioassistenciais
1744 revelam se os usuários reconhecem a importância o SUAS? De que forma?” esclarecendo esse
1745 questionamento. Após algumas sugestões, o texto foi consensuado, com o Presidente solicitando
1746 que a numeração dos informes fosse observada pela Secretaria-Executiva. **Item Informe do**
1747 **CONGEMAS**, pela Conselheira Maria Lúcia: *“Bom, gente, a gente queira dar os informes porque foi*
1748 *brilhante o nosso encontro nacional, chegamos a mais de três mil participantes, excelente*
1749 *infraestrutura. E queremos agradecer de coração ao MDS, a todos vocês que estiveram lá, o*
1750 *Conselho Nacional e, de uma forma especial, ao nosso Presidente Edivaldo que foi brilhante. E eu*
1751 *disse para ele que ele até superou a descentralizada. Ele falou sem os slides numa fluência sobre*
1752 *conferência, ele, a Márcia Lopes, o Edival, o Renato e o Fábio, nosso companheiro aqui que estava*
1753 *na mesa. Pareciam que tinha articulado. Eram vinte e cinco minutos, em média, para cada um e foi*

1754 se fechando a temática. A plenária lotada, até foram buscar mais cadeiras. Até se pensava que
1755 esse tema nem era tão atraente mais, mas logo antes, a gente recebeu as inscrições e a nossa
1756 plenária era a que tinha o maior número de participantes. Isso surpreendeu a todos nós do
1757 CONGEMAS e foi muito bom a gente ver isso. Ao usuário Anderson que esteve lá em mesa,
1758 participando, trabalhando o tempo inteiro no intuito de dar depoimento, não é, eu acho que
1759 Anderson sabe disso, senti isso, é verdadeiro, é verdadeira a pouca participação de usuários e
1760 ainda chama a atenção, realmente, quando ele vai ter os depoimentos, as experiências. Ainda
1761 chama muita atenção mesmo, muito obrigada. Ao José Crus, Solange, Telma, Léa, Marlene,
1762 Jucileide, Leovane, todos que estivemos juntos lá, os outros que estão aqui com peninha porque
1763 não estiveram, nós também sentimos saudades de vocês. A Célia também que esteve presente,
1764 porque ela esteve no FONSEAS também e ela vai dar esse informe. Valeu, muito obrigada. E aí a
1765 gente falar um pouco da carta de Fortaleza que hoje a gente está divulgando, a gente tem visto a
1766 movimentação toda que foi uma deliberação do CONGEMAS. E a gente já teve a oportunidade de
1767 estar explicando aqui que o movimento é em defesa do SUAS, em defesa do Pacto Federativo, em
1768 defesa da consolidação. Vivenciamos este momento o ano passado, antes das eleições, todos
1769 lembramos, não é, lá no governo dos estados a gente fez a carta, pedindo essa continuidade, para
1770 o governo federal nós também tivemos esta manifestação e agora, a gente sente essa fragilidade.
1771 Alguns governos, realmente, juntaram a Secretaria de Assistência, não é isso Patrícia, ela juntou; o
1772 nosso estado está acabando, está no movimento, hoje, lá em Recife, mas teve reunião ontem com
1773 o Conselho Estadual e está tirando do Fundo Estadual de Assistência Social da executiva da
1774 assistência social e levando para ele, onde tem seis executivas trabalhando. Então nos
1775 entendemos, enquanto CONGEMAS, que o nosso SUAS está ameaçado sim, apesar de que a gente
1776 garantiu naquele momento das eleições, através de cartas, a gente está vendo que muitos
1777 governos não está cumprindo, além de termos fragilidades em diversos municípios. Então que
1778 fique bem claro que não é nada do atraso financeiro pontual, até porque se fosse assim, os estados
1779 não tem atrasos porque nunca pagam, tem uns que nunca tiveram, não é, tem município também
1780 que os gestores, os prefeitos dizem aos gestores: “você tem dinheiro lá, porque se não tiver, aqui
1781 também não tem”. Então eu acho que é o momento de chamar a atenção o que foi destacado lá
1782 para o MDS, é que não seria o momento ideal, não seria o tempo ideal, não seria no dia do
1783 assistente social, mas já havia sido decidido em assembleia, mas que a gente entenda que vai
1784 desconstruir a política ou pela maioria ser assistente social. A gente sabe também que aquele
1785 momento de Fortaleza, hoje já está completamente diferente. Que alguns recursos foram
1786 liberados, o Ministério tem feito o que ele se comprometeu conosco de estar olhando os fundos, de
1787 estar visualizando os que estão com maior dificuldade e como o José Crus colocou aqui hoje, isso
1788 tem sido feito com transparência, ninguém fechou porta, pelo contrário, fomos convidados com
1789 todo aval para vir conversar com a Ministra, temos tido toda abertura, a Ministra participou de
1790 diversas regionais como foi no nosso caso lá em Pernambuco, ela não, em momento algum, deixou
1791 de dar informação de que registra-se o atraso, mas que estão comprometidos e que vai ser
1792 atualizado. Da mesma forma, a nossa Secretária leda. Então lá em Fortaleza saiu uma carta de
1793 compromisso em defesa do SUAS que eu gostaria de fazer uma leitura muito rápida, somente para
1794 vocês mais uma vez entendam que é uma defesa do Sistema Único, não do sistema financeiro, de
1795 repasse de recursos financeiros, tanto é que é somente hoje, nada com ideia de continuidade, até
1796 porque, se for para ser desta forma nós vamos conversar com os outros entes de uma forma mais

1797 *séria, não é? Então; “Carta de Compromisso em defesa do SUAS. O Colegiado Nacional de Gestores*
1798 *Municipais da assistência social que reúne todos os secretários municipais e trabalhadores da*
1799 *assistência social dos cinco mil quinhentos e setenta municípios do Brasil, e do Distrito Federal, em*
1800 *seu 17.º Encontro Nacional que conta com mais de três mil participantes, no período de 28 a 30 de*
1801 *abril em Fortaleza/CE, convida os representantes das entidades nacionais de representação*
1802 *federativa a assinar a Carta de Fortaleza, uma carta de compromissos com a consolidação do*
1803 *Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que completa dez anos proposta pelo CONGEMAS. É*
1804 *imperativo que qualquer nível ou instância de governo deste país assumam o compromisso com o*
1805 *desenvolvimento social e sustentável que ampliam o nível de proteção social de toda a população*
1806 *brasileira. Essa ampliação somente é possível com a atuação integrada dos Poderes Executivo,*
1807 *Legislativo e Judiciário que tenham como proposta comum o fortalecimento do Pacto Federativo*
1808 *na direção de um projeto de nação justa para todas e todos os brasileiros. Para tanto, é de*
1809 *fundamental importância o diálogo do CONGEMAS, enquanto colegiado nacional que representa*
1810 *os 5.570 municípios brasileiros e o Distrito Federal, na gestão da política de assistência social com*
1811 *parceiros estratégicos como a Confederação Nacional dos Municípios, a Frente Nacional de*
1812 *Prefeitos, a Associação Brasileira de Municípios, as Associações e Federações existentes nos 26*
1813 *estados brasileiros, as Frentes Parlamentares em defesa da assistência social, bem como a*
1814 *Associação Brasileira de Imprensa, dentre outras, pois é imperativo que os entes federados devem*
1815 *empreender todos os esforços necessários para o cumprimento dos seguintes compromissos; 1.*
1816 *Compreender a necessidade de garantir a implementação de um sistema público universal de*
1817 *prestação de serviços, benefícios e transferência de renda que alcance o conjunto da população*
1818 *brasileira na sua diversidade sócio territorial; 2. Implantação, ampliação e manutenção da*
1819 *cobertura do cofinanciamento dos serviços básicos especializados, benefício e transferência de*
1820 *renda, assegurando recursos em todos os níveis federativos em particular no nível municipal; 3.*
1821 *Implantação, ampliação e manutenção da participação de recursos estaduais no cofinanciamento*
1822 *da estrutura do SUAS, construção de CRAS e CREAS, estruturação de órgãos gestores e tecnologia*
1823 *adequadas às necessidades da política de assistência social. 4. Garantia da obrigatoriedade do*
1824 *recurso da assistência social brasileira. 5. Ampliação do percentual de recursos próprios destinados*
1825 *aos fundos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais de assistência social. 6.*
1826 *Cumprimento da Norma Operacional Básica do SUAS que garanta a política da assistência social*
1827 *em todos os estados, Distrito Federal e municípios do Brasil. 7. Realização de concursos públicos*
1828 *para recomposição e ampliação do quadro de servidores efetivos à política da assistência social*
1829 *nas três esferas de governo. 8. Implantação e implementação de políticas regionais de proteção*
1830 *social especial de média e alta complexidade, considerando a diversidade socioterritorial do país.*
1831 *9. Acatar as deliberações das conferências e fortalecer os Conselhos de Assistência Social com*
1832 *mecanismos de participação e Controle Social. 10. Fortalecer a gestão democrática e participativa*
1833 *na assistência social brasileira enquanto agentes públicos movidos por responsabilidades legais e*
1834 *éticas, inerentes à gestão descentralizada e convictos de que partilhamos dos mesmos princípios*
1835 *que balizam a luta histórica por uma sociedade justa e fraterna, acreditamos no apoio compulsório*
1836 *de todos com essa agenda política para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social.*
1837 *São dez anos de conquistas civilizatórias nesta área, portanto o SUAS que temos e o SUAS que*
1838 *queremos deve estar na pauta de todas as entidades e organizações do Legislativo, do Executivo,*
1839 *do Judiciário, da sociedade civil em geral. Viva o SUAS! Viva a consolidação da política na esfera*

1840 pública. 28 de abril de 2015”. Então entendemos que esse texto aqui não é do CONGEMAS, ele é
1841 nosso, de todos que defendem essa política, de todos que militam, de todos os assistentes sociais
1842 que estão no SUAS e os que estão fora também. Parabéns a todos nós, avante SUAS rumo a essa
1843 consolidação. Obrigada”. O Presidente falou sobre o site do CONGEMAS, que trazia a questão da
1844 paralização, procedendo à leitura da carta sobre esse ato: “Carta dos Trabalhadores, usuários e
1845 entidades do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Os trabalhadores, usuários e as
1846 entidades do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, vem por meio desta apresentar
1847 nossas reflexões frente ao posicionamento do CONGEMAS na ocasião do seu 17 Encontro Nacional
1848 realizado nos dias 28 a 30 de abril em Fortaleza/CE. A carta de Fortaleza, compromisso em defesa
1849 do SUAS revela o envolvimento dos gestores na política pública de assistência social, mas nos
1850 causou inquietudes quando fomos surpreendidos pela chamada de uma paralização nacional no
1851 dia 15 de maio de 2015, ação contrária ao exposto no conteúdo da carta compromisso. Queremos
1852 refletir sobre o equívoco pela escolha da data, pois, 15 de maio é o dia do assistente social. Um dos
1853 profissionais da política conforme Resolução CNAS n.º 17, de 2011. O Serviço Social é uma
1854 profissão e a assistência social é a política pública. Um outro fator é da ação isolada do
1855 CONGEMAS sem um interlocução com os demais protagonistas da política de assistência social
1856 que, historicamente, lutam pela consolidação do SUAS. Subscrive Federação Nacional dos
1857 Assistentes Sociais – FENAS, CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL – CTB,
1858 Conselho Federal de Serviço Social – CEFESS, Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento –
1859 UNEP, Federação Nacional dos Empregos em Instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas –
1860 FENATIBREF, Fundação Dorina Nowill para Cegos, Fundação Fé e Alegria do Brasil, Conselho
1861 Municipal de Chapecó, Organização Nacional de Cegos do Brasil, Fórum Nacional da População de
1862 Rua, Movimento Nacional da População de Rua, Fórum Nacional dos Usuários do SUAS – FNSUAS,
1863 Instituto Eco Vida, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDIDEF,
1864 Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – ABEDEF. Brasília, 15 de maio de
1865 2015.”. Item Relato da Comissão de Política, pelo Conselheiro José Crus, substituindo o
1866 Conselheiro Anderson que justificou sua saída: “Reunião da Comissão de Política da Assistência
1867 Social. Maio de 2015. Memória de reunião n.º 004 de 2015. Data/horário: 13/05/2015 – 9h às 16h.
1868 Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo ao Bloco F, ala A, sala 108. Conselheiros presentes a
1869 comissão de política: Anderson Lopes de Miranda, Coordenador; Célia Maria de Souza M. Lima;
1870 Edivaldo da Silva Ramos; José Crus; Jucileide Ferreira do Nascimento; Márcia de Carvalho Rocha;
1871 Mariana Souza Silva; Margareth Alves Dallaruvera. Conselheiros presentes da Comissão de
1872 Acompanhamento aos Conselhos: Solange Teixeira, Coordenadora; Clátia Regina Vieira; Naelson
1873 da Silva Ferreira; Raimunda Nonata Cadó. Convidados: André Yokawo Santos, SANS/MDS; Célia
1874 Maria de Souza M. Lima, FONSEAS; Liliane Neves, SNAS/MDS; Jose Crus, Diretor Geral Substituto
1875 do DGSUAS/MDS; Márcia C. Leal Goés, CONGEMAS. Participantes: Carlos Nambu, COMAS/SP;
1876 Cássia Gorete da Silva, COMAS/SP; Cláudia da Silva, COMAS/SP; Jacinto de Oliveira, Consultor de
1877 Políticas Públicas; Luziana C. de A. Maranhão, COFITO/FNTSUAS; Maria Silva Boscaino,
1878 CONSEAS/SP; Marlene Merisse, CFESS; Marli Pulini da Costa, CONSEAS/SP; Moisés Castro,
1879 CONSEAS; Nilson de Freitas, CEAS/PE; Valéria Ribeiro, COMAS/SP. Secretaria Executiva: Maria
1880 Auxiliadora Pereira; Carolina Ribeiro; Maria Antônia P. Valente; Rosiely Bomfim; Celda Chaves;
1881 Lilian Guedes; Josué Santos. 9h as 12 – Reunião da Comissão de Políticas – CPAS. 1. PACTO DE
1882 APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SUAS NO ÂMBITO MUNICIPAL: Proteção Social Básica. Faltou

1883 aqui gente, que foi específico a discussão do pacto, especificamente os pactos e prioridades da
1884 gestão da Proteção Social Básica. Convidados: SNAS/MDS, CONGEMAS e FONSEAS. Os conselheiros
1885 integrantes da Comissão de Política do CNAS, em observância ao Plano de Ação deste Conselho,
1886 está priorizando a discussão qualificada dos pactos de aprimoramento da gestão do SUAS
1887 (municipal, estadual e do Distrito Federal) nas reuniões no ano de 2015, pautando esse tema a
1888 cada dois meses, visando cumprir com as funções do CNAS no processo de fiscalização da política
1889 pública de assistência social. Sendo que nesta reunião do mês de maio, foi pautado sobre o Pacto
1890 de Aprimoramento de Gestão do SUAS no âmbito municipal, em especial a Proteção Social Básica.
1891 O Sr. José Crus, Diretor do DGSUAS/SNAS/MDS, iniciou a fala informando sobre a Resolução CNAS
1892 18/14, que dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema
1893 Único de Assistência Social – SUAS, reafirmando o pacto como um dos componentes da
1894 NOB/SUAS/2012 e que remete para o planejamento do ente federativo e o aprimoramento dos
1895 Planos de Assistência Social, instrumentos estratégicos para alcance dos metas e prioridades. O
1896 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem investido em várias iniciativa de
1897 apoio para o alcance das metas municipais. A Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS está
1898 aprimorando o apoio técnico para o monitoramento desse Pacto para além da produção de
1899 orientações técnicas tanto para os equipamentos públicos, quanto para as unidades privadas,
1900 orientações para atuação integrada entre o PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de
1901 Vínculos, orientações sobre o público prioritário do SCFV, encontros trimestrais realizados em 2014
1902 e programadas para 2015, oficinas, capacitações, perguntas frequentes, realização e participação
1903 de eventos e reuniões de apoio. Iniciativas do MDS de apoio para alcance das metas do Pacto de
1904 Aprimoramento do SUAS – Gestão Municipal: Encontros Trimestrais de Apoio Técnico – os
1905 encontros abordam metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS, tanto da gestão estadual quanto
1906 da gestão municipal, no sentido de incentivar o apoio técnico dos estados aos municípios para o
1907 alcance das metas; elaboração do Relatório de Informações (RI) do Pacto de Aprimoramento do
1908 SUAS (gestão municipal já disponível no portal da SAGI); Disponibilização da planilha do cálculo
1909 das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS no portal da SAGI; Orientação aos municípios
1910 sobre a regulamentação municipal de assistência social; Publicação de Orientação para pactuação
1911 da regionalização dos serviços de média e alta complexidade nas Comissões Intergestores
1912 Tripartite – CIT; Orientações e apoio técnico aos estados, municípios e DF de forma sistemática por
1913 meio de contatos telefônicos e por ofícios; Reuniões com equipes estaduais da PSB e PSE para
1914 apresentação do SCFV – tendo em vista aproximar o debate acerca do público prioritário; Encontro
1915 do DPSB com os coordenadores da PSB dos estados; Oferta de oficinas e minicursos nos Encontros
1916 do CONGEMAS Regionais e Nacional; Participação em eventos realizados por estados e municípios
1917 para discutir questões referentes à PSB; Realização de Teleconferências sobre diversos temas
1918 referentes ao SUAS; Universalização da cobertura de CRAS; Busca Ativa; 138 lanchas da
1919 assistência; reajuste de 30% no valor do financiamento federal para a qualificação e expansão do
1920 CRAS; Instrução Operacional n.º 19 sobre descumprimento de condicionalidade para os
1921 beneficiários do Bolsa Família; Atividades juntamente com a SENARC com estados (RS, SP, AP, BA,
1922 MA, MG, PE e RJ), para aprimorar a busca ativa de povos e comunidades tradicionais e grupos
1923 específicos (quilombolas e indígenas, dentre outros) e aprimorar a identificação desses públicos no
1924 Cadastro Único. O senhor André Santos – Coordenador Geral de Apoio ao Controle Social e Gestão
1925 Descentralizada do SUAS em exercício, reafirmou a importância do Relatório de Informações – RI

1926 como instrumento pelo qual se materializam as metas e prioridades nacionais no âmbito do SUAS.
1927 O Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS se constitui em mecanismos de indução de
1928 aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais,
1929 ressaltou ainda, que Planos de Assistência Social devem observar “metas nacionais pactuadas, que
1930 expressam o compromisso para aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito
1931 Federal e os Municípios” e trouxe ainda o Balanço Geral por UF e Região: percentual de municípios
1932 que alcançaram a meta e prioridades; percentual de municípios que cumpriram as metas do Pacto
1933 de Aprimoramento do SUAS. Informou que o Relatório de Informações – RI, caracteriza-se como
1934 instrumento relevante para o planejamento dos gestores da política de assistência social no
1935 município e no estado sendo que o acompanhamento do pacto é de responsabilidade dos três
1936 entes federados, bem como dos conselhos de assistência social. A senhora Liliane Neves,
1937 Coordenadora Geral do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – DPSB/MDS,
1938 destacou que o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –
1939 SISC, registrou o total de municípios cofinanciados pelo governo Federal: 5.038 e o total de
1940 usuários atendidos e registrados no SISC: 1.644.299 (ativos) dados atualizados em 2015. O SISC
1941 trouxe importantes informações a propósito de: público prioritário: distribuição por situação
1942 prioritária; usuários atendidos, por faixa etária e DF. O Censo SUAS 2014 revelou a seguintes
1943 unidades de Proteção Social Básica do SUAS; 8088 CRAS, hoje estruturado e implantado; 98,40%
1944 dos municípios; quantidade de Centros de Convivência. Unidades públicas: 3361 (43%) de 7.882
1945 centros de convivência, hoje estruturados e 4.521 centros de convivência não governamental. Isso
1946 significa 57% desse valor total de 7.882 centros de convivência estruturados nos territórios
1947 brasileiras. Quantidade que outras unidades. O censo também apontou que nós temos outras
1948 unidades de Proteção Social Básica que nós temos, também estamos tentando melhorar a
1949 pergunta, para identificar que unidades são essas. Então nós temos outras unidades públicas de
1950 Proteção Social Básica identificadas que somam-se 1.940 unidades públicas, significa 54% de 3.605
1951 outras unidades e 1.665 (46%) não governamental. Em seguida o FONSEAS e o CONGEMAS fizeram
1952 suas considerações finais em relação aos dados apresentados: Célia Lima, representante do
1953 FONSEAS, enfatizou o reconhecimento do protagonismo que os estados devem ter no apoio aos
1954 municípios visando o planejamento e a implantação das metas do Pacto de Aprimoramento do
1955 SUAS. Relatou que neste momento a maioria dos Estados estão em fase de reorganização em
1956 função das alterações resultantes do processo eleitoral do 2014. Fez uma reflexão a partir dos
1957 dados apresentados, recomendando que o MDS possa utilizar nas repactuações outros critérios
1958 que consideram o atendimento à população que mais necessita e não apenas em relação à
1959 cobertura. A Senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Belém/BA, Márcia Goés,
1960 representante do CONGEMAS fez comentários em relação às metas do pacto e ressaltou a
1961 necessidade de se priorizar os usuários vítimas de abuso sexual, e enfatizou as particularidades
1962 locais regionais. Encaminhamentos: 1. A Secretaria Executiva do CNAS enviará a apresentação
1963 sobre o pacto de aprimoramento da gestão do SUAS – Proteção Social Básica para os conselheiros
1964 nacionais. 2. Solicitar a SNAS/MDS que se faça um estudo sobre o instrumental de planejamento,
1965 conforme o art. 25 da NOB/SUAS/2012. 3. Orientar o CEAS e CAS/DF a pautarem os Pactos de
1966 Aprimoramento do SUAS tratando as metas e prioridades, alcance nos respectivos entes
1967 federativos e encaminhamentos para superação das referidas metas e prioridades. 4. Solicitar que
1968 o FONSEAS e o CONGEMAS pautem os Pactos de Aprimoramento do SUAS de âmbito Municipal e

1969 Estadual e que os mesmos dialoguem com a CIBs e CONGEMAS. 5. A CPAS/CNAS pautará duas
1970 metas específicas da Proteção Social Básica – PSB visando qualificar os encaminhamentos: meta 3
1971 – cadastrar as famílias como beneficiários do BPC no CadÚnico; meta 7 – ampliar a cobertura da
1972 Proteção Social Básica nos municípios de grande porte e metrópoles; 14h às 16h. 1. Reunião
1973 conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social – CAC.
1974 Representação e representatividade dos trabalhadores. Os conselheiros e conselheiras, José Crus,
1975 Margareth Alves Dallaruvera e Clátia Regina Vieira, farão a revisão da Resolução CNAS n.º
1976 23/2006 (anexa). A subcomissão apresentará para apreciação do pleno do CNAS a proposta da
1977 minuta do texto. Representação e representatividade dos usuários. A subcomissão solicita
1978 aguardar o documento sobre a representatividade dos usuários que está sendo debatido na
1979 Comissão de Normas e propõe o encaminhamento à plenária do mês de julho a proposta de
1980 alteração da resolução CNAS n.º 24/2006. Encaminhamento: a Comissão de Política solicita a
1981 Comissão de Normas que os documentos pertinentes sejam apresentados na reunião conjunta
1982 prevista para o mês de junho/2015. E o outro encaminhamento aqui que faltou fazer o registro
1983 aqui é que a Comissão de Política sugere à plenária a aprovação da minuta de resolução que altera
1984 a Resolução 23/2006, que está anexa à memória e não foi registrado tendo em vista que na
1985 reunião da parte da tarde a gente apenas informou o cenário, regatou o debate que a gente fez
1986 em outras reuniões conjuntas e também o debate que foi realizado na Reunião Descentralizada e
1987 Ampliada de Salvador. Ontem nós pautamos o tema e Margareth, Clátia e eu ficamos de fazer,
1988 então, ontem na minuta de resolução. Então a gente conseguiu fazer e então a gente aproveita
1989 para agradeceu ao senhor Presidente, ao pleno, nosso coordenador Anderson que acolheu,
1990 inclusive, o trabalho que a Subcomissão fez. A gente conversou entre as comissões e deu tempo
1991 ainda da gente trazer a minuta de resolução por se tratar de uma resolução importante pelo
1992 processo de conferência que estamos em curso, entendendo que esta é uma pergunta que não
1993 quer calar, é um debate que a gente enfrenta em todas as conferências da participação dos
1994 trabalhadores, principalmente nas conferências, principalmente de que são esses trabalhadores,
1995 da sua participação nos conselhos e nas conferências. Então, a gente aproveitou e trouxe para
1996 análise deste pleno a minuta de resolução. Anderson Lopes Miranda. Coordenador da Comissão de
1997 Política de Assistência Social. Solange Teixeira, Coordenadora”. Esse é o relato senhor presidente.
1998 No Item 1 – pacto de aprimoramento da gestão municipal, do SUAS no âmbito municipal, a
1999 Conselheira Célia esclareceu a sua proposta, que nas repactuações de outros critérios, que
2000 considerassem a cobertura dos serviços no atendimento a população que necessitasse, e não
2001 apenas a cobertura por município. O Presidente prosseguiu, indicando a proposta de alteração da
2002 Resolução 23, de 2006, que regulamentava o entendimento acerca do trabalhador do setor: “O
2003 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, no uso da competência que lhe confere o art. 18,
2004 incisos II e IV, da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS
2005 e, Considerando o art. 204, inciso II da Constituição Federal que prevê a participação da população
2006 por meio de suas organizações representativas para a formulação e controle das políticas em torno
2007 dos níveis; Considerando o art. 17, da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que instituiu o
2008 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS como órgão de deliberação colegiada composta
2009 paritariamente por representantes governamentais e da sociedade civil; Considerando o inciso II,
2010 do art. 17 da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, do Conselho Nacional de Assistência Social –
2011 CNAS que estabelece a representação da sociedade civil dentre representantes de usuários ou de

2012 organizações de usuários, organizações de trabalhadores do setor, das entidades e organizações
2013 de assistência social, escolhidos em foro próprio; Considerando o inciso IX do art. 12 da Resolução
2014 n.º 33 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que aprova
2015 a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, que estabelece como competência dos entes da
2016 federação instituir no pacto de aprimoramento do SUAS metas e prioridades para estimular a
2017 mobilização e organização dos usuários da política de assistência social; Considerando a Resolução
2018 n.º 17 de 20 de junho de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que ratifica a
2019 equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema
2020 Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível
2021 superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de
2022 gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Considerando a Resolução n.º 09 de 15 de
2023 abril de 2014, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de
2024 ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a
2025 Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS; Considerando a
2026 Convenção n.º 135 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa à proteção e
2027 facilidades a conceder aos representantes dos trabalhadores na empresa OIT; Considerando à
2028 Convenção n.º 98 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa à aplicação dos
2029 Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva. Resolve: Art. 1.º Os Artigos 1.º e 2.º
2030 da Resolução do CNAS n.º 23, de 16 de fevereiro de 2006, passa vigorar com a seguinte redação:
2031 Art. 1.º Estabelecer como legítima todas as formas de organização de trabalhadores do setor como
2032 associações de trabalhadores, sindicatos, federações, centrais sindicais, conselhos federais de
2033 profissões regulamentadas, Fóruns nacional, regionais, estaduais e municipais de trabalhadores,
2034 que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam
2035 institucionalmente na política de assistência social e defendem o Sistema Único de Assistência
2036 Social – SUAS (NR). § 1.º Na ausência de representação legalmente constituída dos trabalhadores,
2037 no âmbito dos entes federados, dos Conselhos de Assistência Social – CAS devem estimular a
2038 criação de fóruns de trabalhadores, em consonância com o art. 3.º da Convenção 135 da OIT e
2039 alínea A do artigo 1.º da Convenção 98 da OIT, ambas ratificadas pelo governo brasileiro. (NR) §
2040 2.º A participação do Conselho Nacional de Assistência Social deve contemplar as entidades de
2041 representação nacional das diversas profissões que atuam no campo da formulação, execução e
2042 avaliação da política de assistência social. (NR). § 3.º A representação dos trabalhadores deve ser
2043 distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que compõem o Conselho e no processo de
2044 conferências, por isso, um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUAS,
2045 que pela própria natureza da função representa o governo, não pode ser representante dos
2046 trabalhadores. (NR). Art. 2.º..... IV – ter formato jurídico de sindicato, federação, confederação,
2047 central sindical ou Conselho Federal de profissão regulamentada, ou organizadas em forma de
2048 fóruns nacional, regional, estadual e municipal de trabalhadores. (NR). Art. 3.º Esta Resolução entra
2049 em vigor na data de sua publicação. Eivaldo da Silva Ramos. Presidente do Conselho Nacional de
2050 Assistência Social.” A Conselheira Cadó indagou, no Artigo 1º se a resolução estabelecia como
2051 legítimo ou reconhecia como legítima todas as formas de organização, sugerindo reconhecesse
2052 como legítima. No parágrafo terceiro, sugeriu fosse completado se era público ou privado. A
2053 Conselheira Clátia falou sobre a proposta, ponderando que teria que ter legitimidade e ser
2054 constituído de forma legal, mas não podendo falar em participar e indagando se estavam

2055 tratando de representação legal de trabalhadores que pudesse vir pleitear o assento no CNAS. O
2056 Conselheiro José Crus. Falou sobre a preocupação com a baixa participação de trabalhadores nos
2057 CMAS, esclarecendo o que haviam agregado sobre a criação dos Fóruns, para garantir a
2058 participação dos trabalhadores nos Conselhos. Que estavam tratando dos Conselhos de
2059 Assistência Social, onde o interesse dos trabalhadores deveria ser tratado e assegurados no
2060 diálogo com gestores, entidades e usuários da política pública de Assistência Social. A Conselheira
2061 Margareth concordou com a preocupação da Conselheira Clátia, devendo ter cuidado para essa
2062 norma não abrisse brecha para a perspectiva do processo eleitoral do CNAS, ademais de falar
2063 sobre as dificuldades existentes. A Conselheira Marlene destacou a importância da Resolução e
2064 relatou um fato sobre o afastamento dos trabalhadores, mas parabenizando por essa norma. A
2065 Conselheira Clátia falou sobre a norma, observando que poderia reforçar a questão de trabalhador
2066 público e do setor privado, sugerindo nova redação. A Conselheira Cadó indagou se quando
2067 tratavam de trabalhador, também estava inserida a trabalhadora, solicitando esclarecimentos. O
2068 Presidente sugeriu que a Resolução anterior fosse revogada, para não chocar com essa, e que o
2069 processo eleitoral fosse discutido. Quanto à colocação da Conselheira Clátia, ponderou que
2070 deixaria a palavra legítima como estava, reiterando a proposta de uma só resolução, com a
2071 Conselheira concordando com o que estava sendo definido e com o Conselheiro José Crus
2072 manifestando-se contemplado com a fala do Presidente. Que o parágrafo segundo existia desde
2073 2006 e nunca havia trazido problemas ao CNAS quanto à participação das entidades de
2074 representação nacional das diversas profissões que atuava na política, ademais da inclusão no
2075 parágrafo terceiro da questão do trabalhador e trabalhadora, conforme colocado pela Conselheira
2076 Cadó quanto ao público e privado. Concordava com o Presidente quanto à anular a norma anterior
2077 e ter apenas a atual, agradecendo a equipe que havia colaborado na sua redação. O Presidente
2078 indicou os artigos a serem reescritos, com a Resolução sendo aprovada pelo Pleno, assim como o
2079 Relato da Comissão de Política. Relato da Comissão de Conselhos, pela Conselheira Solange:
2080 *“Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Reunião Extraordinária*
2081 *005/2015. Data: 13/05/2015. Horário: 9h às 17h. Local: Esplanada dos Ministérios, anexo do bloco*
2082 *F, ala A, sala 119. Conselheiros presentes: Solange Teixeira – Coordenadora; Maria Lúcia Marquim*
2083 *– Coordenadora Adjunta; Clátia Regina Vieira; Naelson da Silva Ferreira; Pedro Tomaz Neto;*
2084 *Raimunda Cadó. Ouvintes: Moisés Castro – CONSEAS/SP; Cláudia E. da Silva – COMAS/SP; Marlene*
2085 *Azevedo – SNAS. Secretaria Executiva do CNAS: Celda Chaves; Lilian Guedes; Josué Santos. 1.*
2086 *Apresentação final do ID Conselhos (SNAS). O ID Conselho é uma ferramenta importante para*
2087 *acompanhar e monitorar os Conselhos de Assistência Social e será disponibilizado no site do MDS.*
2088 *O ID e o retrato de cada Conselho, permitindo ver as dimensões e identificar o conjunto de critérios*
2089 *avaliativos. Os indicadores apontam o que fazer, como fazer, para aprimorar o funcionamento dos*
2090 *conselhos. Encaminhamento: encaminhar a apresentação para todos os conselheiros da Comissão*
2091 *de Acompanhamento aos Conselhos; a equipe da Vigilância Socioassistencial da SNAS*
2092 *encaminhará informações mais detalhadas sobre a apresentação para esta Comissão; propor*
2093 *apresentação do relatório final do ID Conselhos à plenária do CNAS; propor ações específicas com*
2094 *os CEAS e estes com os CMAS a partir das informações do ID; propor apresentação do ID Conselhos*
2095 *na reunião trimestral com os CEAS e CAS/DF. 2. Avaliação da Reunião Trimestral Sul/Sudeste e*
2096 *Nordeste. Pontos positivos: a dinâmica da Oficina II proporcionou maior participação e integração*
2097 *dos participantes; a participação política federal, estadual e municipal na mesa de abertura; o*

2098 *formato das reuniões regionais atendeu o anseio dos participantes, que demandaram a*
2099 *continuidade desses eventos. Pontos negativos: falas longas e desnecessárias; infraestrutura da*
2100 *Oficina I dificultou o entrosamento dos participantes, ressalto aqui que não foi colocado na nossa*
2101 *memória, mas vou fazer consignar, como eu já falei a importância na Oficina I da professora Selma*
2102 *do Nordeste, que é uma professora da Universidade Federal do Maranhão e da gestão e Secretária*
2103 *Adjunta de Assistência Social de Minas Gerais, Simone Albuquerque, forma fundamentais o*
2104 *trabalho das duas e esperamos que com a professora Valdete Martins no Centro oeste, a gente*
2105 *consiga o mesmo êxito; Aprimorar a metodologia da oficina 1; orientação para as intervenções*
2106 *segurem a mesma contextualização da temática proposta; realização das oficinas em dias*
2107 *alternados; reforçar e enfatizar o apoio dos CEAS com os CMAS; manutenção das reuniões*
2108 *regionais com os CEAS e CAS/DF; revisar o instrumental de avaliação, porque o nosso instrumental*
2109 *de avaliação ele só traz quantitativo no que se refere a estrutura e, ele não traz do que diz respeito*
2110 *ao conteúdo, nem do que está se tratando e nem tem espaços para as pessoas sugerirem. 3.*
2111 *Divulgação de Pauta para junho/2015. Avaliação da Reunião Regional Centro-oeste; e nos*
2112 *debruçarmos nos instrumentais da Conferência, principalmente, em todos os assuntos que*
2113 *permeiam contextualizar e socializar os encaminhamentos sobre a X Conferência com vista a*
2114 *participação voluntária dos conselheiros nos seus respectivos estados de origem. Sem ônus para*
2115 *este Conselho, os respectivos conselheiros que estiverem em seus estados, a gente quer fazer um*
2116 *trabalho de empoderamento e socializar as informações para que eles possam estar lá*
2117 *participando em todas as conferências. Quanto mais melhor, levando a fala deste Conselho tanto*
2118 *para as Conferências Municipais quanto Estaduais. Pedimos a esse pleno que coloque a disposição*
2119 *as datas das conferências estaduais. Este é o relato. Solange Teixeira. Coordenadora da Comissão*
2120 *de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Coordenadora Adjunta, Maria Lúcia*
2121 *Marquim, que fez a coordenação do primeiro momento na apresentação do ID Conselho”. No Item*
2122 *2, avaliação das reuniões regionais da região sul/sudeste e nordeste, a Conselheira Cadó observou*
2123 *que a sugestão era de aprimorar a infraestrutura da oficina 1, com a metodologia sendo muito*
2124 *produtiva. O Presidente indagou se havia mais alguma observação. Em não havendo, considerou*
2125 *aprovado pelo Pleno o Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. O Presidente*
2126 *registrou que a Conselheira Margareth havia trazido uma nota de repúdio para conhecimento do*
2127 *Pleno, com a Conselheira Marlene esclarecendo que havia sido encaminhado para a Secretária-*
2128 *Executiva um documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social –*
2129 *CNTSS ao Conselho Nacional, com uma moção de repúdio contra a terceirização, procedendo à*
2130 *sua leitura: “Ilustríssimos Conselheiros e Conselheiras. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa*
2131 *com Deficiência – CONADE – em sua 97 Reunião Ordinária iniciada em 22 de abril de 2015*
2132 *deliberou e aprovou a elaboração da presente MOÇÃO DE REPÚDIO a respeito do PL 4330, por*
2133 *considerar um retrocesso em relação à conquista e garantia de direitos das pessoas com*
2134 *deficiência ao universo do trabalho. Segue abaixo seu conteúdo, para que seja lido, aprovado e*
2135 *divulgado por esse Conselho. Sem mais assina Sandro Alex de Oliveira Cezar. Presidente”. O*
2136 *Presidente sugeriu que o assunto fosse melhor conversado pelo Conselho, questionando se*
2137 *deveria ser encaminhado à Comissão de Políticas, com o mesmo sendo encaminhado, com a*
2138 *Conselheira Margareth agradecendo ao Pleno o encaminhamento dado. **Item Relato da Comissão***
2139 ***de Acompanhamento de Benefício de Transferência de Renda:** “Memória de Reunião. Reunião:*
2140 *002/2015. Data/horário: 13/05/2015 – 16h às 18h. Local: CNAS – Esplanada dos Ministérios, anexo*

2141 ao Bloco F, ala A, sala 108. Conselheiros Presentes: Juliana Picoli Agatte, Coordenadora; Alceu
2142 Kuhn; Fátima Aparecida Rampin; Margareth Alves Dallaruvera. Secretária Executiva do CNAS:
2143 Maria Auxiliadora Pereira; Carolina Ribeiro; Maria Antônia P. Valente; Rosiely Bomfim.
2144 Participantes: Cláudia Silva – COMAS/SP; Cássia Goreti da Silva – COMAS/SP. 1. Revisão do Plano
2145 de Ação da Comissão e materiais orientadores para X Conferência Nacional de Assistência Social; A
2146 Coordenadora da comissão fez a leitura e foram distribuídos os pontos que devem ser priorizados e
2147 atualizados. O documento do Plano de Ação será encaminhado aos integrantes da Comissão para
2148 que façam suas contribuições, a fim de que sejam consolidados até a próxima reunião em agosto.
2149 Encaminhamentos: O plano de ação será enviado aos conselheiros integrantes da comissão para
2150 as devidas contribuições. Também será enviado o Caderno de Orientações sobre o Programa Bolsa
2151 Família, o Benefício de Prestação Continuada e os Benefícios Eventuais aos integrantes da
2152 comissão para que identifiquem assuntos que mereçam atualização. A comissão identificou a
2153 necessidade de incorporar informações a respeito da Resolução n.º 15, que orienta a atuação dos
2154 conselhos de assistência social como instância de controle social do Programa Bolsa Família. 2.
2155 Discussão sobre a recomendação dessa Comissão à Presidência Ampliada, no sentido do CNAS
2156 retomar a discussão sobre a Resolução CNAS n.º 39/10 com Conselho Nacional de Saúde – CNAS,
2157 que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de
2158 Assistência Social em relação à Política de Saúde. Encaminhamento: Enviar ofício a comissão
2159 responsável que trata dos Benefícios Eventuais no Conselho Nacional de Saúde – CNS, para
2160 realização de uma agenda conjunta com essa comissão para tratar da orientação sobre benefícios
2161 eventuais aos Conselhos de Saúde, por meio da Resolução n.º 39. 3. Outros assuntos; Fazer uma
2162 consulta ao Ministério da Previdência por meio da Secretaria de Política de Previdência Social a
2163 respeito da convergência entre o BPC e o micro empreendedor individual. O objetivo é ter um
2164 diagnóstico de quantos são os beneficiários do BPC e ao mesmo tempo microempreendedores
2165 individuais para subsidiar a discussão acerca da manutenção do BPC nos casos de MEI. Solicitar a
2166 SNAS diagnóstico sobre a implementação dos Benefícios Eventuais nos municípios. 4. Definição da
2167 pauta da Comissão para agosto de 2015. 1. Solicitar à SENARC que faça uma apresentação sobre o
2168 impacto social do Programa Bolsa Família – conquistas e desafios, incluindo também informações
2169 a respeito de orientações direcionadas aos municípios e conselhos a respeito da utilização de 3%
2170 do IGD pelos Conselhos de Assistência Social. (municipais). A apresentação da SENARC poderá
2171 subsidiar a elaboração de um folder explicativo sobre a utilização dos recursos do IGD a ser
2172 distribuído na Conferência Nacional de Assistência Social. 2. Realizar discussão acerca dos
2173 materiais sobre o Programa Bolsa Família, os Benefícios Eventuais e o Benefício de Prestação
2174 Continuada a serem distribuídos na Conferência Nacional de Assistência Social. A orientação é para
2175 que materiais tenham uma linguagem acessível e em formato folder. Margareth Alves Dallaruvera.
2176 Conselheira da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda”. No Item
2177 2, a Conselheira Mariana falou sobre os benefícios eventuais, sugerindo que o ofício fosse
2178 encaminhado ao CNS, esclarecendo sua proposta e com a Conselheira Maria José concordando
2179 com essa indicação. O Presidente destacou o item 3, falando sobre o microempreendedor
2180 individual e o BPC, indagando se a SNAS havia enviado o estudo sobre o assunto. A Conselheira
2181 Maria José falou sobre a questão, esclarecendo como o benefício era indevido para o
2182 microempreendedor individual. Que no âmbito da SNAS poderiam produzir as informações
2183 necessárias para essa discussão, tendo acesso às informações dos beneficiários do BPC, podendo

2184 levantar os atuais microempreendedores individuais já haviam sido beneficiário do BPC. O
2185 Conselheiro Alceu esclareceu que a ideia era de solicitar uma agenda com a Previdência para ter
2186 essas informações, mas concordando que a SNAS pudesse trazer esses dados. O Presidente
2187 concordou que a discussão deveria ser com a SNAS, que havia ficado de fazer a proposta de
2188 alteração da lei, discorrendo sobre a questão., com a Comissão apoiando essa sugestão. Em não
2189 havendo mais nenhuma observação, o Presidente considerou o Relato da Comissão aprovado pelo
2190 Pleno. **Item Relato da Comissão de Normas.** O Conselheiro Alceu informou que a reunião da
2191 Comissão não havia ocorrido, com a pauta de maio sendo colocada para junho, sendo que em abril
2192 haviam realizado uma reunião extraordinária da Comissão de Normas, mas com o assunto estando
2193 pendente e não havia tido um fechamento, havia sido postergado para junho, com um relato
2194 conjunto. **Item Informe do FONSEAS,** pela Conselheira Célia: *“O informe do FONSEAS é dizer que*
2195 *no dia 28 de maio, como estava previsto, foi realizado o II Encontro Nacional do FONSEAS. Esse*
2196 *encontro não foi um encontro tão grande como o primeiro que contou com a participação de*
2197 *quinhentos, entre gestores, trabalhadores e conselheiros, quinhentos participantes. E, em verdade*
2198 *foi planejado um encontro menor, justamente pelo fato de ter a grande maioria dos gestores*
2199 *terem assumido agora foi realizado o encontro com três participantes de cada localidade, não é,*
2200 *seria o Secretário, o ajunto e um assessor técnico. E, exatamente, pelo próprio objetivo desse*
2201 *encontro nacional que era analisar e debater os desafios do Sistema Único de Assistência Social no*
2202 *âmbito do ente federado estadual, bem como também já ser, não seria uma capacitação, mas no*
2203 *sentido dos Secretários, conselhos que é o Sistema Único de Assistência Social, papel dos entes*
2204 *federados. E este encontro foi realizado e essa análise desses desafios a partir de dois temas,*
2205 *primeiro foi o pacto de aprimoramento do SUAS de âmbito estadual, que foi apresentado os*
2206 *resultados a partir do Censo SUAS 2014, realizado pela Secretária Nacional Ieda Castro, provocou*
2207 *realmente um grande debate envolvendo os Secretários e neste momento a gente sentiu,*
2208 *realmente, a angústia. O primeiro compromisso dos Secretários com os desafios do Censo SUAS,*
2209 *mas também o compromisso, a angústia e o compromisso também tentar superar estes desafios.*
2210 *Também se trabalhou a vigilância socioassistencial e a regionalização dos serviços*
2211 *socioassistenciais que, atualmente, foi feito a expansão e está sendo, alguns estados estão com*
2212 *dificuldades, inclusive na pactuação nas CIBs. Então foram esses dois temas e aconteceu também,*
2213 *a eleição da nova diretoria e esse informe é importante porque o FONSEAS está com uma nova*
2214 *mesa diretora e, atualmente, ficou na mesa diretora MG, CE e PA, que já estava, não é. A*
2215 *Presidência ficou com Minas Gerais, o Secretário André Quintão. Então, qual é o momento atual do*
2216 *FONSEAS? O FONSEAS encontra-se em fase de transição, não é, está havendo a transição da antigo*
2217 *Secretaria para a nova Secretaria e vai haver, já houve a reestruturação das diretorias, mas*
2218 *também das diretrizes e prioridades do trabalho do FONSEAS nesta próxima gestão. Nós estamos*
2219 *aguardando terminar essa fase de transição para ver mesmo qual vai ser o planejamento e os*
2220 *encaminhamentos dos FONSEAS. E nós estamos todos com as expectativas bastante positivas,*
2221 *tendo em vista o interesse percebido dos Secretários, não é, o compromisso nessa nova gestão dos*
2222 *entes federados, dos estados, na verdade. E eu queria também informar, esteve presente, como*
2223 *estava previsto o nosso Presidente do Conselho Nacional, ele participou do evento e, inclusive, na*
2224 *mesa de abertura representando o Conselho. Em relação ao encontro do CONGEMAS, a Maria*
2225 *Lúcia não está aqui, mas é importante ficar registrado, ele falou que a gente tinha participado,*
2226 *mas a nossa participação não foi apenas como ouvinte, mas foi fazendo parte da Comissão*

2227 Organizadora do 17. Encontro Nacional do CONGEMAS, tendo em vista que ele foi sediado no
2228 Ceará. Então o órgão gestor estadual da política de assistência social fez parte dessa Comissão
2229 Organizadora, ficou responsável para além do local para realização do evento, com outras
2230 responsabilidades. Foi desafiador porque você sediar um evento tão grande como é hoje o
2231 CONGEMAS, e em um local como o Centro de Eventos do Ceará que é considerado hoje o maior e o
2232 melhor da América Latina, e, às exigências são muito grandes. Então nós tivemos alguns
2233 problemas assim, no final deu tudo certo e foi muito bom porque quando nós vimos aquele público
2234 imenso e aquele imenso auditório lotado, então a gente viu o sucesso do evento. FONSEAS, não do
2235 CONGEMAS, é porque você não estava prestando atenção. O FONSEAS, você está bem atrasado. O
2236 FONSEAS eu já concluí. Não, já concluí. E quando eu disse agora o segundo informe, estou
2237 informando que a participação, dormiu José Crus. Bom então é isto a participação do órgão gestor
2238 do estado do Ceará da assistência social foi ativa na Comissão de Organização. Além da
2239 participação do próprio Secretário Estadual, teve a participação de mais dois profissionais, eu e a
2240 Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, Silvana Simões. Então foi assim um
2241 encontro, o final nos deu grande satisfação pelo sucesso do evento, mas um evento daquele, quem
2242 está em uma Comissão Organizadora é que sabe o trabalho que dá e as preocupações, mas
2243 finalmente foi sucesso e deu tudo certo. Então eram esses os informes do FONSEAS”. **Item Informe**
2244 **dos Conselheiros. Conselheira Clátia:** “Boa noite para os que resistiram. Então é só para registrar
2245 que no dia sete de maio fui designada por este Conselho para representar o Conselho em uma RDA
2246 estadual que o Rio de Janeiro fez. Dizer que a gente tinha lá quarenta municípios, em torno de
2247 cento e sessenta pessoas. Assim, bastante participativo e que eu vou encaminhar o relatório que
2248 eu já recebi o modelo e para dizer da importância, do prestígio que teve aquela RDA, fizeram no
2249 formato da RDA do CNAS, inclusive, trabalharam com o material do site do CNAS, trabalharam a
2250 apresentação com a apresentação do Presidente do CNAS e um pouco da apresentação da
2251 Secretária. E, lá a gente teve a presença da Secretária da Assistência que estava lá na abertura e
2252 que declarou total apoio e interesse na Conferência Estadual e nas Conferências Estaduais, e por
2253 hora é só”. **Conselheira Margareth:** “Fiquem triste não que eu vou ser bem rápida também.
2254 Primeiro dizer da satisfação que nós hoje, ficar registrado, que o auditório do Ceará está
2255 praticamente lotado, foi a audiência pública pela questão do piso salarial dos assistentes sociais e
2256 pelo dia. Então assim, mandaram fotos e não tem lugares para sentar naquele auditório. É muito
2257 importante na data de hoje. E outra questão é que os estados estão pedindo ajuda ao CNAS, então
2258 eu vou dar como informe e talvez o encaminhamento para a próxima. Os estados que eu dito, que
2259 estão de greve porque os gestores não querem fazer negociação, teve até um estado, acho que foi
2260 o Amazonas, encaminhou um monte de coisa para o Zé. Eu falei, o Zé é gestor, tinha que mandar
2261 para o Controle Social, vai mandar para ele fazer o que, não é, vai falar com o gestor? Então assim,
2262 o Amazonas, Pará, são estados que estão em greve, os trabalhadores, estão assim, Sergipe tudo
2263 bem já saiu da greve, mas agora a greve foi dada como ilegal e alguns problemas que eu acho que
2264 nós enquanto Controle Social, talvez uma pauta, a gente... como vai ser o nosso apoio e
2265 solidariedade a esses trabalhadores que não são os assistentes sociais, são os trabalhadores do
2266 SUAS? Apesar que o Piauí, a categoria está sozinha na greve e nós vamos até discutir isso amanhã,
2267 porque as outras categorias não estão se envolvendo, mas que as coisas estão pipocando e talvez
2268 a gente precise fazer esse debate aqui dessa solidariedade, não é, até porque eles estão fazendo
2269 greve por questões salariais, por questões de falta de condições de trabalho, condições precárias

2270 de trabalho e aí penso que nós também devemos entrar nesta questão. E por último, dizer para
2271 vocês que eu trouxe uma música do serviço social, mas não está mais a tempo, termina, não vou
2272 cantar, foi adaptada para o serviço social o nosso dia a dia. O pessoal aqui da equipe do CNAS
2273 tiveram um trabalho para colocar no pen drive, mas eu não tive tempo. Eu vou pedir para passar
2274 para vocês que é a homenagem que nós estamos fazendo a todos os assistentes sociais, que vocês
2275 ouçam esta música. E eu deixei para o final, para desejar a nossa Vice-Presidente, seja bem vinda,
2276 eu estava esperando o momento da música que eu não tive, mas que seja bem-vinda aqui neste
2277 Conselho, fazendo parte da nossa profissão. Obrigada a todos pela paciência do meu informe”.

2278 **Conselheiro Naelson:** “Senhor Presidente, dois informes rápidos. Um é a respeito da paralisação,
2279 não sei se os colegas puderam acompanhar, mas eu e o Presidente tivemos a oportunidade de
2280 verificar nos jornais a informação de que na capital de Mato Grosso do Sul, dezenove CRAS
2281 estavam em greve, entraram ontem. A informação que eu tenho da gestão é que o fato não é
2282 verdadeiro, ou seja, alguns trabalhadores terceirizados pararam, mas os CRAS não pararam. Nem
2283 todos os CRAS tem trabalhadores terceirizados, e alguns trabalhadores terceirizados pararam por
2284 tempo indeterminado. E, já saiu publicado também que o Prefeito vai cortar o convênio com a
2285 organização que está terceirizando, por causa da questão de repasse de recurso. A outra
2286 informação é que estava eu no Rio Grande do Norte quando recebi um convite do CNAS para estar
2287 representando junto a uma RDA realizada pelo CEAS de lá. Para minha surpresa a reunião foi
2288 maravilhosa porque um mês antes, a gestora estava falando da situação que ela encontrou o
2289 estado, que nem a CIB participava, não tinha nem reunião de CIB. E quando chegamos lá, surpresa
2290 não só para mim, como para eles também, trezentos participantes, mas como sempre os usuários
2291 em menor quantidade. Mais o COEGEMAS teve um papel fundamental em conscientizar os
2292 gestores para mobilizar a sociedade para estarem juntos. Então diante da dificuldade que o estado
2293 passou, com falta de recursos, não ter reunião da CIB, diversos outros problemas que a Secretária
2294 teve oportunidade de colocar, hoje existe um esforço da sociedade como um todo para que as
2295 conferências se realizem da melhor forma possível. Elas colocaram que nem recurso para a
2296 conferência está garantido no orçamento do estado, mas que o estado vai realizar a conferência. A
2297 reunião aconteceu na escola de governo e como eu falei, 300 participantes. Uma maravilha. É essa
2298 a minha informação”. **Conselheira Clátia:** “Então é só para informar a este Conselho e quem já
2299 sabe, só para reforçar, que foi instalada a CPI da violência contra os jovens negros diante de um
2300 documento da UNESCO, não é, e eu acho importante que esse Conselho se manifeste a favor desta
2301 a CPI, porque já chega de matar preto e pobre neste estado, nesta federação. Eu acho que a gente
2302 precisa se manifestar nessas questões e essa CPI é uma CPI que vai precisar da colaboração tão
2303 importante deste Conselho que tem esse público com seu usuários, como alguns trabalhadores
2304 também do médio e fundamental, então é importante que a gente manifeste senão daqui a pouco
2305 não tem mais trabalhador preto, a gente não tem mais usuários preto, e os nossos jovens estão
2306 pagando muito caro por isto, também muito caro para nós mulheres também, muito caro”. O
2307 Presidente propôs que na próxima reunião a Conselheira trouxesse uma nota de apoio à CPI e
2308 dizer que o Conselho se colocava de forma favorável. **Conselheiro Alceu:** “Senhor Presidente,
2309 senhores conselheiros, só dois informes com relação a realização da X Conferência Municipal de
2310 Chapecó. Então nós já temos data definida, que será no próximo dia 04 de agosto. Para efeito de
2311 registro, nosso Presidente Edivaldo será o nosso palestrante e, na semana que vem, será
2312 convidado. Já temos notícias das diretrizes aqui aprovadas, então o Conselho de Chapecó estará

2313 *custeando todas as despesas de transporte, hospedagem, enfim, cama, mesa e banho, completo. E*
2314 *será um prazer ter o nosso Presidente lá conosco e, inclusive quando eu sugeri o nome o pessoal*
2315 *ficou muito feliz, tivemos um pequeno incidente de agente, infelizmente tanto a agenda do*
2316 *presidente quanto a nossa, então, conseguimos fazer esse ajuste e então que bom que o*
2317 *Presidente poderá estar conosco. Um segundo informe, inclusive eu passei um e-mail para a*
2318 *Presidência e é muito rapidamente, então não havia tempo hábil de trazer isso para o pleno, mas,*
2319 *enfim, o governo de Santa Catarina tem sua organização por agrupamento de municípios. Eu*
2320 *acredito que outros estados também tenham essa organização administrativa, então na condição*
2321 *de Presidente do Conselho Municipal de Chapecó e também de conselheiro nacional do CNAS*
2322 *fomos chamados pela AMOSC que é a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina, são*
2323 *21 municípios, e na reunião dos gestores municipais nos solicitaram que fizéssemos informes com*
2324 *relação a realização da conferência. Então, inclusive, muitos não tinham conhecimento da nossa*
2325 *condição de conselheiro nacional e queremos fazer esse trabalho em outras regiões de Santa*
2326 *Catarina, acho isso importante, para que o CNAS esteja cada vez mais presentes nessas instâncias.*
2327 *Então, fizemos o relato e agora no mês de junho já fomos convocados novamente e acredito que*
2328 *foi aprovado por esse pleno, esses novos informes, e acredito que vão nos subsidiar muito os*
2329 *municípios. São esses os informes. E parabenizar nossa Vice-Presidente Marlene, muito sucesso e*
2330 *que agora o nosso Presidente não está mais solitário. Obrigado e bom retorno para todos nós.”*
2331 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos,
2332 declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de
2333 som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,
2334 aprovada em reunião de de de dois mil e quinze.